

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922011	
CAPÍTULO 2	13
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922012	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922013	
CAPÍTULO 4	30
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922014	
CAPÍTULO 5	45
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922015	
CAPÍTULO 6	54
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922016	

CAPÍTULO 7	66
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglaenia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922017	
CAPÍTULO 8	80
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922018	
CAPÍTULO 9	90
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922019	
CAPÍTULO 10	98
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220110	
CAPÍTULO 11	108
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220111	
CAPÍTULO 12	120
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220112	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	129

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho

Assistente Social

São Luís - MA

Fernanda Costa Pinheiro

Assistente Social

São Luís – MA

Marlyane Santos Pereira

Assistente Social

São Luís - MA

Weline Leite Silva

Assistente Social

São Luís - MA

RESUMO: O artigo é resultado de estudos realizados no Curso de Especialização em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Trata da dimensão pedagógica do assistente social na política de educação e propõe analisar experiências de trabalho de assistentes sociais no Município de São Luís, nessa área. Discorre brevemente sobre a política de educação no Brasil e no Maranhão, para em seguida analisar como se expressa a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais em duas instituições de ensino de São Luís, refletindo sobre os desafios para implementação do Projeto Ético Político do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Educação;

Dimensão Pedagógica.

ABSTRACT: The article is the result of studies performed in the Specialization Course in Social Politics and Pedagogical Processes in Social Service of the Federal University of Maranhão-UFMA. It deals with the pedagogical dimension of the social worker in the educational politics and it proposes to analyze work experiences of social workers in the city of São Luís in this area. It talks briefly about the educational politics in Brazil and also in Maranhão, and after this, it analyzes how the pedagogical dimension of the work of social workers expresses itself in two educational institutions of São Luís, reflecting about the challenges of the implementation of the Ethical and Political Project of the Social Service.

KEYWORDS: Social Service; Education; pedagogical dimension.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo integra um conjunto de estudos realizados no Curso de Especialização em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, iniciado em 2014, e tem como objetivo analisar como se expressa a dimensão pedagógica do Serviço Social na

política de educação, a partir das experiências de trabalho de assistentes sociais no Município de São Luís - Maranhão.

A Constituição Federal de 1988 significou um importante avanço no que diz respeito às políticas sociais brasileiras, ao institucionalizá-las como direito de todos e dever do Estado. No tocante à política de educação, vários são os aparatos legais que fortalecem a concepção de educação na perspectiva do direito, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Educação. Todavia, é possível observar que parte da população fica à margem do acesso universal e igualitário a essa política.

A respeito da presença do assistente social na educação, enquanto espaço sócio-ocupacional, esta se remete às origens da profissão. Entretanto, somente a partir da década de 1990 torna-se destaque na agenda nacional de debate dos assistentes sociais. Ao entender que assistentes sociais são profissionais requisitados a atuar no enfrentamento das expressões da questão social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, questiona-se: de que forma se dá a inserção do assistente social e qual sua importância para o campo da educação? Como se expressa a dimensão pedagógica da profissão na educação? É possível efetivar o projeto profissional da categoria no campo educacional?

Buscando responder a essas questões e com a finalidade de analisar experiências de trabalho de assistentes sociais na educação, optou-se pela realização de uma pesquisa cuja abordagem é qualitativa. A técnica de coleta utilizada foi entrevista semiestruturada, e o campo empírico foi composto por duas escolas com atuação de assistente social, sendo uma da rede pública e outra da rede privada de ensino, no Município de São Luís - Maranhão.

A estrutura do artigo é composta por esta Introdução (primeira parte), seguido de breves considerações sobre a política educacional no Brasil e no Maranhão, como elementos básicos, sendo a terceira parte a que discorre sobre o trabalho do assistente social na educação destacando a dimensão pedagógica expressa no trabalho, bem como os desafios postos à implementação do projeto profissional nessa área.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E NO MARANHÃO

A educação, inscrita na Constituição Federal do Brasil de 1988, está incluída no conjunto dos direitos sociais, tais como o direito à saúde, à alimentação, ao trabalho e à moradia, dentre outros, e conforme descrito em seu Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988)

A dimensão democrática da educação é explicitada na Constituição Federal

de 1988 (BRASIL, 1988), na medida em que esta estabelece dispositivos legais que asseguram a obrigatoriedade da matrícula de todos os educandos no ensino formal. A universalização desse direito é retomada no Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1990)

Destaca-se que a educação escolar caracteriza-se como um direito público subjetivo, no qual é responsabilidade do Estado a prestação do ensino obrigatório de forma gratuita, garantindo, por conseguinte, o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros. Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBEN, a educação escolar inicia-se com a educação infantil e se encerra com o ensino superior. Com efeito, a legislação educacional brasileira afirma que todos têm direito à educação básica, de forma gratuita, dos quatro aos dezessete anos, inclusive os que não tiveram acesso na idade escolar. (BRASIL, 1996)

Ao tratar dos objetivos da educação nacional, o Art. 22 da Lei supracitada explicita que: “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996, p.9)

Desta forma, assumida pela União em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, a Política Nacional de Educação (BRASIL, 1996), prevê a universalização da educação escolar em todos os seus níveis e modalidades, proposta também contida no Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020), que esboça um conjunto de metas e estratégias, visando assegurar educação gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010)

Todavia, na sociedade brasileira contemporânea esse direito ainda não atinge a todos, uma vez que muitos se encontram excluídos do processo educativo formal. A Síntese de Indicadores Sociais do ano de 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE retrata uma face dessa realidade ao afirmar que “o Brasil ainda possui uma taxa média de abandono escolar precoce, quase três vezes maior do que a média de 29 países europeus selecionados”. (IBGE, 2012, p. 116)

Chama a atenção ainda, no documento referenciado, a desigualdade de desempenho entre o ensino público e o privado, revelando a necessidade de investimentos no ensino público:

As diferenças na composição socioeconômica dos alunos são os principais determinantes da variância de desempenho entre as escolas, isto é, o melhor desempenho dos alunos das escolas particulares é um reflexo da seleção direcionada às classes mais privilegiadas em um país extremamente desigual. (IBGE, 2012, p. 120-121)

Ressalta-se que os problemas observados no acesso à educação no Brasil não são uma especificidade dessa política, mas traduzem características das políticas sociais no contexto do Neoliberalismo. Para Behring (2009), elas passam a ser caracterizadas como paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e muitas vezes são acessadas via mercado.

Dessa forma, o modelo neoliberal exerce uma forte influência na educação brasileira, que passa a ser compreendida como uma mercadoria e não como um direito social, sendo a privatização um resultado desse processo. “A privatização dos serviços públicos também faz parte do programa neoliberal, tais como: privatização das aposentadorias, hospitais e da saúde, do ensino, dos correios, transportes públicos, estradas, parques, prisões, polícia, limpeza pública”. (SILVA, 2010, p. 19)

Observa-se a tendência de desresponsabilização do Estado na promoção de uma educação pública e gratuita para todos. Neste sentido, “em relação à educação, o modelo neoliberal pode ser visto como uma tentativa de ataque à educação pública, no sentido de que a intervenção do Estado nessa esfera se traduz em perdas para a população” (LIMA, 2007, p.48).

Em relação à realidade maranhense, muitos desafios se colocam para o campo da educação, uma vez que historicamente o estado revela um dos piores índices educacionais do país, conforme é possível observar nas análises de Oliveira e Coutinho (2014 p. 7-8):

Na década de 90, do século passado, a educação passou a ser alvo de planos e programas, visando um ciclo de reformas oriundas do Governo Federal, sob as orientações dos organismos internacionais, destacadamente o Banco Mundial, a UNESCO, CEPAL, em razão dos baixos índices de escolaridade e precária formação para o trabalho. No caso do Maranhão, a educação assume posições desfavoráveis no ranking nacional com elevada taxa de analfabetismo (em torno de 55%), enquanto que a média nacional era de 18,9%, além das distorções idade/série e taxas de evasão e repetência. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, no Maranhão, era de 65,8%, nos anos de 1999, de 62,3% em 2000, de 62,6% em 2001, 81,7% em 2002. Nesses dados, também, a constatação de que apenas 20,2% dos matriculados concluíram o ensino fundamental em 1999 e 20,7% em 2001. A taxa de evasão e repetência durante o segundo mandato do Governo de Roseana Sarney, compreendido entre 1999 a 2002, foram as seguintes: a) evasão – 19,2% em 2000; 37% em 2001; 20,7% em 2002; b) repetência: 30,4% em 2000, 27,8% em 2001, 27,1% em 2002.

Ainda com relação à problemática do analfabetismo no Maranhão, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2013 mostra que a taxa de analfabetismo das pessoas a partir de 15 anos no estado sofreu uma queda. Além disso, conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) e divulgados em jornal de grande circulação no estado do Maranhão, houve diminuição do índice, de 20,5% em 2011, para 18,5% em 2013. Embora esses resultados revelem avanços no que tange ao combate ao analfabetismo no Maranhão, o desafio da universalização do acesso e permanência na escola e o da viabilização de uma educação pública, gratuita e de qualidade está posto.

À luz do exposto, observa-se que na atualidade, a efetivação de uma educação pública e de qualidade para todos os brasileiros se constitui um desafio. E é nesse contexto que a atuação do assistente social está sendo pensada, considerando suas possibilidades de contribuição nesta política, sobretudo a partir da dimensão pedagógica expressa em seu trabalho.

3 | A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA.

Ao tratar do trabalho profissional do assistente social, Abreu (2004) analisa a sua dimensão pedagógica, expressando-o como ação por meio da qual o profissional pode influenciar as maneiras de pensar e agir dos sujeitos envolvidos em seus processos de trabalho. Segue, configurando perfis profissionais alinhados com o que denomina pedagogias da “ajuda”, da “participação” as quais considera subalternizantes (promotoras do conformismo ou da integração e promoção sociais), bem como, por uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

Inicialmente, o perfil profissional vinculado à chamada pedagogia da “ajuda” é associado, sobretudo, à perspectiva da ajuda psicossocial individualizada, forma de intervenção que marcou a profissão mais fortemente no processo de sua institucionalização, cujo horizonte é a conformação da cultura dominante. Utilizando-se de processos persuasivos e coercitivos, o profissional contribui para naturalizar desigualdades sociais e legitimar a condição de subalternidade da classe trabalhadora. Difere do perfil pedagógico da “participação”, vinculado à chamada perspectiva desenvolvimentista modernizadora disseminada a partir de 1950, cuja ênfase na participação popular promoveria a “integração” e a “promoção social”, introduzindo assim, “novos mecanismos de persuasão e coerção dos sujeitos envolvidos, bem como revitalizando processos já consolidados, sob o pretexto da superação do assistencialismo”. (ABREU, 2002, p. 108)

Analisados em sua relação com a organização/reorganização da cultura, os perfis pedagógicos do Serviço Social, de acordo com Abreu (2002), marcaram com mais intensidade momentos da trajetória histórica da profissão, embora não sucessórios, sendo somente por volta dos anos 1960, com o Movimento de Reconceituação, que a ação educativa começa a tomar para si o caráter de emancipação das classes subalternas.

O terceiro perfil profissional identificado pela autora está vinculado à construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. Está ligado ao processo de redefinição profissional, que se destacou durante a crise profissional vivenciada a partir de 1960, levando a categoria profissional a um processo de negação das suas bases conservadoras, vislumbrando a construção de um novo projeto para a profissão “vinculado às forças progressistas no movimento de formação de uma nova ordem social”. (ABREU, 2002, p.129)

Na possibilidade de contribuir para o processo de emancipação humana, o assistente social trabalha na ampliação da intelectualidade dos indivíduos, que remete não apenas ao intelecto, mas à perspectiva de que atuem na construção de sua própria história, sendo capazes de intervir no campo social, político, cultural e econômico de forma consciente e crítica. Estes elementos permitem compreender que o campo da educação constitui-se em terreno fértil para o exercício desse trabalho pedagógico direcionado à emancipação humana.

Entendendo que a educação é um campo de disputa e pode reproduzir os interesses das classes dominantes, Frigotto (2009) afirma que as políticas e a gestão educacional tendem a se pautar pelas determinações dos organismos internacionais, os quais têm forçado políticas focais fragmentadas e levado a gestão educacional a centrar-se na perspectiva da mercantilização.

Mas a educação é também resultado de lutas sociais, que entrelaçada por outras políticas públicas deve servir à conscientização política dos trabalhadores, tornando-os capazes de transformar a realidade em que vivem e emanciparem-se na luta contra a exploração e o domínio da capital. Para Martins (2012), o assistente social deve conhecer essa política com a mesma profundidade, aproximando-se dos movimentos sociais dos educadores que possuem uma visão crítica da educação, compreendendo-a e desvelando os seus significados com a comunidade escolar.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2000), o assistente social é um profissional cujas origens estão vinculadas ao processo de reprodução social, ou seja, à forma como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade capitalista. Assim sendo, o profissional é requisitado a atuar na perspectiva do enfrentamento e da regulação da questão social, formulando e implementando respostas para o enfrentamento das suas expressões. Atua junto ao poder público, em empresas privadas ou no âmbito das organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Cumprido salientar que questão social é aqui concebida como Behring e Santos (2009) a definem. Trata-se de:

Expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica um predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.

No âmbito da educação, a atuação do assistente social está baseada em competências específicas, expressas em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional: abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação; intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; dimensão investigativa da profissão; dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras; dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social; dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação (CFESS, 2012).

Cabe mencionar que a educação é um espaço ocupacional para o Serviço Social que remete à década de 1930, ou seja, desde as origens da profissão no Brasil. No entanto, somente a partir de 1990 se amplia a demanda de profissionais nessa área de atuação, ganhando destaque na agenda nacional de debates da categoria profissional.

Nessa perspectiva, a inserção nessa área vem sendo gradativamente discutida e defendida pela categoria profissional. Alguns projetos de leis e legislações a respeito do Serviço Social na Educação em âmbito nacional, estadual ou municipal merecem destaque, dentre os quais o Projeto de Lei nº 3688/2000, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica.

Em que pese o reconhecimento da complexidade da educação, por meio dos seus vários níveis e modalidades nos quais é demandado o trabalho do assistente social, destacou-se neste estudo apenas a experiência de duas instituições de ensino com atuação do profissional do Serviço Social: uma escola integrante da rede pública e outra da rede privada de ensino de São Luís - Maranhão.

Destaca-se que no município de São Luís a inserção de assistentes sociais nas escolas não é expressiva, dada a ausência desses profissionais nas escolas municipais, o que contraria o previsto na Lei Municipal nº 4.155, de 20 de março de 2003, que autoriza o Poder Executivo Municipal a manter a presença de psicólogos e assistentes sociais compondo a equipe técnica das escolas da rede pública de ensino de São Luís.

Geralmente não há inserção de assistentes sociais, ou existe um único profissional ou um pequeno número frente à demanda de trabalho nas instituições escolares, o que ficou constatado nas instituições pesquisadas: na instituição pública poucos profissionais para atender demandas de níveis e modalidades de ensino diversificadas. Já na instituição privada, apenas uma assistente social responsável por uma rede de ensino. Em ambas as situações, as instituições de ensino possuem

unidades escolares em outras cidades do interior do estado, com demandas para o trabalho do Assistente Social.

A situação exposta é reveladora dos limites postos ao Serviço Social, dada a sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais, em razão das demandas de trabalho aos profissionais. Além disso, excesso de trabalho implica na ausência de tempo para a qualificação profissional, uma vez que as instituições geralmente não oferecem cursos de capacitação na área e/ou não incentivam essa prática, podendo resultar em insuficiência de condições para realização de leitura crítica da realidade necessária ao exercício profissional qualificado, e em consonância com o projeto ético-político.

Ressalta-se que a dimensão pedagógica do serviço social, alinhada ao projeto profissional hegemônico na categoria profissional, deve estar vinculada a processos de reflexão, identificação de demandas, formulação de respostas, de forma qualificada, organizada e crítica, contribuindo para emancipação dos sujeitos envolvidos em suas ações.

Para Abreu (2002), a chamada prática pedagógica emancipadora, que se contrapõe às pedagogias subalternizantes, relaciona-se às classes subalternas e ao atual projeto profissional do Serviço Social, projeto este que se configura como alternativo ao projeto tradicional conservador predominante na fase de constituição histórica da profissão.

Traduzido nas Diretrizes Curriculares da ABPESS, no Código de Ética (1993) e na Lei Federal de Regulamentação da Profissão (8.622/1993), o projeto ético-político do Serviço Social é entendido aqui como um projeto profissional “radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país”. (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

No que tange à forma de organização do trabalho do assistente social nas instituições pesquisadas, constatou-se que os profissionais na instituição da rede pública integram uma equipe composta por outros profissionais como psicólogo, médico, odontólogo, técnicos em enfermagem e nutricionista. Ao Serviço Social compete atuar na elaboração, execução, e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, a fim de atender as demandas dos alunos e trabalhadores da instituição, contribuindo para a garantia de direitos. Para tanto, realiza atividades concernentes à caracterização socioeconômica, aos projetos relacionados à assistência estudantil e à relação entre a família e escola, atendimento a alunos e outros membros da comunidade escolar, visitas domiciliares, dentre outras atividades.

Na Instituição da rede particular, o Serviço Social tem como principal demanda a atuação junto a um programa de gratuidade de mensalidades (bolsas), concedidas a alunos que não possuem condições financeiras para o custeio das mensalidades da escola, na maioria das vezes em decorrência de situações de desemprego. Além disso, a única assistente social - responsável por uma rede de ensino composta por várias escolas, das quais uma parte está localizada no interior do estado - atua nas

situações relacionadas a baixo rendimento e evasão escolar, realizando atendimento social, visita domiciliar, reuniões, dentre outras atividades.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas instituições pesquisadas, ficam evidenciados esforços na manutenção do compromisso com a garantia do direito à educação, pois ainda que diante de situações adversas apontadas pelos profissionais, tais como a sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos para ampliação do acesso aos projetos de assistência estudantil, ausência de condições éticas e técnicas de trabalho, dentre outras, a vinculação da profissão aos interesses da classe trabalhadora, na perspectiva de fortalecimento da educação como direito social, aproxima a profissão ao perfil profissional vinculado a uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

No que diz respeito à inserção de assistentes sociais nas escolas, atuando na perspectiva da defesa de direitos, não se pode depreender que somente o trabalho nas instituições públicas assume essa perspectiva, uma vez que o assistente social nas escolas privadas confessionais pode imprimir ao seu trabalho essa mesma direção. Contudo, é importante ressaltar que a inserção nesse espaço sócio-ocupacional é motivada, sobretudo, por uma característica não-governamental que, em razão das isenções fiscais, obriga essas instituições a aplicarem recursos em filantropia, conforme apontam Gonçalves e Suguihiro (2010), em uma pesquisa sobre o trabalho do assistente social na escola privada sem fins econômicos:

No mínimo 20% da receita bruta anual da Associação é aplicada em filantropia. Uma parte dessa filantropia é aplicada na concessão de bolsas sociais para famílias em situação de vulnerabilidade social. A execução do processo de concessão de bolsas sociais é a principal atribuição dos profissionais pesquisados. (GONCALVES; SUGUIHIRO, 2010, p.10)

Nesse contexto, configura-se um desafio ao assistente social inserido nesse espaço sócio-ocupacional, imprimir a direção ético-política da profissão ao seu trabalho. Isto porque a perspectiva da ajuda pode se expressar em ações de cunho solidário e assistencialistas, desenvolvidas no âmbito desses estabelecimentos, cabendo ao assistente social, por meio do livre exercício das atividades inerentes à profissão, e ao desenvolver um pensamento crítico e reflexivo, redefinir as ações para a perspectiva da garantia de direitos, e em última instância, em direção à emancipação humana.

Importa ressaltar que os perfis pedagógicos denominados por Abreu (2002) como subalternizantes (da “ajuda” e da “participação”) não estão esquecidos no passado, mas são metamorfoseados a partir dos anos 1990, de acordo com as necessidades do capital, direcionando-se para a despolitização das relações sociais, reatualizando e intensificando a individualização e responsabilização do sujeito quanto à busca de respostas para suas necessidades básicas. Contrapondo-se a essa perspectiva, entende-se que o assistente social comprometido com o projeto profissional vincula-se aos interesses das classes subalternas por meio da atuação profissional qualificada,

teórica, técnica e ético político.

Pelo exposto, observou-se que o assistente social é demandado a intervir no contexto escolar, seja na escola pública ou na escola privada, na perspectiva de contribuir para que o direito à educação seja garantido. Direito esse assegurado em alguns instrumentos legais, mas que é desafiado cotidianamente em sua efetividade, dada a ofensiva neoliberal em curso e a diminuição do papel do Estado, que tem transferido para a iniciativa privada, ou para organizações sem fins lucrativos, o papel que lhe cabe no cumprimento dos direitos sociais básicos, dos quais destacamos o direito à educação.

4 | CONCLUSÃO

Diante da proposta inicial deste estudo, que propôs analisar experiências de trabalho de assistentes sociais na educação no Município de São Luís, mais precisamente no que se refere à dimensão pedagógica de seu trabalho, é possível apontar algumas considerações.

A Constituição Federal de 1988 propiciou significativo avanço ao instituir a educação como um direito social, o que significa um compromisso, um dever do Estado em garanti-la a todos os cidadãos sem nenhuma distinção. Entretanto, o acesso universal e de qualidade a esta política ainda se constitui um grande desafio, dada a lógica da privatização que vem se acentuando desde a adesão do estado brasileiro às políticas neoliberais, desvinculando a educação de uma perspectiva de emancipação e orientando-a para a lógica da mercantilização.

Sobre as experiências de trabalho de assistentes sociais na educação, percebeu-se que embora a inserção nesta área de atuação não seja algo recente, em São Luís ela ainda se mostra incipiente, tanto em relação à quantidade de profissionais nessa política, quanto, conseqüentemente, com relação a todas as possibilidades de intervenção, considerando as dimensões do trabalho do assistente social nessa área, que perpassam as abordagens individuais; a intervenção coletiva junto a movimentos sociais; a postura investigativa da profissão; a inserção e estímulo à participação em espaços democráticos; gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços; e a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos, no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social. (CFESS, 2012)

Com base na pesquisa, fica evidenciado que a dimensão pedagógica da profissão se expressa no trabalho cotidiano do assistente social e é dimensão inerente à profissão, portanto, também se evidencia no âmbito das experiências analisadas, aproximando-se predominantemente do perfil vinculado à construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas, uma vez que estes profissionais afirmam-se vinculados ao projeto ético-político e a uma concepção de educação que

serve à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico- conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, n. 79, set. 2004.

_____. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____. Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. (2009). In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jul 2010.

_____. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal. 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990, atualizado com a Lei 12.010 de 2009. Inclusa a Lei nº 12. 594 de 2012 (SINASE).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2010..

_____. **PNE 2011-2020: Metas e Estratégias**. Ministério da Educação/MEC. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 02 jan. 2015.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2012.

GONÇALVES; Amanda Boza; SUGUIHIRO, Vera Lúcia Tiek. Serviço Social e Educação: uma análise sobre a prática do assistente social na escola privada sem fins econômicos. In: **II Simpósio Nacional de Educação - UNIOESTE**, 2010, Cascavel, PR. Anais (on-line). Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/226.pdf> Acesso em: 26 mar. 2015.

IAMAMOTO, Marilda. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____. V & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13ª Ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese dos Indicadores de 2012**. Rio de Janeiro: IBGE; 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf Acesso em 5 jan. 2015.

JORNAL PEQUENO. **Índice de analfabetismo no Brasil diminui**. Disponível em: <http://jornalpequeno.com.br/2014/09/22/indice-de-analfabetismo-maranhao-diminui/>. Acesso em 5 jan. 2015

LIMA, Marcio Javan Camelo de. **Neoliberalismo e Educação**. Studia Diversa, CCAE-UFPB, Vol. 1, No. 1 - Outubro 2007, p. 44-61. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/public/studia_arquivos/arquivos_01/marcio_javan_01.pdf> Acesso em 5 jan. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Elisa & OLIVEIRA, Dalila A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético- Político. In: **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Sabrina Diamantino da. **A influencia neoliberal na educação**.. São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação dos Professores. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/SDS.2.2010.pdf>. Acesso em 5 jan. 2015.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Joselita Olivia da Silva Monteiro

Universidade Federal de Alagoas, UFAL.

Maceió – Alagoas

RESUMO: O presente trabalho foi baseado na pesquisa documental e bibliográfica, como parte constituinte dos estudos desenvolvidos no mestrado desenvolvido na Universidade Federal de Alagoas, tem como referência a leitura marxiana, bem como autores contemporâneos que debatem o tema da mercantilização da educação e centra-se em apreender às expressões singulares que configuram a formação profissional do Assistente Social no curso das transformações societárias, sobretudo, no contexto da mercantilização do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional, Projeto ético político, Mercantilização da Educação.

1 | INTRODUÇÃO

Na busca de entender a essência dos fenômenos sociais, este trabalho visa situar as expressões singulares que configuram a formação profissional do (a) Assistente Social no curso das transformações societárias mais amplas. Nesta medida, esta investigação

crítica da realidade centrada numa abordagem histórico dialética parte do pressuposto fundamental: A partir da redefinição do papel do Estado a educação é multifacetada e alvo das investidas neoliberais. Neste contexto, é crescente a sua incorporação por parte da iniciativa privada que se inicia com a educação básica e posteriormente com a educação superior.

Inicialmente aborda-se a concepção da classe dominante que afirma a incapacidade financeira e administrativa do Estado em dar respostas à demanda que se coloca para a educação, e por isso, justifica-se a oferta por parte do setor privado, com o agravante de que no contexto da reestruturação produtiva a educação passa a ser particularizada como problema de cada país.

Encontra-se lugar ainda para as afirmações que justificam a naturalização da existência da sociedade capitalista e de suas relações baseadas entre as classes em que o mercado é compreendido como instância máxima de sociabilidade. Decorre daí o discurso aparentemente inócuo, no entanto, carregado de ideologia de que o problema do desemprego se dá em virtude da desqualificação educacional dos indivíduos. Em síntese, nesta perspectiva, cabe aos indivíduos adequarem-

se às demandas deste mercado.

Diferentemente de tais postulações, esta proposta, defende conforme está explicitado no decorrer do trabalho, que a mercantilização do ensino atende prioritariamente à necessidade de acumulação capitalista e tem “raiz nos problemas oriundos do processo de acumulação do capital” (Tonet, 2009) bem como da consequente reestruturação produtiva e do neoliberalismo em que ambos se deram em resposta ao contexto da crise capitalista.

Seguidamente é discutida a inscrição do Serviço Social nas instituições privadas de ensino superior e a lógica que interessa ao capital: Maior aumento possível da taxa de lucro, e é em função disso que se desenvolve a lógica da privatização da educação. Nesta medida, se requisita uma formação profissional aligeirada, flexível no tripé ensino, pesquisa e extensão, conducente a efetivar um profissional acrítico das relações sociais especialmente da “questão social” em que dentre outros aspectos, através das políticas sociais, efetivou a necessidade de uma profissão como o Serviço Social. Eis a questão central da proposta apresentada neste trabalho.

A investigação proposta parte do pressuposto de que o aumento dos cursos do Serviço Social no setor privado atende ao funcionamento e manutenção desse sistema, representando a subordinação da formação profissional aos ditames do mercado, que atualmente vem sofrendo metamorfoses, como bem lembra Sguissardi (2009) jamais como hoje, a universidade foi pensada como parte da economia. Atualmente a tecnologia, a ciência e o conhecimento são valorados como mercadoria a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse dos países centrais.

2 | A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

Historicamente as pressões para mudanças na educação superior são colocadas tanto do ponto de vista do discurso reformista, quanto dos críticos desta sociabilidade, o predomínio dos organismos multilaterais representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, norteou as mudanças significativas ocorridas na educação nas últimas décadas. Entre as orientações economicistas dos setores financeiros e as consensuais da UNESCO prevaleceram as recomendações do Banco Mundial. Do ponto de vista do aparelho do Estado é crescente a sua intervenção como mero regulador do mercado no âmbito da *mundialização do capital*. O papel incorporado pelo Estado para o equilíbrio orçamentário e controle da inflação se dá via redução dos gastos públicos, privatização de empresas estatais, aumento de juros, e estímulo à iniciativa privada, como é próprio de sua lógica. Ao prefaciar o livro de Istaván Mészáros (2012, p. 16) Emir Sader afirma que no reino do capital, a educação é,

ela mesma uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que 'tudo se vende, tudo se compra', 'tudo tem preço', do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica de consumo e do lucro.

Esta citação evidencia que do ponto de vista da classe dominante, o desafio é imprimir à educação uma lógica cada vez mais mercantil e empresarial através do estímulo à sua privatização, no contexto da mundialização do capital. O propósito é compatibilizar o ensino superior aos ditames da financeirização da economia capitalista.

Nesse caso, para os grupos empresariais e governamentais a Universidade extenuaria os recursos públicos sem contribuir muito, apesar de suas atividades de docência e pesquisa, para a geração de uma economia mais competitiva. Chugurenky esclarece que,

A participação no sistema, outrora considerada um direito social inalienável, é agora interpretada como um privilégio individual, e os objetivos da autonomia institucional, crítica social e desenvolvimento cultural são vistos como redutos obsoletos de interesses particulares. Ao mesmo tempo, o Estado benevolente que financiava cada universidade em função de suas matrículas converteu-se em um Estado avaliador e regulador que condiciona recursos à obtenção de resultados (CHUGURENSKY, apud, SGUISSARDI, 2009, p.119).

Nesta medida, a integração dos países à economia mundial é enfatizada principalmente a partir da redefinição do papel do Estado que é colocado na condição de mero provedor dos serviços sociais, estando entre eles a educação. As recomendações do ajuste neoliberal foram cumpridas nas seguintes medidas: combate ao *déficit* público, ajuste fiscal, privatização, liberação/ ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo aos investimentos externos, reforma do sistema de previdência/ seguridade social, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Vale dizer que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a participar do processo de liberalização econômica. Este se inicia na década de 1990 sob o governo do presidente Collor (1990-1991), prossegue no governo de Itamar Franco (1992-1994), intensifica-se nos governos de FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e atualmente no Governo de Dilma Rousseff.

No final da década de 1980 as determinações do *Consenso de Washington*, disseminadas por organismos como o FMI e BIRD se expressam nas resoluções de equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a contenção de gastos públicos; abertura comercial, redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não tarifárias, liberalização financeira, reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro, desregulamentação dos mercados domésticos, eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc.; e

privatização das empresas e dos serviços públicos. Diante deste contexto, a reforma da educação superior ocorrida na maioria dos países da América do Norte e da América Latina tem como pano de fundo as diretrizes da reforma do Estado. Dentro das especificidades desta reforma Sguissardi assinala:

a) Os altos índices de privatização direta, isto é, expansão do número de IES e de matrículas do setor privado: as IES privadas correspondem a 85% do total e as matrículas a 67%; b) a adoção de medidas de regulação e controle, em especial via exame final de curso (provão); c) continuidade da falta de autonomia, em especial administrativa e de gestão financeira, no caso das instituições federais (IFES) (SGUISSARDI, 2009, p.132).

Assim, é possível afirmar que a reforma da educação superior no contexto dos ajustes promovidos pela modernização conservadora resultou no quase congelamento da expansão do setor público via diminuição de financiamento, não contratação de docentes e de funcionários técnico-administrativos, escassez de recursos para o ensino, pesquisa e extensão, incentivo e apoio à desenfredda expansão privada. Netto esclarece os traços fundamentais que resultam como um ajuste para o ensino superior dentro da lógica da reforma do Estado:

O favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária; a supressão de autonomia docente (NETTO, 2000, p. 29).

Com base no exposto está claro que a incorporação da lógica dominante no trato da educação incidiu de forma determinante sobre a concepção da formação profissional que se requisitaria por parte do Estado. Como afirma Behring um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. A autora faz a seguinte referência histórica:

A ditadura, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do milagre brasileiro, de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar as camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior. Esse processo prenhe de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil – ou seja, a saída naquele momento também foi à privatização (Idem, 2008, p.5).

Nesta medida, a privatização da educação ampara-se no discurso político de legitimação, porque se dá em nome da democratização e do acesso à educação por todos os cidadãos. Isto, de acordo com Behring, tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que historicamente está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos. Sobre as consequências da reforma da educação superior a autora reflete:

A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que tem poucas condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, *mas que caem no canto de sereia do acesso*, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político (BEHRING, 2008, p.5, grifo nosso).

Com isso é possível afirmar que a partir da expansão da educação superior na iniciativa privada está posta uma das necessidades do capital na atualidade, que é a subordinação da ciência à lógica mercantil.

Por este viés, constata-se que a inscrição da formação profissional do (a) assistente social nas IES privadas é corolário desse processo. Neste sentido, a referida formação profissional é marcada pela contradição que efetiva sua emergência na sociabilidade capitalista: Responde tanto às necessidades do capital quanto às do trabalho.

Sobre os interesses contrapostos que balizam a formação e intervenção profissional do (a) assistente social, Iamamoto entende a questão da seguinte maneira:

[...] Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história (IAMAMOTO, 2008, p. 99).

Desta maneira, entende-se que apesar dos avanços teórico-metodológicos que caracterizaram o Movimento de Reconceitualização, as tensões e ambiguidades que assinalaram o Serviço Social brasileiro ainda permanecem apesar da ruptura com o conservadorismo alcançada, dentre outros aspectos, pela via do pensamento marxista. O que se descortina nesse processo de mudanças estruturais é a requisição por parte dos setores dominantes de um perfil profissional funcional à lógica da acumulação capitalista. A expansão do Serviço Social nas IES privadas, responde a uma demanda de mercado resultante da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e do conjunto de privatizações decorrente desses processos. Nesta medida, uma contradição fundamental dá origem a tantas outras: De um lado se colocam as diretrizes curriculares do Serviço Social que requisita um profissional crítico e articulador cuja intervenção vá além das aparências dos fenômenos e de outro a instituição que será o espaço de materialização destas diretrizes.

3 | CONCLUSÃO

Com efeito, as duas últimas décadas do século XX apontaram conquistas inegáveis à intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional, caracterizada por

IAMAMOTO (1996) como travessia para a maior idade intelectual e profissional. O processo de abertura política e as diversas mobilizações sociais trazem um novo ambiente de manifestação e reivindicações as mais diversas, sobretudo, no âmbito do Serviço Social.

Neste contexto, o projeto profissional mantém relações estruturais com os projetos societários, que de maneira geral, podem ser conservadores ou transformadores. Assim, na transição entre a década de 1980 e 1990, o pressuposto fundante da formação profissional é a sua relação ineliminável com os projetos de transformação da ordem social (BRAZ, 2009). Num ambiente adverso, sob a ofensiva do neoliberalismo, parte significativa de assistentes sociais e de estudantes mostra-se capaz de intervir a favor da construção de um novo projeto profissional vinculado à consolidação de uma nova ordem social.

Concordamos com Marcelo Braz quando afirma que o projeto ético-político não se constrói e nem se materializa de forma abstrata. Ele revela a opção teórica e política de segmentos expressivos da categoria que, na sua trajetória individual e coletiva, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, contribuem de diferentes formas, para a disseminação e valorização de uma racionalidade crítico-dialética no entendimento da realidade social, bem como na leitura do próprio serviço social e das respostas profissionais que lhe são exigidas. Sobre as contradições que caracterizam o referido projeto profissional, Joaquina Barata e Marcelo Braz afirmam:

Este projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicos em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (Idem, p. 193)

Na medida em que se aprofunda a exploração da relação capital/trabalho, ganha relevo os questionamentos e dúvidas sobre o real alcance de o projeto ético-político configurar-se ou não hegemônico no seio do Serviço Social, no contexto em que, como esclarecido no manifesto do Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, projetos profissionais disputam a direção social do Serviço Social brasileiro, neoconservadorismo, pragmatismo e formas despolitizadas de entender a questão social reaparecem no cenário profissional.

A partir das contradições de classes que determinam a profissão, pode-se dizer que diante da situação de ofensiva do capital e do enfraquecimento das lutas de resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais, o projeto ético-político, encontra-se em um momento categórico de sua história, que é expressão também da própria trajetória da profissão. Este momento é significativo porque remete à permanência ou não das bases teóricas e organizativas dos assistentes sociais que mudaram os aspectos do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. Esta reafirmação depende tanto das respostas políticas aos desafios atuais (no âmbito do

exercício e da formação profissional – onde se destaca o crescente e preocupante aumento de cursos privados, inclusive com modalidade de ensino da graduação à distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir da intervenção qualificada, pautada na Lei de Regulamentação da Profissão, bem como no Código de Ética.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social, 5. ed., São Paulo, Cortez, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da propriedade privada e do Estado**. 5 ed., Civilização brasileira, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. –(Mundo do trabalho).

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e impactos no Ensino Superior**. In. Ver. Temporalis, ABEPSS. Nº1, Brasília: Valci, 2000, p. 11-33.

_____. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. in: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 79, 2004, p. 2-26.

SGUISSARDI, Valdemir. **Universidade brasileira no século XXI desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade**. in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. –Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 107 – 122

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL

Anne Gabriela Bastos Veiga

Faculdade Estácio de São Luís

São Luis - MA

Lucio Carlos Dias Oliveira

Universidade Federal do Maranhão

SÃO LUIS - MA

RESUMO: Algumas reflexões sobre a Política de Educação no Brasil, destacando o ensino superior, e o processo de privatização da formação profissional e educação em Serviço Social no século XXI, tendo como eixo de análise os desafios apresentados neste universo, que submete a uma discussão sobre a mercantilização e precarização da educação, como uma consequência do projeto neoliberal de desarticulação da Política de Educação Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Educação, Ensino superior, Privatização, Formação Profissional, Serviço Social.

ABSTRACT: Some Thoughts on Education Policy in Brazil, highlighting the higher education, and the privatization of vocational training and education in social work in the twenty-first century, with the axis of analysis the challenges presented in this universe, to submit a discussion of the commercialization and impoverishment of education, as a consequence of the neoliberal

project of dismantling of the Public Education Policy.

KEYWORDS: Politics of Education, Higher Education, Privatization, Vocational Training, Social Services.

1 | INTRODUÇÃO

A educação superior é temática relevante e nas últimas décadas do século XX e mais precisamente no século XXI, tem se posicionado como uma discussão concreta e desafiante, no que tange a reestruturação do capital que impulsiona cada vez mais cortes orçamentários de investimentos em políticas educacionais no Brasil, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até a atualidade, vem passando por significativos processos de reformas, pautada na otimização de gastos, precário investimento em infraestrutura, e amplo processo de fortalecimento e mercantilização do setor privado, entre outros aspectos.

A privatização ocorre em todos os níveis educacionais, inclusive no ensino superior, tal perspectiva vem fortalecendo a ampliação de faculdades privadas em diferentes áreas de formação, inclusive no tange ao Curso de Serviço Social, apontando uma tendência que rebate e refuta a construção histórica da

profissão e suas diretrizes de emancipação e hegemonia, pautadas no projeto ético político da categoria profissional.

No Maranhão, tal realidade também vem se apresentando de forma sistemática, o que nos remete a uma inquietação acadêmica e uma necessidade de reflexão teórica sobre os dilemas e desafios apresentados neste contexto, no que tange ao fortalecimento ou fragilidade da formação profissional dos assistentes sociais no âmbito privado da educação.

2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

A educação brasileira vem sendo construída historicamente desde o período colonial com base na perspectiva patrimonialista, tendo como referencia as dimensões burocráticas, e positivistas que favoreciam as camadas burguesas da sociedade, neste contexto, não existia uma possibilidade de construção concreta de emancipação do indivíduo, já que todo processo educativo, tem como base as necessidades do capital naquele momento. “A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados” ROMANELLI (2001, p.33). As questões educativas foram organizadas socialmente com um conteúdo cultural dos padrões cristãos, onde somente os filhos da burguesia local responsáveis pela direção administrativa dos negócios familiares, tinham direito a educação, a condição para educação escolarizada e superior naquele momento era vinculada ao pertencimento da classe dominante. (ROMANELLI, 2001)

Este contexto perpassa todo séculos XVIII, XIX até as primeiras décadas do século XX, no Brasil, em meados de 1930 o processo de industrialização imputa uma perspectiva de educação nacional aliada aos interesses das classes dominantes em meio à crise do desenvolvimento econômico que durou de 1930 até a década de 1960, a educação é impulsionada pelo capitalismo industrial como necessidade de fortalecimento da mão de obra qualificada, pela exigência da produção ou mesmo pela necessidade do consumo. Desta maneira, torna-se ferramenta do processo de acumulação do capital cada vez mais sistematizada.

O Estado assume um papel fundamental, de provedor da escola pública, universal e gratuita principalmente nos países desenvolvidos desde a metade do século XIX. Netto (2001) relata ser o Estado funcional ao capitalismo, trata-se do “comitê da burguesia” que em suas finalidades trabalha para garantir um conjunto de condições necessárias à acumulação e á valorização do capital monopolista.

“É que a exigência da sociedade industrial impunha modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla da população em

centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. ” (ROMANELLI, 2001, P.59)

No Brasil o papel do estado como provedor da educação pública será impulsionado a partir da organização da indústria como uma necessidade do capital, sem perder o caráter conservador e alienante que fortalecia o controle das massas populares, este contexto é definido por um conjunto de legislações que garante infraestrutura administrativa e jurídica para uma ampla reforma educacional, desde a reforma Francisco Campos, até as atuais reformas do governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

No período da ditadura militar ocorre um fortalecimento da educação coercitiva, e um aprofundamento da alienação das massas trabalhadoras, haja a necessidade do combate às ideias provenientes das leituras Marxistas, que conduziam a uma emancipação dos trabalhadores, este período é findado com a redemocratização do país e por um conjunto de reformas políticas administrativas, provenientes da administração pública gerencial implantada por Fernando Henrique Cardoso, através da reforma do aparelho do Estado, na década de 1990. (Pereira, 2000)

Autores como Duarte Segenreich e Castanheira (2009); Martins (2009) comentam que a reforma universitária de 1968 é um dos principais exemplos destas mudanças. Ao mesmo tempo em que proporcionou uma maior autonomia às universidades federais, ampliou as vagas e proporcionou um crescimento científico e tecnológico ao ensino superior, proporcionando o crescimento e desenvolvimento da pós-graduação, também abre precedentes para o crescimento das instituições privadas e a mercantilização do ensino superior brasileiro, com o aumento de instituições que se preocupam apenas com a formação de mão de obra produtiva.

No que tange ao ensino superior, a reforma estatal desde a década de 1990, vem sistematicamente desestruturando suas bases educacionais, e ampliando a oferta de serviços em setores privados da economia, essa perspectiva faz parte da consolidação mercadológica e privatista baseada nas recomendações dos organismos internacionais no que se refere às orientações para educação superior, destacando a privatização desse nível de ensino, já que não conseguimos estabelecer políticas de expansão de oportunidades educacionais baseada na garantia de acesso e equidade desde o ensino fundamental. Outro ponto a destacar é a regulação de novas formas de gestão de instituições estatais, que viabilizem alternativas de investimentos em recursos junto à iniciativa privada, além do incentivo ao incremento de instituições não universitárias ampliando a possibilidade de acesso a cursos de nível superior. (DOURADO, 2002)

Segundo (Gentill apud Dourado 2002) os processos de privatização possuem características específicas no campo educacional, principalmente no que se refere ao financiamento de atividades, destaca ainda em suas análises três modalidades institucionais que se complementam, a primeira consiste no fornecimento público com

financiamento privado (privatização do financiamento), a segunda o fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); e a última o fornecimento privado com financiamento privado (privatização total).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE) determinaram o aumento da escolarização da população e de setores e serviços da sociedade, como é o caso da própria educação e da indústria, no intuito de proporcionar avanços tecnológicos e produtivos significativos. Porém, tais esforços acabaram fragilizando o ensino superior não respeitando as reivindicações da sociedade civil e principalmente a proposta de formação de uma massa crítica nesta sociedade. Uma das propostas do governo FHC foi a descentralização e distribuição dos recursos da educação entre os setores públicos e privados, com o objetivo de incentivar o crescimento das IES privadas em detrimento das públicas, exigindo que as IES do setor público criassem autonomia e independência na aquisição e gestão de seus recursos.

Apesar dos esforços de expansão das vagas e instituições de ensino superior, a CES (Câmara de Educação Superior) do MEC (Ministério da Educação e Cultura), acaba por reduzir a as exigências para estrutura e qualidades mínimas para autorização de cursos e IES (Instituição de Ensino Superior) e credenciamento das mesmas. Um exemplo disto são as exigências curriculares mínimas, bem como as estruturas físicas e de recursos humanos.

Duarte Segenreich e Castanheira (2009), em uma análise estatística referente ao corpo discente vagas oferecidas, candidatos, ingressantes, matriculados e concluintes, no período 1991 – 2008 demonstram um aumento de 265,9% no aumento de vagas oferecidas e 122% no aumento do número de matrículas no Brasil, no período de 1996 a 2004, pra um aumento de apenas 78,7% no número de funções docentes e 17,3% nas funções técnico administrativas. O que apresenta uma desproporcionalidade significativa na qualidade do atendimento ao público docente.

O mesmo estudo acima discutido demonstra, também, uma diferença significativa entre os dois principais sistemas de governo do período em questão, onde de 1996 a 2001, apresentou um aumento de 14,3% setor público para 69,9% de do setor privado. No período de 2001 a 2006 35,5% no setor público para 67,4% no setor privado. Tais dados acabam por demonstrar as diferenças de interesse entre os 2 governos em questão.

Ao descentralizar a tipologia das IES, o estado permite o funcionamento destas instituições com apenas os parâmetros mínimos de qualidade para o mesmo, amparado pelo “O Decreto n. 2.207/97 e a Portaria n. 639/97 estabeleceram, oficialmente, a tipologia das instituições de ensino superior, regulamentando o disposto no art. 45 da Lei n. 9.394/96”, facultando a exigência da disponibilidade de programas de pós-graduação, a titulação mínima de docentes, bem como a produção mínima de pesquisas e extensão.

Esta frouxidão e facilitação nas avaliações da CES/MEC proporciona o

fortalecimento de instituições que se amparam nos parâmetros mínimos, oferecendo ao futuro profissional uma formação reducionista e fragilizada. Como as IES só precisam se preocupar com o currículo mínimo, bem como um mínimo, esta, para manter sua política de bom, rápido e barato, assim se mantém na concorrência do mercado, focalizando sua formação em disciplinas propostas mais técnicas e voltadas para suprir as demandas do mercado, formando, cada vez mais, apenas mão de obra especializada, em detrimento da formação crítica, reflexiva e humanista.

3 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL NO SETOR PRIVADO.

O Serviço Social é uma profissão que nasce no âmbito do capitalismo monopolista, e tem na questão social a matéria prima para sua intervenção profissional, conforme Netto (2001, p.73) “A profissão do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “radicalização da filantropia”, nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da “ordem monopólica”. Neste sentido, uma profissão que se consolida no bojo do sistema capitalista de produção e reprodução social.

O debate acadêmico em torno da questão social e dos processos de trabalho do assistente social vem pautando as discussões das novas bases curriculares para a formação e o ensino em Serviço Social desde a década de 1990, cujos eixos de sustentação se apresentam em 03 núcleos de fundamentação; o núcleo de fundamentação teórica metodológico da vida social, o núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, tais diretrizes fortalecem o projeto ético político da profissão.

“A revisão curricular dos anos 90 tem sido um espaço privilegiado na reconstrução do projeto de formação profissional do assistente social, repensando o processo em curso e formulando novas diretrizes curriculares, onde são configurados: pressupostos e princípios de base da direção social da formação. ” (CARDOSO, 2000, P.7).

Esta construção curricular foi fruto de um processo de amadurecimento teórico, metodológico, ético, político, oriundo do Movimento de Reconceituação desde a década de 1980, onde se negam as bases confessionais, messiânicas e conservadoras do ensino em Serviço Social, e assume a composição de uma formação superior pautada no desafio de decifrar a realidade de forma crítica, com competência técnica, onde possa ser construído novas possibilidades de intervenção preservando os direitos individuais e sociais, e com um olhar atento para a emancipação do sujeito, fortalecendo desta forma, uma sociedade sem injustiças sociais, onde conforme Iamamoto (2003) resulta em um profissional propositivo e não somente executivo de políticas sociais.

Esta perspectiva de formação defronta-se com uma proposta de reforma da educação superior pautada na orientação dos organismos internacionais, Fundo Monetário Internacional – FMI, e o Banco Mundial, que diminui o recurso para fins de pesquisa, extensão, desestruturando a vida acadêmica, não respeitando os trabalhadores deste setor, docentes e demais técnicos, não investe em concurso público, fortalecendo o individualismo, e desmobilizando a luta coletiva em torno de uma universidade pública de qualidade, gratuita e universal, toda essa lógica fortalecida pelo Ministério de Educação orienta a educação para o âmbito do mercado, ampliando o acesso a faculdades privadas, inclusive no âmbito de Serviço Social, conforme Yamamoto. (2014)

No nível da formação acadêmica-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de ensino a distância (EAD) que ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas (p.612)

A direção de um currículo mínimo é desestabilizada pela contrarreforma do ensino, que o substitui em diretrizes curriculares mais flexíveis, com competências e habilidades técnico operativas, incentivando a disciplinas de caráter não obrigatório, descaracterizando a direção social da profissão, sem levar em consideração a Lei de Regulamentação da mesma e o código de ética profissional, além das orientações da ABEPSS – Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social.

Este corte significa na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos. ” (Yamamoto, 2014, p. 61)

A oferta de ensino em Serviço Social pelo setor privado tem gerado inúmeras críticas efetuadas pelo conjunto da categoria profissional através de suas instâncias deliberativas, CFESS, - Conselho Federal de Serviço Social, CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, e a própria ABEPSS. Trata-se de uma negação concreta a essa modalidade de ensino ofertada pelo setor privado, que não fortalece um viés crítico, emancipatório, e de luta e resistência da classe trabalhadora, entende-se que dada a perspectiva privatista e de mercado, esta formação não possui uma dimensão clara do projeto ético político, requisito fundamental para uma prática profissional contestatória e crítica. (IAMAMOTO, 2014) (SILVA, 2010)

Outro ponto importante de análise é uma possível fratura da relação teoria e prática, ocasionada pela fragilidade de leituras efetuada pelo discente de Serviço Social, no setor privado, isso é claramente observado pelo capital cultural que permeia este estudante do ensino privado, que possui como uma de suas principais características a condição de trabalhador, e, portanto, neste sentido adentra neste espaço, no turno principalmente noturno, oriundo de uma jornada de trabalho, que o explora e impede

que o mesmo tenha uma condição intelectual que amplie e fortaleça a sua formação profissional.

Outra marca indiscutível até pela observação dos segmentos de classe que formam o alunado dos cursos de Serviço Social é a de que estes profissionais são recrutados dentre os trabalhadores urbanos vítimas de um acelerado processo de empobrecimento. Dadas as condições do país, esta não é uma constatação difícil: como também não é difícil supor que em tal quadro o capital cultural destes profissionais tem sido reduzido, e esta também é uma observação possível de se levar a termo em cada novo ingresso e em cada nova turma que inicia a graduação.” (GRANEMANN, 2000, p.162)

Estamos diante de um quadro extremamente complexo, e desafiante onde exige a necessidade de um aprofundamento teórico, e de pesquisa que permita uma leitura desta realidade de uma forma mais aprofundada, e que esgote todas as possibilidades de fortalecimento ou negação total da modalidade de ensino privado em Serviço Social onde conforme SILVA (2010).

“... o que poderá produzir uma prática profissional que não se conecte com a contradição do real e, pior do que isto, reforce os pressupostos liberais mistificados por uma aparente criticidade” (2010, p.427)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação em Serviço Social, como todas outras de formação de outras profissões, apesar de estabelecer os 03 núcleos de formação, não estabelece o percentual mínimo de cada um para a integralização do curso, o que flexibiliza a construção do mesmo, centralizando-se o núcleo de fundamentação teórica metodológico da vida social, o núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (CNE/CES 15/02 e CNE/CES 02/2007)

Haddad et al (2009), em um estudo sobre a formação de profissionais de saúde no Brasil, no período de 1991 a 2008, constatou que, no ano letivo de 2004 houveram 12.188 / 33,7% das matrículas em IES públicas e 23.937 / 66,3% matrículas em IES privadas; em 2006 12.691 / 26,5% matrículas em IES públicas e 35.176 / 73,5% IES privadas; em 2008, 13.257 /23,0% em IES públicas e 44.474 / 77,0% em IES privadas.

Nesta perspectiva, percebe-se um aumento significativo de matrículas em IES privadas, onde em sua maioria a preocupação centra-se apenas na manutenção de suas políticas de interesses financeiros e comerciais de quantidade em detrimento sem uma preocupação efetiva com a qualidade da formação profissional. Fortalecendo a formação técnica e reduzindo a formação crítica reflexiva e humanista, essenciais para a qualidade profissional em Serviço Social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação enquanto direito social indiscutivelmente permeia a luta da classe trabalhadora, que tem como finalidade o conhecimento que liberta e emancipa, transformando a realidade social e diminuindo as desigualdades, historicamente observamos que o interesse do Estado capitalista, é de negar efetiva este direito social. Construindo formas diversas de não fortalecimento de uma educação pública, gratuita, e de qualidade. Essa não responsabilização do Estado é aviltada principalmente com a consolidação do projeto neoliberal que impulsionou cortes e redefinições de prioridades em políticas públicas, a exemplo da reforma educacional.

No que tange o ensino superior observamos uma verdadeira descaracterização desta modalidade, principalmente pelo não investimento em pesquisa, extensão, impedindo o avanço da produção do conhecimento científico, e jogando para primeiro plano a formação tecnicista e apta para o mercado de trabalho, sem uma necessidade de criticidade da realidade posta, fortalecendo desta forma, o setor educacional privado, lógica claramente compreendida pela não necessidade de criticidade dos fenômenos desenvolvidos no âmbito da sociedade e, portanto não questionando o status quo aqui instalado.

Foram inegáveis as propostas e benefícios gerados pelas políticas educacionais do governo PT, no período em que esteve a frente do poder público, para a educação brasileira em todos os seus níveis e principalmente para a Educação Superior, bem como as políticas de acesso ao ensino superior de qualidade. Percebeu-se uma discrepância significativa entre as políticas do governo Lula em relação ao governo FHC.

Quanto aos cursos de graduação, destaca-se a formação em Serviço Social, fruto desta reflexão, como uma formação que no setor privado, corre um risco maior de desprofissionalização, tendo em vista, os inúmeros desafios desta modalidade de ensino, principalmente pela possibilidade de não produzir um conhecimento capaz de romper com o processo alienante do capital, tornando o discente de Serviço Social do ensino privado mais vulnerável a uma formação puramente tecnicista.

A privatização do ensino em Serviço Social hoje é uma realidade efetivada e garantida pelo MEC, e que não possui possibilidades de retrocesso, estamos diante de um imenso desafio que precisa ser minuciosamente discutido, por docentes, discentes, e os órgãos que representa a categoria profissional, não estou aqui nestas breves reflexões afirmando ou negando a qualidade do ensino no setor privado e muito menos descartando a dimensão do direito de uma Universidade pública gratuita e universal, mas entendo que diante da lógica da reestruturação capitalista, a discussão tem que ser outra, como fortalecer a graduação em Serviço Social no setor privado sem perder de vista o projeto coletivo da categoria profissional. Esta talvez seja a maior inquietação apresentada no momento.

Faz-se necessário, também, políticas mais efetivas de fiscalização e autorização

de cursos e IES, bem como uma reflexão mais consistente entorno do currículo e das políticas de formação das IES.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidências da República. Decreto 2207/97 | Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CES 15. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. 2002

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CES 02. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. 2007

CARDOSO, F.G. As novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: Principais Polêmicas e Desafios. Revista Temporalis, v.1, n.2 (jul. /dez.2000) Brasília: ABEPSS, Valci,2000.

DOURADO. Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. Educação e Sociedade. V.23, nº 80, Setembro. 2002, p. 234 – 252.

DUARTE SEGENREICH, Stella Cecilia; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 17, núm. 62, enero-marzo, 2009, pp. 55-86, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399537962004>

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido Professional education policy in the Lula's administration: a controverted historical trajectory. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Oct. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017>.

GRANEMANN, S. Processos de Trabalho e Serviço Social, Modulo de capacitação CFESS, 2000. ABEPSS, CEAD-UNB

HADDAD, Ana Estela; MORITA, Maria Celeste; PIERANTONI, Célia Regina; BRENELLI, Sigisfredo Luis; PASSARELLA, Teresa; CAMPOS, Francisco Eduardo. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. Rev Saúde Pública. USP, São Paulo, 2009 Artigo disponível em português | inglês em: www.scielo.br/rsp

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmica-profissional no Serviço Social brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 120, Outubro/dezembro, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ABERTURA PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan. / abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 3ª ed, 2001

PEREIRA. Luiz Carlos Bresser. A Reforma Gerencial de 1995. Revista de Administração pública. Nº 34, p. 55-72. Julho, 2000. Rio de Janeiro

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. (1930/1973). 25ª ed. Editora Vozes. Petrópolis. 2001.

SILVA, Ricardo Silvestre da. Revista Serviço Social e Sociedade. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. Nº 103, Julho / Setembro, 2010

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 17, n. 62, p. 55-86, jan. 2009. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/659>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MARTINS, CARLOS BENEDITO. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan. /Abr. 2009 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA

Vera Núbia Santos

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe

Isabelle Pinto Mendonça

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe

RESUMO: Arte é uma mediação que perpassa o tempo e transmite a realidade, a história e os sentidos. Por meio da arte é possível romper com a alienação, pois enquanto atividade emancipadora, assim como o trabalho, a filosofia, a política e a ética, a arte possibilita a suspensão do cotidiano. O texto resulta de pesquisas realizadas junto à produção em Serviço Social em eventos da categoria, na pós-graduação e em artigos em periódicos da área. Analisa a Arte como meio de enfrentamento da questão social no cenário contemporâneo e aponta para o projeto profissional do Serviço Social brasileiro como um caminho profícuo nessa direção.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Serviço Social; Eventos; Pós-Graduação; Periódicos.

ABSTRACT: Art is a mediation that crosses time and conveys reality, history and the senses. Through art it is possible to break with alienation, for as an emancipating activity, as well as work,

philosophy, politics and ethics, art enables the suspension of daily life. The text is the result of researches carried out with the production in Social Service in events of the category, postgraduate and articles in periodicals of the area. It analyzes Art as a means of coping with the social question in the contemporary scenario and points to the professional project of the Brazilian Social Work as a useful path in this direction.

KEYWORDS: Art; Social Work; Congress; Postgraduate; Academics Journals.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Tolstói (2002), a Arte é a atividade humana que consiste em um homem comunicar conscientemente a outros, por certos sinais exteriores os sentimentos que vivenciou.

A arte é vital na história da humanidade, uma vez que ela comunica independente de tempo histórico, de raça e crença religiosa. A arte é um mecanismo de comunicação universal, ela transcende desavenças e perpassa pelo tempo, transmitindo sempre a realidade, a história e os sentimentos de um povo.

Neste sentido, ao realizar a Arte, o artista, mesmo sem ter a intenção, imprime os elementos que marcam a conjuntura social

inerente ao seu tempo. Assim, tem-se no artista um importante vetor de comunicação, que contagia, denuncia e revela o que está oculto numa determinada sociedade.

Através da Arte é possível ao sujeito romper com alienação, pois enquanto atividade emancipadora, assim como o trabalho, a filosofia, a política e a ética, a arte possibilita o enfrentamento das expressões da questão social por se constituir uma possibilidade concreta de efetivação do ser social. Ao trabalhar os temas que permeiam a realidade, com a Arte, é possível tocar em temas pouco comentados socialmente, levando os indivíduos a conhecerem a sua história e desta maneira, poderem atuar criticamente para conquistar a emancipação social.

Dada essa compreensão inicial e a percepção da importância de trazer à baila essa reflexão no Serviço Social, foram desenvolvidas três pesquisas no âmbito do Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica na Universidade Federal de Sergipe a fim de compreender a apropriação da temática no Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, o estudo teve por objeto a aproximação do Serviço Social ao debate sobre arte, com base nos trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), e na produção acadêmica em periódicos online e na pós-graduação *stricto sensu* na área. Os resultados obtidos delineiam que a apropriação da arte é importante para pensar a intervenção e a pesquisa na área. Este ciclo de pesquisa teve em vista a ideia da apropriação da temática no âmbito do Serviço Social, com o objetivo geral de refletir sobre a Arte como um meio para o sujeito alcançar a emancipação e, ainda, o de estudar a efetividade da Arte como mediação na profissão.

No desenvolvimento da pesquisa fez-se levantamento bibliográfico sobre o tema Arte e sobre o Serviço Social na contemporaneidade, visando adquirir fundamentação teórica para auxiliar na análise dos dados. No segundo momento, em cada pesquisa desenvolvida, realizou-se a pesquisa exploratória nos anais dos ENPESS (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), e dos CBAS (2001, 2004, 2007 e 2010), a fim de uma aproximação sobre a apropriação arte e a sua mediação no trabalho profissional. O levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o mesmo propósito, ocorreu com a produção do período de 1987 a 2012. Já a produção nos periódicos *online* teve por foco o período de 2000 a 2013.

Embora tema de reflexão que amadurece no Serviço Social, com a primeira produção publicada por Prates (1997), trata-se de uma temática que deve ser considerada na perspectiva de analisar, dentro da instrumentalidade do Serviço Social, como a arte vem se constituindo como um importante meio de enfrentamento da questão social no cenário da contemporaneidade.

A diversidade de interpretação sobre a arte sugere compreender que o conhecimento sobre a arte possibilita refletir acerca de novas formas de intervenção do assistente social sobre determinadas expressões da questão social e assim contribuir para qualificar a atuação profissional, estimular a reflexão coletiva acerca do

trabalho profissional que utiliza a arte como mediação e instrumento de transformação social, como também efetivar o projeto profissional do Serviço Social, que propõe uma intervenção social emancipadora dos sujeitos que lutam pela conquista de direitos e cidadania dentro de uma sociedade capitalista excludente em sua essência. Deste modo, trabalhando a arte, trabalha a inclusão social, a disciplina, o respeito, a consciência estabelecendo práticas sociais transformadoras visando à ampliação da consciência crítica e a prática da cidadania.

2 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ARTE E VIDA SOCIAL

Segundo Ivo Tonet (2013, p. 22) o mundo é um conjunto de partes articuladas e uma dentre estas partes, a categoria trabalho, se destaca como sendo fundante da totalidade. Assim, de acordo com o referido autor, o trabalho é a categoria mater desse mundo. É a dimensão mais antiga que há e também a matriz de todas as outras que existem. Através do trabalho, o homem mantém o intercâmbio com a natureza e a transforma para produzir os bens que atenderão as suas necessidades da existência humana. Este processo, explica Tonet, é que dá origem ao mundo social, pois resulta no surgimento de processos de trabalho, relações sociais e desenvolvimento de forças produtivas.

Neste sentido, o trabalho é uma forma de sociabilidade. Historicamente, no período greco-medieval, a transformação da natureza para a produção de bens necessários a existência, se deu através do trabalho escravo, trabalho servil. O modo de produção escravista separa o trabalho manual do trabalho intelectual. O primeiro era desenvolvido exclusivamente pelos escravos e servos, enquanto o segundo era próprio da classe nobre.

A transição do mundo medieval cuja centralidade era no objeto, para o mundo moderno cuja centralidade esta no sujeito, exigiu percorrer um caminho. O caminho da razão. É “esse percurso que a razão, norteadas pela lógica, devia percorrer para, superando os obstáculos da aparência, alcançar a essência das coisas” (TONET, 2013. p. 27).

A melhoria do trabalho servil foi dando origem ao “excedente”, depois ao comércio que vai se intensificando a medida que aumenta também o acúmulo da capital mercantil. Tem-se na História, que o marco do evento das cruzadas, entre tantos outros eventos estimulou o intercâmbio e o comércio. Posteriormente vieram as manufaturas e depois as grandes indústrias. E todos estes momentos são possíveis devido à acumulação do capital, que vai criando as bases materiais de uma nova forma de sociabilidade, de acordo com Tonet (2013, p. 30): a produção de riqueza.

A produção de riqueza é dinâmica, pois no modo de produção feudal a riqueza era constituída de terras e escravos/servos. Contudo, no modo de produção capitalista a produção toma forma de capital, cuja acumulação não tem limites. Surgem, desta

forma, duas grandes classes: a burguesia e o proletariado e juntamente com elas, inicia-se uma nova forma de sociabilidade fundada na compra e venda da força de trabalho.

Na sociedade capitalista a produção de riqueza assume a característica de fetichismo da mercadoria. Para Tonet (2013, p. 30), “o fetichismo da mercadoria no capitalismo é um processo que imprimia um caráter de naturalidade como se as relações entre as coisas fossem regidas por leis naturais e não por pessoas”. Era como se a exploração fosse algo natural da sociedade e as pessoas se adaptavam e moldavam suas vidas naturalmente a este fato.

O modo de produção capitalista funciona assim: É o mercado quem dita as regras de todo o processo de produção e distribuição de riqueza. As pessoas no capitalismo precisam ser livres e cada vez mais individualizadas para que possam alcançar seus interesses e ambições. Todo este desenvolvimento foi responsável por todas as transformações que culminaram na Revolução Industrial, contudo resultou também em transformações políticas, artística, jurídicas, educativas, filosóficas, científicas, entres outros setores da sociedade. Foi uma nova maneira de ver o mundo e se relacionar com ele, e tudo isso derivou da atividade de produção de riqueza material. A razão neste momento estar em evidência.

Esse processo foi lento e gradual, e para chegar até ele, primeiramente o ser humano passou por um modo de transformação, primeiro em indivíduo e depois em ser social. A lógica da nova forma de produzir a mercadoria no capitalismo implica em articulação entre conhecimento e produção.

Tonet (2013. p. 68) ressalta que “a realidade social é resultado integral da interatividade humana ao longo do processo histórico e não de forças naturais ou sobrenaturais.” A partir disso pretende-se enfatizar a capacidade humana de compreender e transformar o mundo dos homens. E é este o caminho pelo qual surge a Arte.

O ser humano é capaz de utilizar a arte como um meio de transformar a realidade, expressar o que pensa, divulgar suas crenças, ideias e emoções, como forma de retratar o contexto no qual se insere. A arte, enquanto capacidade humana desenvolve-se também por meio do trabalho. Fischer (1976, p. 21) revela, que a “arte é quase tão antiga quanto o homem”, pois é uma forma de trabalho, e o trabalho é uma propriedade do homem. Já Plekhanov, (1969. p. 11), diz que: “A arte deve contribuir para o desenvolvimento da consciência humana, para a melhoria do regime social”.

A arte é expressão, é necessária no sentido de que ela comunica algo, transmite uma mensagem da história e das expressões da questão social inerente à realidade de quem a produz. Portanto, a arte é inerente ao ser humano, é uma atividade própria ao ser humano. É a responsável por expressar as ideias, significados, sensações e sentimentos próprios de sujeitos sociais e sua cultura.

A arte sempre esteve presente na história. Desde os primórdios o homem fez uso deste importante recurso para transmitir sua cultura, reproduzindo em suas artes:

Suas crenças, seus valores, tradições, costumes, suas necessidades, seus medos, enfim a arte constitui-se também como um importante veículo de comunicação que serve para passar de geração a geração a história de determinado povo.

Ao longo da história da sociedade capitalista a arte vem exercendo uma função social. Ocorre que, com a implantação do capitalismo, a arte passa a refletir o cotidiano e a realidade de cada povo. Entretanto, tudo se transforma em mercadoria, as relações estão cada vez mais escassas e é grande o processo de individualização do ser humano. A arte dentro deste processo sofre os impactos, vai perdendo o seu sentido e vai se fragmentando e exercendo varias funções de acordo com a classe social a que se destina.

A arte é responsável por expressar as ideias, significados, sensações e sentimentos próprios dos sujeitos sociais e sua cultura. A arte é necessária no sentido de que ela comunica algo, transmite uma mensagem da história e das expressões da questão social inerente a realidade de quem a produz.

Ao longo da história da sociedade capitalista a arte vem exercendo uma função social e expressando o contexto histórico de cada época e civilização. Com a implantação do capitalismo, a arte é utilizada pelas pessoas para expressar os impactos da questão social, refletindo o cotidiano e a realidade de cada região.

Dentro desta lógica a arte possui uma função social, pois basta interpretá-la para apreender as mensagens que ela carrega tais como origem, política, sociedade, educação, socialização, ambientes, comidas típicas, rituais, religiões, enfim, a realidade de cada povo.

Fischer (1987) revela que a origem da arte esta atrelada à religião e à ciência e todas atuavam juntas sem distinção, exercendo um papel de magia para decifrar um mundo desconhecido, que era explorado a cada dia. Porém com o tempo esse papel da arte foi de modo gradativo sendo alterado para desempenhar a função de retratar a realidade social e registrar na história a realidade de determinado tempo, bem como instrumento de luta social.

É através da arte que a classe trabalhadora pode romper com o processo de alienação, ao expressar em suas obras a realidade de sua categoria, a exploração do proletariado, retratando em suas obras a luta de classes, contribuindo para despertar um estágio de reflexão, na sociedade consumista, contribuindo desta forma para promover nos sujeitos um despertar das consciências coletivas para a realidade na qual estão inseridos, rompendo assim com a alienação.

A arte contribui socialmente no sentido de ser um reflexo da realidade como, por exemplo, o fato de muitos artistas destacarem-se ao usá-la como forma de contestação social e como instrumento de luta, assumindo, portanto uma postura revolucionária na sociedade. É notório, neste ponto, o quanto a arte esta intrinsecamente ligada à cultura. Assim, quando se observa, por exemplo, a história do Brasil, vê-se que a cultura sempre ficou a cargo da burguesia, que além de possuir os meios de produção, eram detentores dos meios que levavam a sociedade ate cultura e também até a

política.

Na história recente, especialmente durante o golpe militar, a repressão foi grande a todas as manifestações artísticas que fizessem críticas ao poder concentrado e ao autoritarismo dos governantes. Os movimentos sociais dentro deste contexto tiveram a função de lutar, com a contestação do regime vigente e artistas de várias expressões foram importantes para estimular com suas obras a efervescência dessas lutas.

Nesta perspectiva, a arte traz a possibilidade de levar a um despertar da consciência crítica dos sujeitos, de forma que alcancem independência política. No caso do Serviço Social, tem como ponto em comum a defesa da emancipação do sujeito por meio de um projeto profissional que almeja uma nova ordem societária, em que o conhecimento seja o meio que capacita e atua na construção da sua própria história. E assim contribuir para melhorar o mundo em que vive.

3 | ARTE COMO MEDIAÇÃO NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Segundo Pontes (2000, p. 37), a relação entre Serviço Social e mediação “nasceu de preocupações objetivas e cotidianas da ação profissional de assistentes sociais”. De modo geral, o termo mediação, alude uma ação de atuar como mediador de conflitos de natureza política, jurídica, familiar, etc. visando a conciliação de interesses entre as partes.

Porém, a apropriação da categoria mediação no Serviço Social não se restringe a uma determinada forma prática, mas *como uma categoria objetiva, ontológica, que tem de estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito* (LUKÁCS, 1979, p. 90 *apud* PONTES, 2000, p. 38. Grifos originais). Ou seja, a apropriação da mediação está inscrita no contexto da ontologia do ser social, que possui uma dupla dimensão: ontológica e reflexiva.

Santos (2009, p. 56) argumenta que a mediação, embora difundida no senso comum, apresenta muitos significados na sua interpretação, mesmo entre profissionais da área.

Pode-se inferir que a categoria mediação é muito difundida no meio profissional, com vários significados, principalmente quando relacionada com instrumentalidade. Há estudos que apontam na relação profissional/usuário uma mediação entre sujeitos, deslocando seu significado, para o nível do senso comum, por exemplo, o profissional que medeia a relação, como uma ponte entre o serviço e o usuário – aqui o sujeito é ele mesmo a mediação; ou o desenvolvimento de determinada atividade junto aos usuários, na qual, a atividade em si “é” a mediação.

Trata-se de uma apropriação que se desenvolve a partir dos anos 1990 com o amadurecimento teórico da profissão, e de uma apreensão profunda do pensamento crítico-dialético, base do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

É importante destacar que o “Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão

social e técnica do trabalho na ordem social capitalista madura e caracteriza-se por ser uma profissão interventiva” (PONTES, 2000, p. 43), e nesse sentido a apreensão da categoria mediação traz um aporte significativo ao desvendamento dos fenômenos e implica na intervenção qualificada ao assistente social, pois a ação profissional, quando atende meramente a interesses institucionais, aparece despida de mediações, porque se apresenta de forma imediata e no plano da singularidade. Para uma ação repleta de mediações é indispensável fazer aproximações do real ou da legalidade social (PONTES, 2000).

Portanto, o mediato não supera o imediato, quem o faz é a *mediação*, fato que também ocorre em relação ao fenômeno e à essência, por isso, a força inerente e necessária à superação não se manifesta nos pólos da relação, ela é uma propriedade da *mediação*. Porém, a *mediação* não se restringe somente a uma relação pautada na negação e no reflexo, pois ela é, sobretudo, o modo pelo qual se dá a superação (SANTOS, 2009, p. 71).

Nesse sentido, pensar a mediação leva a compreender a instrumentalidade no Serviço Social, uma vez que, como assevera Guerra (2007, p. 02)

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Reconstruir a particularidade histórica da profissão significa recompor intelectivamente o campo de mediações, cumpre compreender que “a particularidade é o espaço reflexivo ontológico onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza” (PONTES, 2004, p. 46).

No trabalho direto com os usuários, seja individual ou coletivamente, não são entrevistas e reuniões que definem as metas, mas os princípios e objetivos que definem a reunião e a entrevista a ser realizada (VASCONCELOS, 2000). Neste sentido, os profissionais devem apropriar-se das possibilidades dadas na realidade, desenvolvê-las e transformá-las em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2009), dada sua inserção peculiar nos espaços ocupacionais, que os coloca “em contato com vários níveis, que aparecem no plano da singularidade na forma de fatos/problemas isolados, de tipos: individuais, familiares, grupais e/ou comunitários” (PONTES, 2004, p. 45).

Na divisão social do trabalho, o Serviço Social insere-se no interior dos equipamentos socioassistenciais, desenvolvendo uma atuação marcada pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários. De maneira que pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população, viabilizando o acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens (YAZBEK, 2009).

Posto isto, o desafio é descobrir novas mediações, identificar particularidades e estratégias de ação nas mediações que possam requalificar o fazer profissional, [...] *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo* (IAMAMOTO, 2009, p. 20. Grifos originais).

A natureza interventiva da profissão põe em questão as demandas sociais na intervenção sócio-histórica na profissão, a qual elenca as habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativa, ético-política, no fazer profissional, exigindo do profissional uma competência crítica para sua intervenção. Assim, a competência crítica supõe:

a) um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada pelo Serviço Social e nas autorrepresentações do profissional, cuja porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre teoria e história; b) um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização, que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura (IAMAMOTO, 2009).

O projeto ético-político do Serviço Social construído a partir de 1980, baseado no alicerce teórico marxista, direciona-se para a emancipação humana, frente aos desafios conjunturais, superando o conservadorismo político e ético, discute a relação moral, ética e sociedade no fazer profissional baseada no Código de Ética de 1993 (SILVA, 2003)

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. (NETTO, 1999, p. 16).

Dessa maneira, o trabalho do assistente social privilegia *a produção e a reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das “classes que vivem do trabalho”* (IAMAMOTO *apud* Antunes 1995, p. 25). Para Netto (1996) o problema teórico-analítico das profissões está em compreender a particularidade prático-social de cada profissão frente as transformações societárias, determinando mediações que interligam a profissão àquelas transformações.

De tal modo, que torna-se necessária a compreensão da profissão e sua inserção no espaço social na rede de mediações ontológicas da realidade, bem como, a categoria mediação na dimensão operativa do Serviço Social na contemporaneidade.

A temática sobre arte no Serviço Social aparece como instrumento do exercício através da mediação, percebida como categoria ontológica e reflexiva, cujos elementos constitutivos são indissociáveis na compreensão do ser social no trabalho com os diferentes segmentos. Reconhece-se o intercâmbio entre arte e conhecimento,

numa abordagem que abarca valores como cidadania, solidariedade, autonomia, e emancipação

Observa-se que na atualidade, nas mais variadas políticas setoriais, há intervenções que utilizam expressões artísticas como forma de estimular pessoas ou grupos a participarem das dinâmicas institucionais. São atividades coletivas em diversas expressões artísticas com predomínio das que envolvem música, teatro, dança, capoeira, artesanato e cinema, articuladas a manifestações culturais ou políticas.

Essas atividades podem ressaltar valores emancipatórios, com ênfase na reflexão sobre as condições de vida e trabalho no contexto atual, explorando as possibilidades de protagonismo social dos sujeitos coletivos. O pensamento e o significado da arte põem em questão a alienação das relações sociais na sociedade capitalista e traz como um dos instrumentos o debate sobre a cidadania como um dos princípios respaldado pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993).

A arte se constitui como instrumento que favorece o Serviço Social, por ser um importante instrumento de expressar a questão social. E ainda por constituir em um método criativo que atua como um elemento essencial na construção do projeto profissional que rege o Serviço Social.

É com a busca da apreensão ontológica das expressões realidade que o Serviço Social atua de acordo com o seu projeto profissional. Assim, é possível enxergar a possível relação da Arte com o Serviço Social, uma vez que a Arte expressa à cultura de cada povo que a produz. E constitui-se dentro da sociedade capitalista vigente como um meio que possibilita o entendimento das expressões da questão social, que é a matéria prima do Serviço Social, e representa também um meio de lidar, minimizar e até de solucionar às expressões das questões opressoras, inerentes ao modo de produção capitalista.

Neste sentido, Santos (2004, p. 8), aponta que:

O Serviço Social inserido em espaços ocupacionais, resultantes de processos de trabalhos, e na condição de profissão inserida na divisão social e técnica da sociedade capitalista tem na sua intervenção uma gama de possibilidades de interpretação para a *inserção* da arte (ou das artes) no seu fazer cotidiano, tratando-a como forma de emancipação política.

A Arte possibilita o indivíduo entender a realidade na qual esta inserido e assim romper com a alienação, levando-o a se constituir como um sujeito crítico, capaz de ser autor de sua história. Santos (2004, p. 8) sinaliza que:

Ao defender essa perspectiva, defendo, então, a *arte como forma de emancipação política*. Nesse sentido, pode-se compreender a arte como uma mediação no fazer cotidiano do serviço social, uma vez que expressa na sua singularidade a representação do real.

O ser humano enquanto sujeito social sente necessidade de transmitir suas ideias, emoções, crenças e portanto expressar o que pensa, imprimindo a sua história e a de seu povo. Então a Arte é, e sempre será necessária para que o homem se expresse e entre em equilíbrio com seu meio, além de possibilitar um despertar da consciência, pois na medida em que “o artista” imprime a sua história na forma de arte, ele apreende a sua realidade e adquire capacidade de se tornar um ser crítico, entendedor do contexto que o cerca.

É nessa relação Arte/sociedade que podemos vislumbrar as possibilidades presentes ao Serviço Social. No entanto se faz necessário buscar compreender os princípios que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social, para adquirir uma qualidade na intervenção profissional. Neste sentido a arte tem esse papel de potencializar as ações profissionais do Serviço Social.

Com relação a estes aspectos, conclui-se que a Arte como mediação no Serviço Social volta-se à apreensão da realidade, pois possibilita o indivíduo entender-se como um ser social capaz de transformar a sua história e de se integrar ao compromisso social de levar os demais sujeitos a compreender o contexto no qual estão inseridos.

4 | ARTE NA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

As pesquisas debruçaram-se em três direções na produção em Serviço Social: levantamento em anais de eventos nacionais da área, especificamente CBAS e ENPESS; levantamento na pós-graduação na área; levantamento nos periódicos *online* da área. Em todas as etapas, o levantamento utilizou os documentos disponíveis no marco temporal entre 1987 e 2014, conforme especificado anteriormente.

O levantamento dos dados nos **eventos nacionais da área** durante o período de 2000 a 2010, computou 28 produções nos ENPESS e nos CBAS foram 26 produções, totalizando 54 trabalhos nos dois eventos. Destes trabalhos apresentados, mesmo quando nos anos coincidentes dos eventos (2004 e 2010), percebeu-se que não houve repetições quanto à produção. Observou-se uma maior incidência de trabalhos no ENPESS em relação ao CBAS nas dez edições dos dois eventos.

No que concerne ao quantitativo de trabalhos apresentados nos eventos 52% estão publicados no ENPESS, o qual somente no ano de 2010, atribuiu um eixo específico para a temática de arte em suas diversas expressões culturais, enquanto 48% dos trabalhos apresentados encontram-se publicados no CBAS. Ressalte-se, todavia, que proporcionalmente foram mais trabalhos no CBAS, uma vez que houve no período seis ENPESS e quatro CBAS.

Tratando-se dos eixos temáticos percebeu-se que não houve um eixo temático específico nos ENPESS de 2002 a 2008 e mesmo no de 2010, com o eixo “Política Social e Serviço Social: cultura”, os trabalhos foram diluídos em diversos eixos temáticos. Foram trabalhos que enfocaram a arte nos vários segmentos de usuários e

tema nos quais se insere o assistente social - criança e adolescente; juventude, idoso; gênero, bem como nas mais variadas formas de expressão artística – música, teatro e dança sendo as mais expressadas.

Já no CBAS, os eixos temáticos que enfocaram o tema seguiam uma uniformidade, ainda que não tivesse a mesma nomenclatura. Ressalte-se que o tema, ainda que não inserido em eixos específicos, como se observa nos ENPESS de 2006, 2008 e 2010, é apresentado por trabalhos em eixos diferentes, o que pode indicar a necessidade de um eixo específico.

Quanto aos tipos de trabalho (relato de experiência, reflexão teórica, sistematização de pesquisa) não foi possível identificar em todos os eventos, uma vez que a maioria dos trabalhos não disponibilizou essa informação. Pode-se inferir, entretanto, que aqueles trabalhos apresentados nos ENPESS foram resultantes de pesquisas e reflexão teórica. No caso do CBAS, não foi possível tal identificação em razão de sua amplitude no tocante aos tipos de trabalhos apresentados.

Em relação aos dados de trabalhos apresentados por região no ENPESS e CBAS nos anos de 2000 – 2010, destaca-se a Região Sudeste com 32 trabalhos publicados, seguida da Região Nordeste com 12 trabalhos, cinco trabalhos da Região Sul, cinco sem indicação de região de origem e quatro trabalhos advindos da Região Norte.

Ao analisar os dados levantados nos encontros da área, verifica-se que a temática da arte se faz presente nos trabalhos de 13 estados brasileiros (considerando que algumas pessoas vincularam-se a mais de um estado): são 17 trabalhos elaborados no Rio de Janeiro, oito trabalhos de São Paulo, cinco em Minas Gerais, cinco em Sergipe, quatro no Rio Grande do Sul, três em Pernambuco, três no Pará, dois Espírito Santo, dois na Bahia, um no Maranhão, um Ceará, um no Paraná, um no Acre. Não foi possível identificar a origem de quatro trabalhos, que ficaram sem identificação de localização. Percebeu-se que a apropriação da mediação da arte no trabalho profissional está mais inserida na Região Sudeste com predomínio no Rio de Janeiro.

No mapeamento das instituições de vinculação dos autores identificados nos trabalhos do ENPESS e CBAS, lembrando que há autores com mais de um vínculo institucional, 67% foram produzidos por autores vinculados a Instituições de Educação Superior - IES. Ademais, 6% dos trabalhos foram produzidos pelas Organizações Não Governamentais - ONG, 6% pelas secretárias públicas, ao mesmo tempo, 3% dos trabalhos foram produzidos pelas experiências em projetos, programas, ou serviços em prefeituras. Mais ainda, as produções de 2% das Fundações, 2% do Ministério Público e 2% dos trabalhos produzidos pelas Empresas. Chamou a atenção o fato de 12% dos trabalhos encontrarem-se sem identificação das instituições as quais se vinculam os/as autores.

Com relação ao aporte teórico utilizado nos trabalhos analisados, destacaram-se dois grupos: autores do Serviço Social e autores de outras áreas. Dentre os autores da área, identificam-se aqueles que são referência quando se trata do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e que compõem a base da formação em Serviço

Social. No caso de autores de outras áreas, há uma diversidade. São autores de áreas como Filosofia, Política, Sociologia, Direito, Literatura, dentre outras mediações. Todavia, deve-se atentar para a diversidade na direção teórica encontrada: desde aqueles autores nomeadamente marxistas (o que corrobora o projeto Ético-Político) até autoajuda ou ficção, o que pode sinalizar um traço conservador na profissão.

No caso da pesquisa sobre os **periódicos da área**, teve por base o levantamento bibliográfico em periódicos nacionais específicos da área de Serviço Social, disponíveis *online*, e com avaliação pela CAPES, por meio do Qualis periódico, através do portal da CAPES. Conforme consta no referido site, “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES, para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação”.

Este sistema de avaliação, segundo explicação no site da CAPES, “disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção”. Tal classificação de periódicos é atualizado todo ano e são avaliados por padrões de estratos indicativos da qualidade – “A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero”.

Assim, a busca de todos os periódicos foi feita no critério “Qualis por área”, onde foi inserida a palavra-chave “Serviço Social”. Logo foram localizados 814 periódicos classificados e avaliados na área, sendo 73 *online*, mas não são todas as revistas que são específicas do Serviço Social. Observou-se que há diversos periódicos com registros em formato impresso e em formato online, com inscrições (ISSN) diferentes.

Do total de 73 periódicos *online*, dentre os quais 13 são revistas online produzidas especificamente pela área de Serviço Social, que possuem vínculo específico com os programas de pós-graduação do Serviço Social ou não (no caso de Revista Serviço Social e Sociedade e a Revista Temporalis).

Do total da busca, 21 artigos apresentaram palavras-chave “arte e serviço social”, ou apenas arte, no período de 2001 a 2013. Segundo o Portal CAPES a área do Serviço Social possuía no ano da pesquisa 31 programas de Pós-Graduação. Assim conforme consta nos dados do quadro acima, foi possível evidenciar que os periódicos listados, que possuem produções na área do tema objeto deste estudo: Arte; Serviço Social”, são produzidos por Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social pertencentes em sua grande maioria a Universidades Públicas.

Neste sentido, apreendeu-se do resultado, ao se fazer um levantamento de publicações em periódicos *online* da área, no período de 2000 – 2013, que existe um reduzido número de artigos que tem relação com o tema em análise: “ Serviço Social, Arte e Projeto Profissional”, pois nem todos os trabalhos atenderam os critérios propostos nesta pesquisa. Observa-se, todavia que as publicações são majoritariamente lançadas em revistas vinculadas a Universidades Públicas brasileiras.

Este fato revela que nas revistas *online* da área do Serviço Social em geral, constam poucos registros que tratam, atualmente, sobre a contribuição da Arte como

recurso e mediação possível ao Serviço Social no fortalecimento do seu Projeto Profissional.

Com relação à produção **em teses e dissertações**, no período de 1987 a 2012, utilizou-se a estratégia de indicação de palavras-chave, sendo encontradas 19 produções: 14 dissertações e cinco teses. Constatou-se que a relação entre a Arte e o Serviço Social vem crescendo em termos de produção acadêmica, apesar de ainda possuir um número pequeno de produções com relação a este tema. Foi também possível averiguar que este elo que se apresenta como objeto desta pesquisa, está presente nos diversos campos no qual atua o Assistente Social, assim como nos diversos campos de expressão da Arte (artes em geral, teatro, cultura, entre outras expressões).

Foi possível apreender que a Arte no âmbito do Serviço Social configura-se como mediação para o enfrentamento do objeto profissional de trabalho do Assistente Social: a questão social. Este processo de envolvimento do Serviço Social com a Arte promove uma qualificação no campo de intervenção do Assistente Social, à medida que possibilita enxergar novas alternativas diante de uma sociedade regida pelo capitalismo e oprimida pelas expressões da questão social.

Neste sentido, a ação profissional do Assistente Social amplia-se, pois novas estratégias que atuem na mediação e no processo de compreensão dos sujeitos quanto ao seu contexto histórico. Estes novos instrumentos trazem um importante resultado que se configura na capacitação dos sujeitos para atuar criticamente, rompendo coma alienação e construindo sua independência e autonomia para lutar, melhorar e transformar a sua realidade, a sua história. A arte pode propiciar esse rompimento.

Portanto, evidencia-se que a temática que tem muito campo a ser estudado, pesquisado e investido, devido não somente ao pequeno quantitativo de publicações em eventos, em periódicos *online* da área e nas pós-graduações em Serviço Social, mas por se constituir como mais um recurso que se for bem estudado e utilizado pela profissão pode vir a se constituir como uma ferramenta eficaz no enfrentamento das expressões da questão social e também um caminho para que o ser social alcance a emancipação, de forma a fazer frente e alcançar seus objetivos ante a cultura hegemônica capitalista atual.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar desenvolver este estudo constatou-se que a temática é pouco abordada em termos de produções no Serviço Social, embora esteja em cena na profissão. Também se verificou que a Arte sempre esteve presente na trajetória da história das sociedades.

Por esta razão a Arte é um instrumento fundamental para levar ao caminho da participação, socialização e humanização os sujeitos em geral, levando-os a se

comprometerem com um ideal de melhorias sociais. E é neste momento que o Serviço Social tem a possibilidade de se fortalecer através da solidificação de uma atividade profissional que lida com as questões essenciais e necessárias para constituição de uma sociedade, cujo objetivo geral é o de formar indivíduos capazes de lutar não só por sua emancipação, mas sim pela emancipação de todos os sujeitos inseridos numa mesma realidade social.

Através das pesquisas é possível visualizar o cenário da contemporaneidade e como se apresentam as expressões da questão social neste contexto. E é neste ponto, que a Arte se sintoniza com os novos tempos, como uma eficiente forma de enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social, uma vez que a Arte propõe ao sujeito buscar a sua autonomia através da capacidade crítica de problematizar estas vertentes da questão social.

Neste sentido, compreender a Arte e sua importância na sociedade, é uma proposta da contemporaneidade, de reflexão coletiva, um instrumento hábil de intervenção na realidade, é um campo comum a todos e é o maior legado que a humanidade pode deixar para as gerações posteriores.

A Arte, assim como o Serviço Social tem um amplo campo de atuação, desta maneira esta profissão, para enfrentar os desafios do presente, encontra na Arte um modo de, segundo IAMAMOTO (200, p 20), “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de redescobrir alternativas” que possibilitem ao sujeito fazer frente a alienação e alcançar a emancipação social.

REFERÊNCIAS

CAPES (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**). Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 19 de outubro de 2012.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. Tradução de Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GUERRA, Yolanda. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. In: Simpósio mineiro de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS-6ª, 2007

IAMAMOTO, M. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade**. In: Atribuições privativas do Assistente Social. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) - Gestão Tempo de Luta de Resistência. 1ª Ed. Ampliada, 2012.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

JESUS, M. L. M.; SANTOS, M. N. J.; NASCIMENTO, T. A. **Arte e Serviço Social: Levantamento de fontes em eventos nacionais da área (2000-2010)**. Relatório de Pesquisa do PIBIC. 2010 – 2011. Universidade Federal de Sergipe, 2011.

MENDONÇA, I. P.; SANTOS, V. N. **Serviço Social, Arte e Projeto Profissional. Levantamento de dados em banco de teses e dissertações da área (1987 - 2012)**. Relatório de Pesquisa do PIBIC/

PICVOL. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, Ano XVII. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

PLEKHANOV, G. A arte e a vida social. 2a Ed. São Paulo: Brasiliense. 1969. Cap. 1.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB, 2004.

_____. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

PRATES, J. C. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o Assistente Social**. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/2313> >. Acesso em: 13 de dezembro de 2012.

SANTOS, V. N. **Arte como mediação no Serviço Social**. Disponível:<http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/2/2brNubiaSantos_stamp.pdf > Acesso em : 28 de janeiro de 2013.

_____. **Reflexões sobre a mediação da arte no Serviço Social**. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2010, Brasília. XIII CBAS Lutas sociais e o exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político profissional. Brasília: CFESS, 2010.

_____. **Projeto Orquestra Sinfônica Jovem de Sergipe**. Arte e história. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. 167 f.

_____. **Arte em cena**: algumas reflexões na formação e no projeto político-profissional do Serviço Social. In: XVIII Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social, 2004, San Jose. XVIII Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social. San Jose: Universidad de Costa Rica, 2004. p. 1-19.

Serviço Social na contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vXbvPZWEfhI>> Acesso em: 29 de jan 2014.

SILVA, Marlise Vinagre. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Palestra proferida no Seminário Internacional “Ética e Direitos Humanos”, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, 04 a 07 de novembro de 2003, Rio de Janeiro.

TOLSTOI, L. **O que é arte?** São Paulo: Ediouro. 2002.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 1a Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional**. Brasília: UnB, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio- histórico da profissão. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

Universidade Federal do Maranhão
São Luís-Ma

Neudilene Viana Diniz

Universidade Federal do Maranhão
São Luís-Ma

Selma Maria de Oliveira Brandão

Universidade Federal do Maranhão
São Luís-Ma

RESUMO: Reflexão acerca do CDILUSS como base relevante de informações na UFMA, relacionadas às lutas sociais e ao Serviço Social no Maranhão. Destaca-se o resgate de memórias históricas na busca por informações e conhecimento, como base do acervo do CDILUSS. Analisam-se as inúmeras dificuldades de plena efetivação dos objetivos do referido Centro, como decorrente da insuficiência de políticas públicas de preservação da memória histórica no país e, particularmente no Maranhão. Destaca-se ainda a importância dos investimentos públicos para a manutenção e disseminação de trabalhos desta natureza, configurando assim os avanços alcançados no CDILUSS.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Documentação. Lutas Sociais. Serviço Social. Memória Histórica. Política Pública de Informação.

ABSTRACT: Parte superior do formulário Reflection on the CDILUSS as relevant background information in UFMA related to social struggles and Social Work in Maranhão. Noteworthy is the rescue of historical memories in the search for information and knowledge as the basis of CDILUSS the acquis. Analyzes the various difficulties in full realization of the objectives of that center , as imposed by the lack of public policies to preserve the historical memory in the country and particularly in Maranhão. It also highlights the importance of public investment for the maintenance and dissemination of works of this nature , thus setting the advances made in CDILUSS .

KEYWORDS: Documentation Center. Social struggles. Social Service. Historical Memory. Public Information Policy.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é resultado de intensas transformações ocorridas ao longo de diferentes épocas - sobre diversos aspectos - influenciando assim no desenvolvimento e adaptação do indivíduo nos diferentes contextos históricos. Grande parte dessas transformações foi ocasionada por constantes lutas sociais, travadas entre classes sociais distintas. A desigualdade em todos os seus

aspectos, destaca-se como causa destas disputas ao longo da história, manifestas na forma de diferentes tipos de opressão impostas por aqueles que buscavam manter-se eternamente no poder. Entretanto, via de regra, a resistência sempre esteve presente em todos os agrupamentos humanos, sob diferentes manifestações de lutas, como aquelas que presenciamos no atual contexto societário. Neste contexto, encontra-se a memória, como importante instrumento capaz de modificar toda uma população e o ambiente em que vive.

A memória coletiva é a identidade de um povo, de valor imensurável, cuja história está preservada com o intuito de consolidar seu importante papel para a sociedade. Ao longo do tempo, a memória que começou a ser preservada de forma oral, passou a ser registrada sob diversas formas, sempre com o objetivo de ser resgatada com fins coletivos.

Dentre os espaços de preservação de registros sobre lutas sociais, podemos citar como exemplo o Centro de Documentação Informação em Lutas Sociais e Serviço Social – CDILUSS, objeto do nosso trabalho. O CDILUSS é um espaço que foi criado com o objetivo de salvaguardar a memória do Serviço Social e lutas sociais no Maranhão, registrados em diversas produções feitas por acadêmicos, pesquisadores e profissionais que estudam sobre o assunto. O Centro possui um acervo riquíssimo e que durante anos tentou buscar, por meio das professoras do Departamento de Serviço Social da UFMA, consolidação como espaço e guarda coletiva da memória e pesquisa histórica, para todos os interessados em desenvolver estudos relacionados às áreas temáticas afins.

Assim, o presente artigo apresenta como objetivos centrais: analisar a preservação da memória histórica como importante instrumento de resistência e luta no processo de transformação social; configurar o CDILUSS como uma iniciativa relevante na perspectiva de preservar a memória histórica dos processos de lutas sociais e do Serviço Social no Maranhão e enfatizar a necessidade de ampliação de investimentos públicos no Brasil voltados para a preservação da memória e de acervos históricos.

2 | AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO BRASIL: INDICAÇÕES PRELIMINARES

A história de um povo, suas lutas e mudanças ocorridas, desde o início até os dias atuais, podem ser identificadas e resgatadas pela memória, como espaço de guarda e preservação. Dessa forma, as gerações futuras podem conhecer e buscar meios que enriqueçam e minimizem as diferenças e as desigualdades, podendo proporcionar, inclusive, verdadeiras transformações na sociedade.

É através da memória que o homem pode encontrar respostas para tantas inquietações, servindo ela de exemplo, de direção para as ações a serem empreendidas e de identidade do próprio homem e da sociedade em que ele está inserido. Segundo

Le Goff (1990, p.441): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Deve haver uma preocupação acerca da memória como pauta nos planos governamentais e nas políticas públicas. Conforme Jardim, Silva e Nharreluga (2009), a análise de políticas públicas de informação, espaço onde se insere também a memória, requer compreender o papel do Estado como produtor e acumulador de informações e suas implicações na sociedade contemporânea. Porém,

Nem sempre a compreensão do papel do Estado - incluindo a sua dimensão informacional - parece devidamente contemplada em análises da Ciência da Informação. Muitas vezes, o Estado tende a ser visualizado, em abordagens do campo, como um sujeito quase neutro, monolítico e sem historicidade. Ultrapassar essa perspectiva é fundamental para uma ampliação das análises sobre as políticas públicas informacionais [e de resgate da memória]. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Apesar de o poder do Estado estar em questão, como decorrência do domínio do grande capital internacionalizado e das investidas da ideologia e da prática neoliberal, é importante destacar que ele continua tendo um papel fundamental na orientação e regulação desse processo de desenvolvimento social. Mas somos conhecedores de que a resposta do Estado capitalista aparece somente como forma de amenizar as lutas que problematizam as expressões da questão social e ameaçam o equilíbrio dessa forma de organização societal.

Em se tratando de políticas de informação e de resgate da memória, estas, ao serem implementadas, devem responder às necessidades e carências dos segmentos historicamente excluídos da sociedade, exclusão esta que se materializa na interdição do direito do acesso à informação, da preservação da memória e do conhecimento.

Assim, observa-se que a implementação pelo Estado de políticas públicas de informação e preservação da memória poderia melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas a luta a favor dessas políticas é, sobretudo, uma luta para encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo da quase inexistência destas, tornando-se necessário assegurar o acesso à informação às camadas socialmente excluídas.

Além do mais, mesmo garantindo-se tais políticas, não podemos perder de vista que, sob o entendimento da hegemonia econômica neoliberal, as políticas públicas são geradas “pelo princípio da alta rotatividade, deslocando-se para os indivíduos a responsabilidade em superar riscos sociais”. Dessa forma, não são geradas garantias sociais, mas permanências de acesso, ou seja, vistos temporários para qualquer que seja a proteção social. O alcance das políticas sociais em contexto de desigualdade e exclusão deve alargar-se para dar conta das condições efetivas de vida de seus usuários. (SPOSATI, 2002, p. 3).

Em busca de entendimentos para explicar tais problemáticas, Gomes (2001, p.

25) complementa

Na realidade, permanecemos com problemas com raízes macro-históricas que se refletem na ineficácia e perversidade do nosso aparelho de política social: problemas esses que são agravados ou consolidados em determinadas conjunturas, como ocorreu durante a ditadura militar ou com o neoliberalismo. Em que pese todos os avanços da política social no processo de redemocratização do país, esta é ainda legatária de uma modernização que se fez ao longo da história sob o signo da excludência social e do elitismo político.

Observa-se assim, o quanto é problemática a formulação de políticas públicas de qualquer natureza na atual conjuntura da sociedade brasileira. Além disso, é desejável que a formulação das políticas públicas sociais possam contribuir para a efetivação do direito à informação, indicando ações que possibilitem o acesso a todos os instrumentos sociais e suportes comunicacionais considerando o acesso a informação como motor da transformação social.

Esses instrumentos sociais de acesso à informação podem estar localizados nos 'lugares de memória', expressão cunhada por Pierre Nora, ao referir-se aos estoques de informação que pretendem servir à recuperação da informação no futuro, a exemplo das bibliotecas e museus, tendo uma importância fundamental nas políticas de educação, assim como nas de cultura. (HOLANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 50).

Daí a importância do CDILUSS no contexto da sociedade brasileira e maranhense. Principalmente, quando se percebe que “nas sociedades tradicionais, a memória estava incorporada ao cotidiano [...]. No mundo moderno, ela precisa ser incorporada a lugares socialmente instituídos para ser produzida e reproduzida.” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 218).

Nora (1993, p. 7), ressalta ainda que os lugares de memória devem ser visualizados como “[...] uma estratégia criada pelas sociedades contemporâneas para o problema da perda das identidades dos grupos sociais [...]”.

Finalmente, tem-se a percepção de que não existir uma ação forte institucionalizada pelo Estado também se configura como uma política. Isto é, “através de omissões deliberadas e permeadas por relações de poder, a política pública pode ser manipulada de forma a aumentar ou diminuir a desigualdade no acesso à informação” e na preservação da memória. (HOLANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 50). As ações que existem nesse sentido, no Brasil, são limitadas e pontuais. São ações isoladas que carecem de maiores investimentos para fortalecer e efetivar uma política pública de informação e de preservação da memória consistente no país.

3 | CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO

O CDILUSS é um espaço onde se encontra um acervo constituído de riquíssima e extensa parte da memória coletiva de um povo por meio da atuação de diversos sujeitos e lutas sociais que ocorreram por décadas e provocaram grandes mudanças. Registros que contém um rico valor histórico e que precisam ser preservados para não se perderem com o tempo, proporcionando assim, estudos e pesquisas para quem busca não só conhecimento, mas, principalmente, contribuir para a transformação da sociedade.

[...] Quando se fala em memória, num sentido figurado, quando se empresta a ideia de memória a um fato qualquer, em geral, há uma tendência a se tornar isso como um 'juntar' ou 'guardar' alguma coisa, 'reter'. E isso me parece insatisfatório, eu prefiro o conceito biológico de memória: guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver. (MAGALHÃES, 1985, p.67).

Devido ao fato do CDILUSS ser um lugar de salvaguarda da memória, ele possui importante papel social, pois resgata, através de seu acervo, fatos que ficaram no esquecimento de grande parte da população e que ao serem recuperados e disseminados podem contribuir para transformar a realidade ao seu entorno. O conhecimento é um dos principais instrumentos, se não o maior de todos, de luta pela liberdade

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p.410).

Um povo que tem acesso à sua própria memória é capaz de compreender o seu passado e agir em benefício de todos, tentando modificar seu futuro. Dessa forma, o CDILUSS também é um espaço de compartilhamento, de reflexão e de transformação.

3. 1 Origem, Objetivos e Acervo do CDILUSS

O Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social – CDILUSS, é fruto de uma exaustiva, mas vitoriosa conquista, vinda de um projeto que teve a elaboração junto ao Grupo de Estudo, Pesquisas, Debates em Lutas Sociais e Serviço Social – GSERMS, grupo de pesquisa ligado ao Departamento de Serviço Social - DESES e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. A ideia surgiu como eixo da pesquisa “50 anos de História do Serviço Social No Maranhão: inserção profissional nas lutas sociais”, essa

pesquisa é destacada na Comemoração dos 50 anos de Serviço Social no Maranhão ocorrido em 2003.

O evento trouxe trabalhos, experiências acadêmicas e profissionais que reforçaram o desejo de construir um local que viesse servir de base às informações, dotado de documentos e arquivos que em conjunto refletiria em um acervo de cunho individual e coletivo, fortalecendo os saberes relacionados às Lutas Sociais e da própria tradução do sentido Serviço Social.

A apresentação do projeto foi realizada em uma Assembleia Departamental do Curso de Serviço Social, que por sua vez reuniu detalhes do projeto e do caminho a ser traçado no caso de implementação. As etapas foram divididas em três para a concretização, tais são: 1ª vinculação com o DESES; 2ª classificar, levantar os registros documentais junto ao DESES e a Coordenação do Curso de Serviço Social; 3ª apresentar as condições de criação do CDILUSS em se tratando do local e mobília inicial. Após essas etapas, voltou à Assembleia para encaminhamento aos âmbitos competentes da UFMA.

A implantação fomentou um acervo que carregou a intenção de apresentar, resgatar momentos e registros das lutas e relações sociais e do trabalho, assim como particularidade de Serviço Social tornando-se memória histórica, fruto de movimentos e lutas. A intenção do Projeto seria estudar fontes do Maranhão nesse contexto, ampliando os horizontes e estabelecendo elos com o conhecimento e realidade de outros sujeitos em diferentes âmbitos, aproximando saberes de acadêmicos, professores e funcionários da UFMA e de diversas Instituições de Ensino. Colaborando na pesquisa acadêmica, construção ético-político e reconhecimento da formação e singularidades sociais em suas mais diversas expressões somando ao crescimento e também construindo novos planos, conquistas e lutas.

Reunindo documentos escritos, orais e iconográficos, o acervo documental do CDILUSS é constituído de trabalhos acadêmicos (monografias, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado; projetos, relatórios e outros registros atinentes a atividades de pesquisa e extensão); documentos históricos (atas, relatórios e regulamentos), mapas, levantamentos, cartilhas, peças teatrais, materiais jornalísticos, entrevistas, fotografias, filmes, livros e periódicos, fitas e CDs, depoimentos gravados (incluindo-se os produtos dos Seminários de Memória Oral realizados pelo CDILUSS). Todo este material e ainda livros nacionais e estrangeiros trazem informações documentais sobre as lutas sociais e o Serviço Social na América Latina, no Brasil, e especificamente no Maranhão. A importância do CDILUSS é ressaltada no recolhimento de coleções para preservação dessa memória, tendo a responsabilidade de fazer dessa riqueza de material um conjunto que incentive e fortaleça a pesquisa e o entendimento sobre a sociedade.

Desde 2006, o CDILUSS atende e funciona, ligado ao DESES em uma sala no centro de Ciências Sociais – CCSO que de fato enfrenta dificuldades e precariedade nas instalações. No entanto, busca com fervor a superação em traçar e concretizar

os objetivos que o rege como: socializar e guardar documentação que contribuirão no resgate do entendimento de significados das lutas sociais e Serviço Social, com isso tornarem-se referência no tripé da Universidade que está fundamentado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão.

3.2 Configuração Atual DO CDILUSS: Avanços, Perspectivas e Limites

Em 2013, a partir da aprovação junto à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA contemplado pelo Edital FAPEMA No. 027/2013 - Apoio ao Programa de Acervos do Maranhão - Acervos Documentais – ADOC, iniciou-se no CDILUSS, um processo de revitalização e reestruturação do ambiente e do seu acervo documental, com a finalidade de continuar a propiciar a seus visitantes um espaço acadêmico de pesquisa amplo e informatizado e preservar a memória histórica das lutas sociais e do Serviço Social no Maranhão. Atualmente, o projeto de implantação do sistema de informatização no CDILUSS é coordenado pelas professoras Maria da Glória Serra Pinto Alencar, do Departamento de Biblioteconomia, e Selma Maria de Oliveira Brandão, integrante do Departamento de Serviço Social e conta com três bolsistas, uma de Biblioteconomia e duas de Serviço Social, constituindo, assim, a equipe técnica responsável pela execução das atividades propostas pelo projeto.

Dentre os principais objetivos do presente projeto, destacam-se a identificação de documentos importantes para a constituição de um acervo documental sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão, situados no contexto das Lutas Sociais no Brasil e na América Latina; incentivo e apoio a realização de trabalhos acadêmicos sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão e; realização de intercâmbio com outros centros ou instituições similares nos âmbitos local, nacional e internacional, por intermédio da interface WEB.

O CDILUSS se propõe assim a reunir, divulgar e contribuir na produção de inventários e catálogos sobre documentos relacionados a Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão. Para tanto, poderá tomar como referência seu próprio acervo documental e/ou outros arquivos existentes em São Luís, em outros municípios do estado do Maranhão, e ainda outros estados do Brasil. Assim, após a realização das etapas de processamento técnico do acervo documental, pretende-se implantar o sistema de informatização para posterior divulgação científica, como forma de compor a REDE ACERVOS – SUB-REDE DOCUMENTOS, uma vez que este acervo está passando pelo processo de tratamento técnico para a recuperação da informação, o que possibilitará, por sua vez, fazer parte de outras redes de intercâmbio de informações.

Por tudo o que foi exposto e justificado, não pretendemos medir esforços para reunir em torno do CDILUSS segmentos sociais, acadêmicos e institucionais interessados em resgatar para um espaço público mais amplo, o registro das interrogações, dos focos temáticos, das tendências dos debates, das estratégias de ação, das conquistas

e dos revezes de diversos sujeitos e agentes envolvidos com o Serviço Social e com as Lutas Sociais, especialmente, no Maranhão, principalmente quando tem por propósito compor a REDE DE ACERVOS – SUB-REDE DE DOCUMENTOS, voltada à preservação, conservação e difusão dos documentos históricos e presentes do Estado do Maranhão a respeito desta temática.

4 | CONCLUSÃO

O Centro de Documentação Informação em Lutas Sociais e Serviço Social – CDILUSS da UFMA tem como papel reunir documentos que fortaleçam o processo de conhecimento dando impulso a novas lutas e conquistas. Ao longo do tempo a tentativa é estabelecer uma estrutura que possibilite a continuidade dos trabalhos que exprima as intenções do CDILUSS, o que, de certa maneira, vem sendo construído com muito esforço, atravessando inúmeras dificuldades, mas, ainda assim, o Centro funciona com êxito e persistência.

No entanto, a conservação e a ampliação desses locais de memória individual e coletiva é deficiente em relação à participação e o interesse do poder público. Tal interesse facilitaria no acesso do conhecimento, assim como na aproximação das origens, da história, das lutas sociais permitindo um movimento participativo da população na construção de uma identidade social, informando os direitos, aprimorando os saberes e tornando o homem um ser emancipado pelo conhecimento.

Nessa perspectiva, há uma persistência em divulgar e ampliar os objetivos e existência do CDILUSS, como uma maneira de fortalecer a área de pesquisa do Serviço Social. Assim, atende em seu ambiente alunos, professores da instituição e de outros locais de ensino, além de abrir espaço a diferentes cursos e áreas. Com essa realidade é possível ultrapassar o conhecimento para fora dos muros da Universidade, ir além da teoria e chegar à comunidade, na realidade concreta e nos seus movimentos reais seja por qual olhar for, mas preservando a intimidade com a pesquisa e a valorização das memórias históricas também como referência de novos horizontes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Selma Maria de Oliveira. **Pesquisa na formação profissional em serviço social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior: expressões particulares no Maranhão.** São Luís, 2013. 210p.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

HOLANDA, Adriana Buarque de; OLIVEIRA, Maria Cristina de; OLIVEIRA, Simone Rosa de. Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas: interesses da área de Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 47-53, jan./abr. 2013.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n.1, jan./abr. 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7, 1993.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. As concepções da memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 3, p. 216-239, 2009.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento (Coord.). **Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social (CDILUSS)**. São Luís – MA, 2006.

SPOSATI, Adaílza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., Lisboa, 8 a 11 out. 2002. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002.

DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

**Tereza Raquel Negreiros do Nascimento
Costa**

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

Vivianne Batista Riker de Sousa

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

RESUMO: O trabalho reflete sobre a articulação entre direitos sociais e formação profissional do assistente social, considerando que tal relação oferece o embasamento necessário à construção do trabalho profissional. Para sua realização, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários a acadêmicos do Curso de Serviço Social, tabulação e análise de dados. Traz reflexões resultantes do entrelaçamento entre atividades de pesquisa e extensão. Evidencia que a formação conduzida na Universidade Federal do Amazonas apresenta abordagem satisfatória quanto à discussão dos direitos sociais na operacionalização do currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Sociais,

Formação Profissional, Serviço Social, UFAM

ABSTRACT: The work reflects on the relationship between social rights and training of social workers, here as this relationship provides the baseline necessary for the construction of the professional work. For its realization, hand-launched the bibliographic and documentary research, questionnaires to academic Course of Social Service, tabulation and data analysis. Brings reflections resulting from the intertwining of research and extension activities. Shows that the training conducted at the Federal University of Amazonas has satisfactory approach to the discussion of social rights in the operation of the curriculum.

KEYWORDS: Social Rights, Vocational Training, Social Work, UFAM.

1 | INTRODUÇÃO

Direitos sociais podem ser definidos como direitos fundamentais à sociedade para uma vida digna e saudável, como seguridade social, assistência, educação, dentre outros que conformam para a evolução e desenvolvimento do indivíduo. Assim, o assistente social, segundo o seu Código de Ética, deverá trabalhar com o objetivo de consolidação do exercício

da cidadania, ou seja, tornar real a efetivação e democratização dos direitos para a população.

Como o assistente social trabalha com políticas sociais e viabilização de direitos sociais, sua formação deve assumir:

as responsabilidades políticas e sociais que atravessam a profissão, defendendo, para seus pares, o exercício de direitos reclamados para toda a sociedade: liberdade de pensamento e expressão, de escolha entre várias opções, de acesso às informações, enfim, a defesa de direitos que permitam viver plena e dignamente sua vida pessoal e profissional (GENTILLI, 2012, p. 160).

Portanto, os direitos sociais devem ser exaustivamente trabalhados na formação do assistente social, haja vista que tais direitos são imprescindíveis para a atuação da categoria, uma vez que estes se materializam por meio das políticas sociais, campo em que o assistente social contribui significativamente no planejamento, execução e avaliação.

Por essa razão, os desafios se põem à atuação profissional, demandando a formulação de teorias e estratégias de atuação no campo profissional como forma de fortalecer e consolidar os direitos sociais e as políticas sociais.

Iamamoto (2006) ressalta o olhar crítico proporcionado pela ABEPSS no fortalecimento do tripé: ensino, pesquisa e extensão, o que fornece elementos para prática profissional do Serviço Social de maior qualidade.

A autora apresenta a importância de alargar os horizontes, não somente no recinto acadêmico-profissional do Serviço Social, mas também buscar para além da profissão, como a contextualização da história brasileira em meio à nova organização mundial, um campo fértil para aprender melhor as particularidades profissionais e as diversas relações de determinantes nesses cenários históricos. Assim, abrangendo o conhecimento e saindo do senso comum, permitindo ter esse olhar crítico da realidade social e suas relações de produção, que influenciam o Serviço Social no mercado de trabalho.

A relação entre a formação profissional e as demandas do mercado de trabalho é fundamental, visto que a relevância do Serviço Social na sociedade está atrelada à sua utilidade social, como qualquer profissão inserida na divisão social do trabalho. Analisar a profissão propõe tratar, respectivamente, os modos de atuar e de pensar fazendo com que esta categoria visivelmente assuma como base a questão social, ou seja, a leitura da realidade das relações sociais, tendo em vista também, as políticas sociais públicas e os direitos sociais como fundamentais na formação dessa profissão.

Diante disso, este trabalho busca refletir sobre a relação entre direitos sociais e formação profissional, tomando como referência a pesquisa desenvolvida no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com base em pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários aos discentes, tabulação e análise dos dados. As discussões aqui traçadas resultam do entrelaçamento entre

pesquisa e extensão, visto que o artigo traz reflexões provenientes de pesquisas de iniciação científica e atividades de extensão desenvolvidas por meio do Projeto “Oficinas de Serviço Social e Direitos Sociais”.

2 | DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Os direitos sociais podem ser definidos como aqueles fundamentados na igualdade social, econômica e cultural entre os cidadãos, visando a estabilidade social com melhor qualidade de vida e igualdade social entre classes, de modo que cada um tenha direito à saúde, educação, moradia, lazer, assistência social e outros serviços sociais, ocorrendo a efetivação dos mesmos por meio de instituições prestadoras desses serviços.

De acordo com Telles (1999), a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas – ONU, de 1948, reconhece que tais direitos, associados aos direitos civis e políticos, têm *status* de direitos humanos na medida em que a vida com plena dignidade não pode ser dissociada do usufruto deste conjunto de direitos.

Marshall (1967) entende a cidadania como a conjugação de três elementos básicos, os quais ele chama de elemento civil, elemento político e elemento social. Podemos dirigir-nos a estes elementos como direitos, onde o direito civil é referente à liberdade individual como o direito de ir e vir, da propriedade privada, da justiça, dentre outros. Já o direito político denota a participação política e ativa do cidadão, como eleitor dos seus representantes ou responsável e/ou participante de instituições políticas.

Por fim, os direitos sociais, colocados em evidência, referem-se a um direito mínimo de bem estar abrangendo também o “(...) econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p.63-64).

No entanto, com Amorim (2010), observa-se que, na sociedade capitalista, a compreensão sobre cidadania se reduz a uma ideia de liberdade resumida à liberdade para o mercado, a igualdade fica apenas no aspecto jurídico e a fraternidade no discurso de diversas instituições. Assim, democracia aparece como forma instável de organização da sociedade por causa da existência de disputa de interesses de classes.

Então, uma compreensão sobre cidadania requer ir além do modo como o conceito de cidadania de Marshall é exercido na sociedade capitalista, o qual é composto pela junção de direitos políticos, civis e sociais, porque são resumidamente compreendidos como um conjunto de direitos políticos, de liberdade e de propriedade.

Desta forma, dão a ilusão de existência de uma igualdade que se sobrepõe às desigualdades (criadas pela dinâmica do mercado) e as anula. No entanto, deste modo são legitimadas as desigualdades sociais, mostrando a falsa impressão de que

a igualdade está fundamentada apenas na possibilidade de participação de todos.

Porém, é uma perspectiva equivocada porque secundariza ou desconsidera os direitos sociais na discussão de cidadania, o que possibilita a incorporação e legitimação da realidade do processo de divisão hierárquica do trabalho como algo fundamental do *status* de cidadão.

Conseqüentemente, as desigualdades sociais, políticas, econômicas, dentre outras, passam a ser vistas como problemas individuais ou de grupos, como se as condições históricas e estruturais presentes na sociedade, que são frutificadas pelo sistema econômico-social capitalista de produção, pudessem ser desconsideradas. Portanto, os direitos sociais devem ser defendidos e exercidos a ponto de trazer o suprimento das carências sociais, viabilizando as necessidades básicas, a fim de promover uma vivência saudável da população.

A vigência desses direitos remete-nos ao início da formação de uma sociedade justa e igualitária, em que todos os cidadãos têm acesso a um conjunto de direitos. Inclusive, para Coutinho (1990), cidadania e democracia estão interligadas e o melhor conceito que expressa a democracia é o de cidadania, a qual é capacidade de apropriação dos bens socialmente produzidos e atualização das realizações humanas por meio da vida social em cada contexto historicamente determinado. É fruto de luta permanente, conquistado pela luta entre as classes, vinda de baixo para cima, resultados da história e não algo dado naturalmente.

Amorim (2010) destaca que a democracia na sociedade capitalista encontra alguns entraves, pois há certa seletividade estrutural-institucional que propicia os interesses dos grandes proprietários na cena política; há conflito entre a burocracia do Estado e os interesses dos órgãos representativos da sociedade; há pouca participação da população na cena política devido ao reduzido acesso a instrumentos para controle dos efeitos políticos, sociais e econômicos; e a tendência à oligopolização partidária que segue tendência de oligopolização da economia.

O que existe, então, é uma “democracia inconclusa” e uma cidadania também inconclusa, já que significativa parte da classe trabalhadora tem liberdade limitada pela falta de acesso e garantia de suas necessidades humanas básicas. Portanto, para que a democracia seja realmente efetiva, é necessário que as necessidades básicas sejam supridas e a vida política seja apropriada coletivamente. Daí a imprescindibilidade de defesa e efetivação dos direitos sociais.

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, se faz socialmente necessário na medida em que medeia a relação capital e trabalho e se compromete com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Dentre os princípios fundamentais que norteiam a profissão de assistente social, podemos mencionar a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras [e] defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS,

1993).

O Serviço Social possui uma grande responsabilidade para a emancipação das classes sociais, tendo em vista o disposto em seu código de ética. Esse trabalho inclui o atendimento direto aos usuários nas instituições, o posicionamento sociopolítico em favor do direito e da justiça, bem como o apoio e participação dos movimentos sociais e organizações populares, buscando a democracia e direitos de cidadania.

Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o assistente social lida com direitos e trabalha planejando, executando e avaliando políticas sociais, as quais são uma forma de materialização desses direitos. Por isso, a atuação profissional se faz extremamente necessária para que os usuários conheçam e tenham acesso aos bens e serviços sociais. As orientações, encaminhamentos, contatos internos e externos, são meios de viabilização desse acesso.

A atuação comprometida e propositiva deste profissional tende a contribuir para a “qualidade do espaço público, para o controle social e, em última instância, para a construção de uma nova ordem social” (VASCONCELOS, 2001, p. 244). O assistente social atua como um grande articulador, ao passo em que seu conhecimento da gama de direitos sociais, das instituições e dos caminhos necessários, faz com que o usuário usufrua da herança social, como postula Marshall (1967).

3 | DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A simbiose entre Serviço Social e direitos sociais é patente, na medida em que a profissão ganha legitimidade na sociedade ao viabilizar direitos, por meio de planos, programas e projetos sociais. Então, para significativa atuação profissional, a formação deve propiciar as habilidades e conhecimentos necessários.

Por isto, as próprias Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), trazem que “a formação profissional deverá desenvolver a capacidade de orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos”.

Dessa forma, o conhecimento dos direitos sociais para o assistente social é imprescindível, tendo em vista que se faz um dos instrumentos de trabalho mais importantes, pois, a partir desse conhecimento, o profissional irá interagir com o usuário, viabilizando as políticas sociais necessárias à satisfação de suas necessidades.

O futuro profissional deve estar disposto a reconhecer a importância das políticas sociais, apresentadas por Pastorini (2011, p. 71) como “ações que orientam o esforço social para a obtenção de um aumento nos níveis e qualidade de vida da população, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades sociais”.

Para conhecer e atuar neste campo, o acadêmico precisa receber uma formação profissional que o instrumentalize para tanto. É nesse espírito que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996) propõe a formação alicerçada

em três núcleos.

Tais núcleos, de acordo com Yamamoto (2006), os núcleos temáticos são indissociáveis, complementam-se e relacionam-se, fornecendo conhecimentos e habilidades necessários para uma formação de qualidade dos assistentes sociais.

O primeiro núcleo é o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, e aponta que o Assistente Social precisa dominar um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para compreender o ser social e a vida em sociedade, analisando o desenvolvimento da vida social na sociedade burguesa.

O conhecimento sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade burguesa permite que o profissional em construção compreenda toda a conjuntura, para que seja possível o entendimento de como se originou a realidade atual da sociedade, sua dinamicidade na sociedade como um todo, a fim de que seja possível a visualização de possibilidades de intervenção coerentes ao contexto social, objetivando que a compreensão de que os direitos sociais não são uma dádiva, mas fruto de um processo histórico marcado por lutas sociais.

Podendo também ser acrescentado que as abordagens ontológicas e teleológicas sobre o mundo do trabalho, a partir dos conceitos de Marx, permitem o contraste entre o que deve ser o trabalho e como ele tem sido retratado na realidade em que nos encontramos, dando espaço para maiores análises sobre o mundo do trabalho e os direitos sociais, entre vários outros questionamentos que são possibilitados por este núcleo.

O segundo núcleo é o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira e se refere ao conhecimento da formação e desenvolvimento da área econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, a relação entre Estado e sociedade, o tratamento das políticas públicas, o desenvolvimento do processo capitalista, a análise da questão social e suas origens, entre outros.

Transitar pela história brasileira, a construção de seu sistema de proteção social, possibilita a compreensão sobre os avanços e retrocessos existentes no trato da questão social no Brasil. As políticas sociais nem sempre são marcadas pela lógica do direito, permeadas por distorções: assistencialismo, clientelismo e paternalismo.

Entender como os direitos se consolidaram e quais os aparatos legais de cada direito, permite que o assistente social, além de conhecer e compreender as particularidades da realidade social brasileira e seu desenvolvimento influenciado pelos ideais capitalistas e neoliberais, seja capaz de planejar intervenções e ter a perspectiva crítica aguçada para as situações subjetivas que surgem não só no espaço sócio-ocupacional, mas na realidade brasileira em geral.

O terceiro núcleo é o de Fundamentos do Trabalho Profissional e é composto pela abordagem da trajetória histórica, teórica, metodológica e profissional do Serviço Social, a abordagem da ética da profissão, etc., para que situe e capacite o profissional em formação.

As abordagens oriundas deste núcleo permitem o entendimento de como o serviço

social se inseriu na divisão sociotécnica do trabalho, com quais propósitos, e como ele foi se reatualizando com objetivo de atender as demandas que iam surgindo. Aborda também a consolidação do projeto ético-político, as transformações do código de ética profissional que define os direitos e deveres do assistente social, e põe em relevo a relação entre teoria e prática, reconhecendo que formação e trabalho profissional estão irmanados.

Os meios potencializadores da formação são o estágio em serviço social, a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre direitos e/ou políticas, os projetos de intervenção voltados para o fortalecimento dos direitos, a discussão sobre as estratégias de atuação, e o acesso à pesquisa e à extensão, assim como em outras áreas de formação, que permitem ao discente a ampliação das discussões sobre os temas referentes ao serviço social.

Então, é impossível pensar a formação profissional sem direitos sociais, visto que a viabilização dos direitos é o principal objetivo da profissão, utilizando, para isto, toda a reflexão teórica que é proporcionada, o planejamento e gestão de planos, programas e projetos, os direcionamentos do projeto ético-político, ou seja, os direitos permeiam toda a *práxis* do Serviço Social.

4 | OS DIREITOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UFAM

O atual currículo de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi construído em 2009, em razão da adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Na ocasião, o curso, que já funcionava em turno vespertino, passou a também ser oferecido em horário noturno.

Tal projeto de formação está ancorado nas diretrizes curriculares, sustentando-se nos três núcleos de formação propostos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A preocupação é instrumentalizar o acadêmico para responder às demandas que emanam dos usuários dos serviços sociais, o que implica em dispor de um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que o permita oferecer alternativas que atendam às necessidades e que potencializem os direitos dos usuários. Nesse sentido, seu objetivo fundamental é:

Habilitar e instrumentalizar o aluno para o exercício consciente, coerente e consequente do trabalho profissional. [Seu objetivo é] capacitar profissionais que possam atuar na sociedade, compreendendo as necessidades e interesses dos diferentes grupos, indivíduos e setores, bem como os mecanismos de organização e participação social. Seus conhecimentos devem abranger e considerar os fatos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos (UFAM, 2009, p. 18).

Para desenvolver competências e habilidades, o curso conta com disciplinas, atividades curriculares, seminários, estágio curricular e trabalho de conclusão de curso.

A proposta é que a necessária articulação teoria e prática permeie todo o processo de formação. Para tanto, o curso busca suscitar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do envolvimento de docentes e discentes em atividades que favoreçam ação – reflexão – ação.

Foi exatamente a partir desse entrelaçamento entre os três pilares da formação acadêmica que brotou a presente reflexão, visto que as discussões conduzidas na disciplina Política Social I (ensino) disseminaram a inquietação quanto à formação profissional e, mais especificamente, sobre o espaço destinado à discussão dos direitos sociais nesse processo.

De modo a avaliar a formação profissional conduzida pelo curso de Serviço Social, foram desenvolvidos projetos de iniciação científica (pesquisa) com foco na formação profissional. Uma das primeiras iniciativas consistiu na aplicação de questionários aos acadêmicos do curso, dos turnos vespertino e noturno, atingindo 78 sujeitos, o que representa 22,87% do total de alunos matriculados no ano de 2014. O critério de inclusão adotado foi que o aluno já tivesse cursado, pelo menos, 50% do curso.

Os dados coletados indicaram que os discentes reconhecem que a formação tem oferecido uma leitura crítica da realidade, bom embasamento teórico e importantes oportunidades de estreitamento da relação teoria e prática, com oportunidades para pesquisa e extensão.

Entretanto, apontaram a necessidade de aprofundar ainda mais os conhecimentos sobre direitos sociais e os meios de acessá-los, razão pela qual foi construído e desenvolvido um projeto de extensão intitulado “Oficinas de Serviço Social e Direitos Sociais”.

As atividades de extensão versaram sobre a relação dos direitos sociais e serviço social, a partir das particularidades de algumas políticas públicas, tendo como atividades palestras, debates e dinâmicas em grupo, na perspectiva de reflexão/ação, tomando como referência o aparato legal dos direitos sociais e as alternativas de intervenção para o assistente social. Tais atividades contaram com a participação de acadêmicos dos dois turnos e dos vários períodos do curso.

No que tange especificamente aos direitos sociais, 56% dos acadêmicos avaliam que a formação tem oferecido um amplo conhecimento sobre os direitos sociais e as políticas sociais, 33% identificam que a base oferecida tem sido boa, 10% julgam que os direitos sociais merecem maior destaque na formação, 1% não respondeu.

De acordo com alguns depoimentos, as disciplinas Política Social I e II exercem papel nucleador quanto às reflexões em torno da construção do sistema de proteção em nível internacional, nacional e local, o que não deixa de demandar os conhecimentos construídos a partir dos núcleos de fundamentos da vida social e de formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Em nível internacional, as reflexões sobre a construção da sociedade capitalista proporcionam o entendimento ampliado e contextualizado sobre a realidade social e sobre os reflexos do modelo econômico atual influenciado pelos ideais neoliberais,

que, ligados ao Estado, atingem significativamente os direitos sociais e precarizam, cada vez mais, as relações sociais originadas no mundo do trabalho relacionado a este contexto.

No caso brasileiro, são apresentados os diversos governos que compõem a história da política nacional, as medidas tomadas por cada governo, suas intenções com as tomadas de decisões e as implicações que elas originaram, sendo abordado também o trajeto de lutas sociais, reivindicações da classe trabalhadora, etc., relacionando-as às conquistas dos direitos e seu reconhecimento através da Constituição Federal Brasileira, além de apresentar o desenvolvimento deste contexto e a situação atual de contrarreforma do Estado brasileiro, enquanto influenciado pelos ideais capitalistas e neoliberais.

Em termos regionais, as abordagens permitem a compreensão da realidade social amazônica e como as expressões da questão social se originaram nesta região, bem como suas manifestações e a necessidade das políticas públicas que foram criadas para atender as particularidades do estado do Amazonas, sobretudo da cidade de Manaus, e de que forma e com qual efetividade elas proporcionam o acesso aos direitos, como, também, análise da gestão destas políticas.

As disciplinas optativas que enfocam a atuação profissional do assistente social nas diferentes políticas sociais trazem as especificidades de cada área, suas conquistas, e o reconhecimento de cada uma delas como direito pelo Estado, sendo ministrada uma matéria obrigatória no currículo intitulada como ‘Serviço Social na área da Família’, que permite maiores entendimentos sobre o conceito família e suas diferentes configurações na realidade atual. Disciplina esta ministrada com objetivo de conhecer a dinâmica da família nos dias atuais, considerando que a família está envolvida em todas as políticas públicas e direitos sociais.

Os seminários, congressos e encontros proporcionam debates, trocas de ideias e experiências que permitem reflexões sobre os direitos e a viabilização deles pelos profissionais dos diversos campos de trabalho.

Os estágios permitem que o profissional em formação visualize melhor a relação entre teoria e prática e compreendam a atribuição que uma traz à outra e a necessidade que uma tem da outra, sendo possível reforçar a ideia de que a prática é indissociável da teoria, como nos afirma Iamamoto (2006).

Também permite que sejam feitas análises sobre a dinâmica de trabalho do assistente social na instituição, a aproximação com os instrumentais e técnicas utilizados pela profissão, os limites institucionais que são impostos para a profissão enquanto institucionalizada, e reflexões sobre o que precisa ser mudado na prática profissional.

Tal processo de aprendizado é realizado a partir da articulação entre discente, supervisor de campo e supervisor acadêmico. Ao fim do desenvolvimento do estágio, é demandado ao acadêmico a construção e implementação de um Projeto de Intervenção no campo de estágio, com objetivo de intervir em alguma situação/problema relacionada

à profissão, a fim de melhorar o acesso dos usuários aos direitos sociais.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é feita uma pesquisa pelo discente sob a orientação de um docente da Universidade. Tal pesquisa pode ser abordada a partir de um tema relacionado, preferencialmente, ao campo de estágio em que o aluno esteve ou algum outro tema de seu interesse atrelado à profissão. Após a pesquisa, é construída a monografia que abordará todo o processo de pesquisa, bem como discussões e análises sobre o tema ligado às abordagens da profissão, temas estes sempre relacionados aos direitos sociais e às diferentes políticas sociais.

Todas as modalidades abordadas no curso são direcionadas pela ABEPSS que afirma que estas são necessárias para o aprendizado articulado da formação. E com o que foi aqui exposto, podemos concordar que a formação precisa ser realizada com o compromisso de formar assistentes sociais capacitados, sendo necessário ‘amarrar’ bem os componentes da formação para que falhas sejam evitadas, com intuito de cumprir com os direcionamentos do projeto ético-político do Serviço Social.

5 | À GUIA DE CONCLUSÃO

Assim, fica clara a necessidade de que o Assistente Social tenha uma visão ampla e crítica sobre os direitos sociais e as variadas políticas sociais que permitem que os usuários tenham acesso aos serviços sociais que lhes são reconhecidos e garantidos como direito, como também fica evidente a importância de que o perfil profissional seja construído em articulação com as diferentes faces da formação, evitando que está se dê de forma fragmentada, mas sim articulada e abrangente.

Dessa forma, o conhecimento dos direitos sociais para o assistente social é imprescindível, tendo em vista que se faz um dos instrumentos de trabalho mais importantes, pois, a partir desse conhecimento, o profissional irá interagir com o usuário, viabilizando as políticas sociais necessárias à satisfação de suas necessidades.

Portanto, pensar sobre os caminhos dos direitos sociais e das políticas sociais nesta profissão exige, de forma crítica e criativa, a reflexão sobre uma realidade que está em constante dinâmica e na qual estes profissionais encontram-se inseridos. E segundo Yamamoto (2014) o conhecimento é indispensável para compreensão dessa realidade e esclarecedor para conduzir o trabalho a ser efetivado. Sendo o desempenho do assistente social nas formulações das políticas públicas importante, no alicerce material e organizacional do exercício da profissão.

Assim, para intervir na vida social é necessária uma dimensão interventiva e intelectual. É justamente enfrentar os desafios e compreender a dinâmica da sociedade e do estado e as determinações que isso exerce sobre a área profissional.

Com isto, nos cabe afirmar que a formação em Serviço Social deve ser monitorada constantemente para que as limitações sejam sempre identificadas e superadas, a fim de proporcionar a construção do perfil profissional do assistente social, efetivando o

compromisso ético-político e a internalização dos objetivos da profissão.

Ressalta-se a importância da pesquisa nesse processo de aprimoramento do conhecimento de forma contínua. Yasbeck (2005) descreve a pesquisa como uma viagem fantástica em termos de reflexão, de interrogação, de estratégias. A reflexão que interroga o que parece claro. Uma reflexão que além de individual é, antes de tudo, uma aventura coletiva. Uma reflexão que é também prospecção sobre o futuro, um olhar para frente sem indiferença. É nessa perspectiva que voltamos nosso olhar para formação profissional de Serviço Social processo de construção e desconstrução sempre em busca de uma formação cada vez mais emancipada.

É válido lembrar aqui que o processo de formação não se restringe ao período de estudo em sala de aula, onde professores e alunos apresentam, discutem e analisam os eixos pertencentes à profissão, vai além disso. Fica aparente a necessidade das modalidades além da sala de aula para que o futuro profissional construa uma perspectiva ampla e multifacetada da profissão e da realidade social, tomando para si a *práxis* do serviço social.

Como foi exposto, a partir dos dados da pesquisa verificamos que, no que diz respeito aos direitos sociais, as abordagens na formação em Serviço Social realizada pela UFAM são satisfatórias, porém também consideramos as opiniões que foram dadas afirmando que existem partes que podem ser revistas e melhoradas e as tomamos como verdadeiras.

Assim, como a profissão deve acompanhar a dinamicidade da sociedade a fim de sempre atender as demandas sociais, a formação também deve estar sendo sempre revista para que seja verificado se ela está trazendo as novas contribuições que surgem para a prática profissional e considerando as novidades que a prática implica para a formação, propondo a indissociabilidade das duas, como Silva (2009) nos afirma que deve ser.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Formação profissional, ética e cidadania. In: BONETTI, Dilséa A. et. al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 155-163.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. Ed. São Paulo: Cortez; Celats, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. Ed. São Paulo. Cortez, 2006.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o Serviço Social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, coordenadora. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TELLES, Vera. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico e Regulamentação**: Serviço Social. Manaus: UFAM, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2001, p. 242-272.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Wglaenia Carlos Bezerra
Rayanne Amaral Braz
Lúcia Rocha Bezerra Maia

RESUMO: Este estudo objetiva compreender o estágio curricular como um espaço de formação, aprendizagem e apreensão sobre a instrumentalidade do serviço social, tecendo reflexões sobre a experiência de estágio vivenciada no contexto hospitalar. Este trabalho caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, buscando compreender o universo dos significados dos sujeitos. A pesquisa revelou que o(a) estagiário(a) constrói o conhecimento crítico sobre a realidade social no âmbito da academia, cujo saber embasará a relação entre a teoria e a prática durante a experiência do estágio. Assim, poderá desenvolver as competências para atuar em consonância com o projeto ético-político da profissão, e com as dimensões que a compõe: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio curricular; Formação; Instrumentalidade; Serviço Social.

ABSTRACT: This study aims to understand the curricular stage as a space for training, learning and apprehension about the instrumentality of social service, weaving reflections about the experience of internship experienced in the

hospital context. This work is characterized as a qualitative research, seeking to understand the universe of the meanings of the subjects. The research revealed that the trainee constructs critical knowledge about social reality within the academy, whose knowledge will support the relationship between theory and practice during the internship experience. Thus, it can develop the competencies to act in harmony with the political ethical project of the profession, as well as in the dimensions that compose it: theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative

KEYWORDS: Curricular internship; Formation; Instrumentality; Social service.

1 | INTRODUÇÃO

A mercantilização da educação ocorreu em um contexto de globalização e do modelo de sociedade neoliberal, no qual se ampliou o número de cursos de Serviço Social ofertados em instituições privadas e do ensino a distância, cuja realidade suscitou o debate sobre a supervisão de estágio curricular, sobretudo sobre a importância do ensino de qualidade, ministrado pelas instituições que oferecem o curso de Serviço Social.

Conforme preconiza a Lei nº 11.788/08, o estágio supervisionado é um procedimento

educativo, que necessita de acompanhamento efetivo do professor e supervisor de campo (BRASIL,2008). Logo, o ato de supervisionar estudantes deve seguir princípios éticos, no sentido de buscar a qualidade do processo de aprendizagem do aluno. Os supervisores de campo devem atuar com embasamento teórico crítico, uma vez que corroboram o processo de formação das competências e da identidade de novos profissionais.

Este estudo objetiva compreender o estágio curricular como um espaço de formação, aprendizagem e apreensão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, em consonância com o pensamento de Guerra (2000), no qual a instrumentalidade compreende o modo de ser da profissão, tecendo também reflexões sobre a experiência de estágio vivenciado no contexto de uma instituição hospitalar pública.

Ao ingressar no ensino superior, os acadêmicos de Serviço Social deparam-se com uma nova realidade, cercada de saberes no campo das teorias críticas que contribuem para compreender as nuances da sociedade capitalista em suas diversas contradições. Nesse contexto, são vivenciados momentos de receios, de questionamentos e de reflexões sobre a formação e o caminho a percorrer para galgar os conhecimentos que estejam alinhados com o projeto ético-político da profissão, sobretudo pelo compromisso ético-político de lutar por justiça e igualdade social num modelo de sociedade tão desigual.

Ao adentrar no curso do Serviço Social, é primordial que se conheça as Diretrizes Curriculares, as quais expressam o campo de saberes e de conhecimentos que embasam a formação do(a) assistente social, com enfoque nas teorias que capacitam o pensar crítico sobre a realidade social brasileira. Nesse horizonte, assinala-se que

As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS em 1996, apontam pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e tratam o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do/a aluno/a nos diferentes espaços ocupacionais das esferas pública e privada(CFESS, 2016, p.11).

Nessa perspectiva, ressalta-se que o estágio curricular é primordial no processo de formação, uma vez que capacita o(a) aluno (a) para o exercício profissional e amplia os conhecimentos, relacionando o campo teórico com a práxis, por meio de múltiplas mediações. Nessa direção, afirma-se que:

[...]No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação (CFESS, 2016, p.11).

Constata-se, portanto, que o período de estágio curricular se reveste de um momento singular na vida acadêmica, sobretudo pela apreensão do campo teórico-

metodológico e do aprendizado referente a instrumentalidade do Serviço Social em suas dimensões éticas e técnicas-operativas.

Dessa forma, o estágio curricular proporciona o pensar crítico sobre a realidade social, e a identificação das demandas dos usuários e das múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social. Logo, é no estágio que o aluno se depara com a materialização do fazer profissional e conhece as refrações da questão social, que interferem no cotidiano dos sujeitos e no seu modo de pensar, agir e sentir.

A questão social, enquanto objeto de trabalho do assistente social, enseja muitos desafios em sua compreensão, se não amadurecido o conhecimento sobre sua origem e expressões, sobretudo diante de um modelo de sociedade capitalista. Pastorine (2010) salienta que a questão social tem gênese no modo como os homens se organizam para produzir. Logo, o antagonismo entre duas classes sociais está germinalmente revestida de contradições e de lutas sociais constantes que devem ser apreendidas tanto pelo assistente social quanto pelo estagiário em sua fase de formação.

Portanto, afirma-se que o trabalho do assistente social não está consubstanciado apenas nos instrumentais técnico-operativos, embora estes deem visibilidade ao fazer profissional, mas no modo de ser que a profissão adquiriu ao longo da história e da vivência dos sujeitos que dela necessitam.

Nesse sentido, destaca-se a importância da apreensão dos conhecimentos teóricos adquiridos nos semestres que antecedem e/ou preparam o aluno para a experiência da prática profissional no campo de estágio, contribuindo para que o aluno adentre o campo com um olhar crítico, buscando compreender a realidade em sua essência, superando dessa forma a análise com base no senso comum.

Assim, evidencia-se a importância do embasamento teórico que possibilite aos estagiários o desenvolvimento da habilidade de tecer as mediações entre teoria e prática, e a interpretação da realidade que se expressa no cotidiano. De acordo com Berger e Luckmann (2010, p.38),

Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem a minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada em cena.

Com base no pensamento dos autores, pode-se assinalar a relevância de compreender a maneira como os fenômenos estão dispostos na realidade socioeconômica, política-cultural e no cotidiano profissional. Logo, considera-se a importância de fazer a ultrapassagem desses fenômenos, previamente instituídos no cotidiano, para que tanto profissional quanto estagiário possam vislumbrar a superação de uma realidade dada por meio de fenômenos estereotipados, a qual enseja a possibilidade de mudanças.

Nessa direção, Guerra (2000) afirma que a intervenção profissional se dá no cotidiano institucional e na vida dos sujeitos, destacando que é por meio de sua intervenção que o (a) assistente social cria estratégias críticas e propositivas que interferem no cotidiano institucional, profissional e na vida dos sujeitos demandantes de sua atuação, sob a forma de respostas que atendam às necessidades dos usuários que pleiteiam os serviços das instituições onde o (a) assistente social desenvolve suas competências e atribuições.

Para Berger e Luckmann (2010), o cotidiano pode se constituir numa armadilha, sobretudo se o considerar como dado, pronto e acabado. Nessa direção, podem ocorrer ações imediatista, fragmentadas, pragmáticas e fatalistas por parte dos profissionais e dos acadêmicos que estão em formação. Os autores afirmam que “a realidade da vida diária, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes aqui e agora” (p.39).

Sob esse prisma, considera-se primordial que seja ampliado o olhar para além da configuração dos espaços socioinstitucionais, percebendo que as demandas internas e/ou institucionais advêm de uma realidade externa e está entrelaçada em fenômenos que não são próprios de uma instituição ou apenas de um sujeito, mas provém de uma realidade complexa, a qual está inserida em uma sociabilidade do capital.

Ao refletir sobre o cotidiano, Heller (2008, p.31) ressalta que: “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. Dessa forma, afirma-se que os seres humanos estão imersos no cotidiano, atribuindo sentido a sua ação e efetivando suas escolhas, confrontando os seus objetivos. Portanto, o estágio caracteriza-se como uma atividade formativa que deve ser vivida com responsabilidade e compromisso pelos atores envolvidos nesse processo, sobretudo o profissional e o acadêmico de serviço social.

A metodologia constitui o caminho para a compreensão do objeto de estudo. Nessa direção, este trabalho caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa. Consoante Goldemberg (2010), os dados obtidos nesse tipo de pesquisa se caracterizam pela compreensão de um dado objeto ou fenômeno social, observando a relevância da ação social dos sujeitos, que por sua vez revelam sua singularidade.

Desse modo, busca-se compreender o universo dos significados, valores, crenças e aspirações dos sujeitos (MINAYO,2010). Na produção deste artigo contemplou-se a pesquisa bibliográfica, a qual conforme Gil (2010) está baseada em material já publicado, considerando que o conhecimento é transitório, mutável e instigador de novas descobertas.

Este trabalho aborda aspectos relacionados com o trabalho e a instrumentalidade do Serviço Social, tecendo considerações sobre o estágio curricular como espaço de formação e aprendizado que possibilite a ultrapassagem de uma realidade social cristalizada, a qual pode facultar o compromisso de ruptura com o projeto burguês.

2 | SERVIÇO SOCIAL: TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE

O Serviço Social como profissão está inserido em um contexto de relações contraditórias e antagônicas entre duas classes sociais: trabalhadores e capitalistas. Destaca-se que o Serviço Social surgiu para atender as ordens da classe burguesa, realizando práticas de controle da classe operária, visando sobretudo manter a ordem do sistema capitalista.

Conforme Yazbek (2009), o Serviço Social brasileiro tem sua gênese alicerçada pela doutrina social da Igreja Católica com um caráter de apostolado e conservadorismo. No entanto, a partir da década de 1980, ocorre a aproximação com o marxismo e com a teoria social crítica, o qual embasa a tessitura da realidade social até os dias atuais.

No entanto, já teve como matriz teórico-metodológica a perspectiva positivista, que via no pragmatismo, o modo de apreender a realidade social e dar respostas imediatas as demandas. Dessa forma, o contexto social era percebido de forma descontextualizada e desistoricizada, sem proceder a reflexão para além da aparência (YAZBEK, 2009).

Considerando que a história não é linear e imutável, a profissão transformou-se, reformulou-se diante do movimento da própria sociedade, adquirindo novas bases de legitimidade, rompendo com o projeto burguês, e aproximando-se e/ou assumindo o projeto da classe trabalhadora, cuja realidade contribuiu para pensar sobre o modo como a profissão vem criando e se recriando nesse processo social complexo.

No contexto contemporâneo, após longo processo de desenvolvimento histórico da profissão, observa-se que os profissionais do Serviço Social buscam responder as demandas cotidianas por meio de mediação entre teoria e prática, pautando-se pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essas dimensões estão presentes na prática profissional, de forma dinâmica, fortalecendo as habilidades e as competências do assistente social, o qual busca realizar as mediações que visem atender as demandas dos usuários do serviço, além de vislumbrar um horizonte de mudanças que contribuam para a emancipação da vida dos usuários demandantes das políticas sociais.

Dessa forma, o assistente social busca dar concretude a ação política de garantia de direitos sociais, e qualificar os espaços socioinstitucionais. Assim, ressalta-se que o profissional, além de executar as políticas, participa dela desde sua formulação, implementação e execução, bem como reflete sobre elas e sobre o que estas representam em relação a atender e viabilizar as necessidades essenciais da vida dos usuários.

Nesse sentido, considera-se importante refletir acerca dos sujeitos que demandam os serviços, destacando a necessidade de haver a subsunção do projeto burguês, pelo projeto das classes subalternas, demonstrando a maneira como a profissão constrói seu modo de ser. Sobre esse aspecto, Silva (2011, p. 44) configura as mudanças ocorridas na profissão no que se refere as novas bases para legitimar o Serviço Social

junto as classes excluídas.

Inequivocadamente, a história mostra que a profissão se institucionaliza e se consolida, no Brasil, respondendo fundamentalmente aos interesses burgueses dessa sociedade. Todavia, refletindo-se as contradições da sociedade sobre a profissão, as respostas profissionais não têm sido unívocas e, nas últimas três décadas, vem ganhando expressão o esforço organizado de profissionais na busca de nova identidade e de novas bases de legitimação para o Serviço Social junto às classes subalternas.

No que concerne ao processo de mutação que ocorre na profissão, na vida do ser humano e no modo como se organiza em sociedade, Guerra (2000) afirma que a articulação das três dimensões da profissão forma a instrumentalidade do Serviço Social e expressa o modo de ser da profissão, envolvendo valores que vão além do uso de técnicas e instrumentos. Dessa forma, a relação teoria e prática expressa a práxis, ou seja, a objetivação refletida dessa ação, que envolve conhecimentos para o fazer profissional, destacando que é preciso conhecer o objeto de sua intervenção para poder operá-lo e transformá-lo.

Convém ressaltar que o trabalho do assistente social envolve intencionalidade, a qual é objetivada em sua prática, sobretudo por meio das ações que visam atender as necessidades dos sujeitos, sejam elas materiais ou espirituais. Conforme Lukács (2012), o homem idealiza seu trabalho previamente, antes de agir por meio da consciência, ensejando uma postura teleológica. Essa é a habilidade e/ou característica que o diferencia dos demais animais. Logo, é por meio da prévia ideação ou do ato de refletir sobre a ação antecipadamente, que o assistente social busca por meio de sua formação um conjunto de conhecimentos apreendidos para intervir na realidade. Nessa direção, Guerra (2000, p. 2) assinala que:

Se trabalho é relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho) num e noutro os homens realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade [...], o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades.

Desde a formação acadêmica, é primordial que o (a) estudante de Serviço Social adquira os conhecimentos teóricos necessários que lhe propiciem os aportes para realizar uma leitura crítica da realidade social, e proceder a mediação entre teoria e prática, uma vez que o próprio fato de pensar, refletir, idealizar a ação profissional, conduz para o processo de transformação social e aperfeiçoamento do modo como a profissão se expressa e se torna necessária socialmente.

Ao abordar sobre a categoria mediação, Pontes (1995) declara a importância de conhecer e refletir sobre as demandas que chegam até o profissional assistente social, sobretudo para que não sejam acionadas apenas manobras e/ou ações práticas que mobiliza uma única dimensão - a técnica-operativa, dissociada das demais.

Dessa forma, no cotidiano do estágio, percebe-se que existem demandas que ocorrem de forma constante, principalmente, no espaço socioinstitucional da saúde, campo de estágio das autoras deste trabalho, destacando a entrevista social que visa conhecer a realidade do usuário. Nesse contexto, o instrumental (entrevista social) é o mesmo para cada usuário, porém as demandas que os sujeitos nos trazem e são perceptíveis durante a entrevista são singulares, e demonstram uma realidade particular de cada sujeito, a ser capturada e compreendida tanto pelo profissional, quanto pelo estagiário em formação. Assim, destaca-se que as situações práticas necessitam de uma reflexão, uma vez que cada sujeito revela a sua particularidade.

Consoante preconiza Pontes (1995), deve-se considerar uma situação singular, uma demanda única, que se apresenta no cotidiano de maneira imediata e desprendida de relação e proceder a análise criticamente no âmbito da universalidade, tecendo reflexões com base na dialética e confrontando com teorias universais e que interpretam a realidade social. Dessa forma, realiza-se a mediação, no qual parte-se de uma realidade aparente para uma realidade pensada, indagada e problematizada.

Sob esse prisma, o profissional depara-se em seu espaço de trabalho com diversas demandas cotidianas que requerem ações reflexivas com base no campo teórico e no conhecimento das políticas sociais. Nesse contexto, ocorre a experiência do estágio, no qual o aluno vivencia momentos em que o assistente social age de forma imediata e desprendida das determinações sociais que o compõe.

Compete salientar que durante a atuação profissional, as demandas exigem respostas imediatas, de modo que a instituição, na qual está inserido esse profissional, reclama uma produção. No entanto, importa destacar a necessidade de refletir sobre as demandas para que se galguem mecanismos de superação da realidade de exclusão social desses usuários, e, sobretudo para a viabilização de direitos no contexto do espaço socioinstitucional da saúde, entre outros.

Nesse horizonte, como estagiária no campo da saúde em uma instituição hospitalar pública, constatou-se que as demandas dos usuários eram apresentadas e respondidas de forma imediata, sem reflexões sobre a realidade social. Pode-se afirmar que essa atitude ocorria, principalmente pela perspectiva do profissional que atuava com enfoque positivista para atender as demandas institucionais. Nesse contexto, a formação do aluno pode ser influenciada pela postura acrítica do(a) assistente social que atua como supervisor de campo, destacando ainda que o estagiário pode apreender essa forma de agir, tendo como parâmetro as respostas profissionais de forma imediata.

Assim, durante o estágio, deparou-se com uma realidade que não está plenamente em consonância com as orientações preconizadas pela Política Nacional de Estágio (PNE) (ABEPSS, 2010), principalmente pela estrutura organizacional que não garante a dimensão do sigilo profissional no processo de atendimento social com o usuário. Além desse aspecto, observou-se que o(a) assistente social atendia as demandas, sem realizar as mediações necessárias para compreender a realidade social e de

saúde dos sujeitos em sua totalidade e em suas contradições.

Pensar a atuação profissional, considerando o processo de hierarquização de uma instituição hospitalar, campo de estágio e de trabalho das autoras deste estudo, revela que, embora o Serviço Social tenha ampliado seu espaço de atuação e afirmado a necessidade de sua práxis, o estagiário confronta-se com situações que estão em oposição aos princípios da ética, principalmente pela existência de espaços físicos, sem infraestrutura para o atendimento dos usuários e para o acolhimento dos profissionais e do próprio estagiário.

Nesse contexto, o profissional não pode realizar um atendimento com qualidade que vise a garantir os direitos de cidadania. Essa realidade contribui para afetar o aprimoramento das habilidades e das competências do estagiário em seu processo de formação. Portanto, é de suma importância que o profissional tenha a capacidade de intervir em um determinado fenômeno social, ancorado no projeto ético-político, norte para o horizonte da prática profissional, sobretudo diante dos desafios vivenciados pelo profissional no contexto das instituições que lhes demandam atuação.

Consoante o pensamento de Santos, Backx e Guerra (2012), a prática profissional deve estar fundamentada nas três dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa, destacando o significado social da ação profissional, a qual engloba a dimensão formativa, interventiva e investigativa. As autoras declaram que essas dimensões devem ser pensadas de forma articulada:

[...] Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p.18).

Segundo preconizam Santos, Backx e Guerra (2012), a dimensão técnico-operativa vai além de procedimentos técnicos e instrumentos para a ação, uma vez que essa dimensão expressa o conhecimento teórico, a finalidade estabelecida para o atendimento do indivíduo, a forma visível e a concretização do seu trabalho. Nesse contexto, afirma-se que o (a) assistente social não deve ser um simples executor técnico, mas buscar o aprimoramento intelectual, e por meio de suas ações ultrapassar a imediatividade.

Nesse horizonte, Forte e Guerra (2010, p.3) assinalam a importância de compreender a realidade em sua totalidade, fundamentada em uma teoria que amplie a compreensão crítica dos fenômenos sociais;

[...] Diferentemente de exigências restritas ao padrão técnico-instrumental, o que o assistente social enfrenta nas duas esferas da vida profissional requerem ações abalizadas, intelectualmente responsáveis e fecundas, analítica e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada

na realidade social [...] Daí por que é necessária uma visão dos processos sociais como totalidade [...]. Faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências sócio profissionais e na cultura profissional.

Com base no pensamento das autoras, afirma-se a importância da dimensão técnico-operativa que envolve o fazer profissional do(a) assistente social, que supere a imediatividade, sendo necessária uma postura crítico-dialética sobre a realidade social e as mediações que permeiam o fazer profissional do(a) assistente social e do estagiário de Serviço Social, e a construção de mediações que envolva o saber teórico-prático para agir, procurando romper com práticas conservadoras de cunho pragmatista, focalista e imediatista que favoreçam a manutenção da ordem social vigente em um contexto em que prevaleça os interesses das classes dominantes.

Ancorado no projeto ético político hegemônico da profissão, pode-se assinalar que o Serviço Social pode romper com práticas conservadoras e atuar junto aos trabalhadores na divisão sócio técnica do trabalho, elaborando planos, programas e projetos; orientando e encaminhando os usuários para a viabilização da garantia e da ampliação de direitos; e propondo mudanças na vida dos sujeitos e das instituições que visem à consolidação da cidadania e a viabilização da igualdade, da justiça e da luta contra o preconceito.

Além desses aspectos, o profissional deve exercer a supervisão de estágio, orientando o aluno, embasado nos princípios éticos e na teoria social crítica que contribuem para a articulação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política para executar as ações do trabalho social. Dessa forma, ressalta-se que essas habilidades e competências devem ser assimiladas pelos estagiários no decorrer do processo de aprendizado que compõe o ciclo acadêmico.

Ao refletir sobre o processo de formação dos acadêmicos, Madeira (1996 *apud* LEWGOY, 2010, p. 59) reconhece que há um sincronismo entre o processo de ensino e a prática de estágio,

[...] há dificuldade geral dos estagiários, supervisores de campo e das unidades de ensino. Os acadêmicos reconhecem que são preparados para ler criticamente a realidade, porém sem instrumentalização necessária para o agir profissional, não havendo, portanto, um sincronismo entre o ensinado e a prática de estágio, o que traz insegurança no processo ensino-aprendizagem e que nem sempre reflete a matriz da questão social como direção da profissão.

Nesse contexto, Lewgoy (2010) salienta que o estagiário deve comprometer-se com sua formação acadêmica, participando de forma ativa de seminários temáticos e atividades curriculares e extracurriculares, destacando que o momento da formação é essencial para ampliar o conhecimento teórico-metodológico da profissão. Nesse ínterim, é preciso compreender a teoria marxista, pois esta engloba criticamente os fenômenos sociais, fundamental para o curso de Serviço Social, uma vez que amplia o

horizonte de conhecimento sobre dada realidade e propõe mudanças no modo de ser e no fazer profissional, o qual deve refletir e balizar suas ações a luz da teoria social crítica.

3 I ESTÁGIO CURRICULAR COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E COMPROMISSO DE RUPTURA COM O PROJETO BURGUESES

Na sociedade brasileira, as ações governamentais estão pautadas no enfoque neoliberal, com ênfase no desmonte de políticas sociais já consolidadas e a redução dos gastos públicos voltados para atender as necessidades sociais. Confere destacar que o neoliberalismo requer o enxugamento do aparelho do Estado, propondo um modelo de Estado minimamente interventor, atuando no gerenciamento da pobreza e das expressões da questão social, cuja finalidade não tem proposição de superação das desigualdades sociais, advogando na manutenção da ordem social vigente. Nesse contexto, as práticas interventivas ocorrem no âmbito do assistencialismo e não na viabilização e na garantia de direitos.

Essa realidade está presente no mundo contemporâneo e no cenário atual do Estado brasileiro, cujo governo assumiu o projeto conservador, retirando os direitos dos usuários das políticas públicas, por meio das propostas de reformas de direitos consolidados, dentre elas, a reforma trabalhista e a previdenciária, produzindo dessa forma uma crise social, política e econômica, que afetou as políticas de proteção à Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social, contemplando também o desmonte das leis de proteção ao trabalho, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em contrapartida, deve-se ressaltar que o conteúdo exposto no projeto ético-político do(a) assistente social, no que se refere ao posicionamento de combater as desigualdades entre as classes sociais pelo âmbito do direito, constitui um desafio a prática profissional, sobretudo no processo de supervisão de estágio, no qual o(a) assistente social deve problematizar essa realidade e buscar caminhos de superação das contradições postas na sociedade.

Convém ressaltar que o(a) assistente social vivencia também a precarização das relações sociais de trabalho, como o desemprego estrutural, agravado pela parca ausência de concursos públicos, a terceirização, salários incompatíveis com a categoria, falta de recursos e meios para operar nos espaços socioinstitucionais etc. Essa realidade repercute em sua atuação profissional e na sua vinculação com a instituição e com os usuários. Além desses aspectos, o profissional deve também refletir com o estagiário essa realidade, corroborando a formação política e crítica do contexto de sociabilidade do capital e seus rebatimentos na sociedade, nas instituições e no fazer profissional do(a) assistente social.

Segundo Lewgoy (2010), o estágio supervisionado pode constituir-se em um

momento de aprendizagem no qual o supervisor e o aluno refletem sobre a prática profissional. Nesse contexto, conforme assinala Heller (2008), há a necessidade de suspender o cotidiano, ou seja, de superar o mero ensino de práticas imediatistas em nome da adoção de uma leitura crítica dos espaços de atuação.

Conforme apregoa Lewgoy (2010), o estagiário deve compreender criticamente o contexto institucional e o trabalho social, abrangendo as dimensões investigativa e/ou interventiva, analisando o processo de alienação. Nesse processo de reflexão, o supervisor deve romper com respostas imediatas e pragmáticas, conforme ressaltado no decorrer deste trabalho, incorporadas no modelo capitalista, haja vista que esta atitude suscita posturas acríticas e de alienação do cotidiano, não identificando as expressões da questão social presentes nas demandas dos usuários. Nessa direção, a autora afirma que “[...] a criticidade é um modo de relação com a informação que supera o modo espontâneo e irrefletido de conhecer” (p. 126).

Nessa perspectiva, a postura crítica do aluno se forma pela apropriação de conhecimentos no processo de formação acadêmica, destacando que o campo de estágio deve constituir-se em um espaço de aprendizagem, no qual o estagiário relaciona seus conhecimentos teóricos com a prática.

Sob esse prisma, afirma-se que o supervisor de campo e o estagiário devem atuar em consonância com o projeto ético-político da profissão, buscando uma atuação comprometida com o atendimento das necessidades objetivas e subjetivas dos usuários, com a formação de qualidade, ampliando a garantindo dos direitos dos usuários, além de procurar qualificar os serviços e as instituições.

É importante destacar que essa relação encerra uma categoria fundamental para a atuação desse profissional: a ética, sobretudo no que concerne as questões relacionadas ao aprendizado, as normas institucionais, e a convivência entre supervisor de campo e estagiário. No entanto, pode-se constatar que essa realidade não se aplicou, de forma plena, no campo de estágio, principalmente pela atitude de determinadas supervisoras que não estão comprometidas com a formação do aluno e futuro profissional.

Nesse horizonte, é de suma importância que o aluno encontre no estágio, profissionais comprometidos com o projeto ético-político da profissão que intenciona primordialmente a superação de todas as formas de desigualdades sociais e a inclusão dos usuários, como cidadãos de direitos. Assim, busca-se a ruptura com o projeto burguês que visa à manutenção do *status quo*, na perspectiva de comprometer-se com a ideação de um novo modelo de sociedade, permeada pela justiça e equidade social que sirvam de suporte para a emancipação política e humana.

Portanto, reconhecendo que o modo de ser da profissão é construído e reconstruído historicamente, assinala-se que a vida acadêmica é moldada e construída ao longo do processo de formação do aluno, no qual inicia-se na academia, estendendo-se no campo de estágio, como um pilar fundamental para consolidar a identidade e os saberes profissionais. Assim, o aluno deve no campo de estágio curricular obrigatório

em Serviço Social apreender a prática profissional, buscando adquirir competências para atuar no enfrentamento da questão social e de suas refrações, delineando respostas as demandas dos sujeitos.

Nessa perspectiva, reafirma-se que a prática do(a) assistente social deve viabilizar e ampliar direitos, cuja finalidade deve contemplar a emancipação política dos sujeitos em sua totalidade e não apenas como usuários das políticas sociais. Assim, entende-se que a ruptura com o projeto burguês requer uma atitude crítica e um engajamento político dos profissionais, além de alianças com os movimentos sociais da sociedade civil, participando da vida política como profissional, mas também como protagonista de sua história.

Nesse contexto, o aluno vivencia esse movimento tecido na realidade social de participação política, buscando seu engajamento político, como acadêmico e cidadão, cuja formação se dá no cotidiano de atuação e de intervenção das práticas profissionais, que dão embasamento teórico, ético, político e profissional, trilhando sua formação nos espaços políticos socioinstitucionais, nos movimentos populares e nas bandeiras de lutas e, na transposição dos conhecimentos acadêmicos para os espaços nos quais se inserem profissional e estagiário, adquirindo e produzindo conhecimentos para a criação e recriação da profissão.

4 | CONCLUSÃO

Destaca-se que o processo de ensino aprendizagem do aluno é construído e constituído desde a sua formação acadêmica, sendo primordial que o aluno tenha uma atitude de desprender-se de preconceitos apreendidos no seu cotidiano. Assim, urge que seu olhar sobre a realidade seja ampliado, adentrando nas contradições, compreendendo que as demandas sociais requerem respostas que o cotidiano imediato não está apto a responder.

Portanto, constata-se que é no âmbito acadêmico que o aluno constrói seu conhecimento crítico da realidade social, confrontando-o, cujo saber embasará a relação entre a teoria e a prática durante a experiência do estágio supervisionado e do exercício da profissão. Assim, o aluno poderá colocar o conhecimento crítico da realidade social em prática no fazer profissional, desenvolvendo sua capacidade e habilidade que não engendrem e/ou mobilizem apenas a dimensão técnico-operativa, mas a teórico-metodológica e ético-político, indispensáveis para a ação profissional e apreensão das categorias que compõem a profissão.

É no campo de prática que o estagiário percebe o significado da profissão e da escuta qualificada para entender as particularidades de cada realidade social, trazidas pelos sujeitos demandantes da ação, buscando superar o agir de forma imediata, e adentrar no conhecimento e na compreensão da essência dos fenômenos sociais, por meio das mediações construídas e pensadas de forma crítica no desenrolar histórico

da profissão que no movimento dialético busca novos padrões de legitimidade em sua atuação.

Ressalta-se que no processo de supervisão de campo, o profissional procede a avaliação do estagiário, na perspectiva de contribuir com a sua formação, destacando que a relação entre o supervisor e o aluno deve consubstanciar-se numa troca de conhecimento que direcione ações reflexivas e propositivas, desenvolvendo práticas interventivas que gerem ações mediatizadas à luz da teoria crítica, contribuindo com a apreensão da totalidade dos fenômenos sociais, agindo em prol da transformação da vida dos sujeitos, ancorada na instrumentalidade que determina o modo de ser da profissão. Nessa direção, assinala-se a importância do comprometimento dos supervisores e do aluno, na perspectiva de galgar uma formação de qualidade, que rompa com práticas imediatas e desconectadas do crivo da reflexão e das mediações necessárias a atuação profissional.

Ao refletir sobre a formação e o fazer profissional, é de suma importância compreender a natureza de sua instrumentalidade, cuja práxis requer o compromisso com o projeto ético-político hegemônico da profissão. Logo, o(a) profissional e o(a) aluno(a) devem realizar escolhas que tenham como balizas a emancipação humana e os valores éticos cultivados durante o processo de formação, os quais devem acompanhá-los no desenvolvimento da profissão.

Infere-se, portanto, que a instrumentalidade do Serviço Social deve ser construída, considerando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como um caminho de reflexão e de intervenção nas múltiplas determinações da questão social, visando, primordialmente o rompimento com o modelo de sociedade capitalista, na perspectiva de estabelecer novas relações sociais que priorizem a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em 2 mar 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2008.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis:Vozes, 2010.

CFESS. **Meia formação não garante um direito**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 2 jan 2017.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra. _____.; _____.(Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GIL, Antonio. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**, v. 4, 2000.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Cecília. D. S. O Desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely. F; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília. D. S. (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; Backx, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

Rosilene Marques Sobrinho de França

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI.

Maria D'Alva Macedo Ferreira

Professora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI.

RESUMO: O artigo examina as transformações da política social na América Latina e Brasil considerando o incremento de novos mecanismos de regulação do mercado nos países periféricos a partir da década de 1990. O estudo mostra que as diretrizes da política social pós-Constituição Federal de 1988 ganharam uma contínua e progressiva reorientação conceitual, mas sem, contudo, romper com a pontualidade, fragmentação e focalização, contexto em que a mercantilização de serviços e os aportes privados no âmbito da política social, tem reforçado as desigualdades de renda, de gênero, etárias e geracionais que historicamente estiveram presentes na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Política Social; Familismo;

ABSTRACT: The article examines the transformation of social policy in Latin America and Brazil considering the increase of new mechanisms of market regulation in peripheral countries from the 1990s. The study shows that social policy guidelines after the Constitution of 1988 earned a continuous and progressive conceptual reorientation, but without, however, breaking with punctuality, fragmentation and focus, the context in which the commodification of services and private investments in social policy, has enhanced the income inequalities, gender, age and generational that historically been present in Brazilian society

KEYWORDS: State; Social policy; familism.

1 | INTRODUÇÃO

O texto examina as transformações da política social na América Latina e Brasil considerando as diretrizes neoliberais implementadas nos países centrais e o incremento de novos mecanismos de regulação do mercado na sua relação com o Estado nos países periféricos, notadamente a partir da década de 1990, visando discutir como as medidas de regulação da sociedade afetam a família a partir de uma relação de complementaridade e adequação entre a

política social e as formas de organizações, convívio e necessidades familiares.

Utilizando uma metodologia hermenêutico-dialética, com base nos pressupostos de Heidegger (1999) e Gadamer (1997) numa interrelação das partes com o todo, estudou-se alguns aspectos da implementação das políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social no Brasil, considerando os contextos em que foram implementadas.

O presente artigo está dividido em duas partes. A primeira, analisa aspectos da política social na América latina no contexto das reformas do Estado a partir da década de 1990, e a segunda, enfoca o familismo da política social brasileira, mostrando que apesar das alterações conceituais, a implementação das ações públicas pós-Constituição Federal de 1988 não foi capaz de romper com a lógica da fragmentação, pontualidade e privatização.

2 | O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: FOCALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROTETIVAS E CRESCIMENTO DOS APORTES PRIVADOS

As políticas sociais na América Latina tiveram um processo de emergência e desenvolvimento diferente das que foram implantadas na Europa, considerando que ocorreram em processos históricos diferenciados (CHASTEEN, 2001). Embora com suas especificidades, pois ainda não havia consolidado a sua proteção social, a América Latina afetada pela crise econômica a partir da década de 1980 passou, por um lado, a reduzir gastos públicos em alguns setores, como uma forma de ajuste fiscal, e, por outro, a ofertar alguns benefícios, embora de forma precária, aliada às reformas do Estado (SANTOS; BAQUERO, 2007).

As ações públicas de Saúde foram os maiores alvos das reformas na América Latina desde a década de 1980, sob o argumento de que seriam necessárias para dar eficiência à provisão de serviços públicos e fortalecimento dos processos de democratização. Assim, observa-se que, em 1990 o investimento em Saúde registrado na América Latina foi de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB), representando cerca de 40% do gasto público, bem menor do que nos países industrializados da Europa (7,8%) (SANTOS, 2009; BIANQUIN, 2008, p. 194, Apud KLIKSBERG, 2001).

No entanto, nos países latino-americanos seguiu-se algumas especificidades em relação à Europa, notadamente, a partir da década de 1990, com restrição do gasto no setor público e crescimento dos aportes privados, contribuindo para o desenvolvimento de um processo de familiarização, no qual o Estado atua de forma complementar e subsidiária por meio da política social, quando a família encontra-se impossibilitada de prover as suas necessidades e demandas sociais.

Dentre outros, os programas socioassistenciais implementados na América Latina, foram os seguintes: o Programa de Auxílio à Família em Honduras em 1990, o Programa de Educação, Saúde e Alimentação no México em 1997, o Bono Solidario no Equador em 1998, a Rede de Protección Social em 2000 na Nicarágua, o Superémonos

em 2000 na Costa Rica, a Família en Acción em 2001 na Colômbia, o Bolsa Escola em 2001 e o Bolsa Família em 2003 no Brasil, o Jefes de Hogar em 2002 na Argentina e o Chile Solidário em 2002 no Chile (BOSCHETTI, p. 97, Apud STEIN, 2005, p. 271).

Por outro lado, observa-se que os ajustes adotados em quase todos os países da América Latina implicaram numa reestruturação do Estado com a desregulamentação das relações econômico sociais, tendo como base a implementação de diretrizes neoliberais (SOARES, 1999).

Nesse sentido, Mesa-Lago (2004) e Franzone (2008), analisam a proteção social e o nível de familiarização ou de defamiliarização das ações empreendidas pelo Estado na América Latina, examinando-se a relação entre Estado e família na implementação da política social. Assim, fundamentada em Esping Andersen (1991), Franzoni (2007) e (2005) defende que as políticas sociais latinoamericanas se organizaram a partir de três tipos de regimes de bem-estar social. O primeiro, denominado estatal produtivista, no qual existe uma provisão de serviços estatais com um caráter mais universalista, o segundo, Estatal Protecionista, e o terceiro, Informal Familista, com baixo nível de cobertura, de desmercadorização e defamiliarização.

Em conformidade com Mesa-Lago (2004), os períodos de implementação da política social na América Latina podem ser assim agrupados: a partir de 1920, com o desenvolvimento de ações em decorrência das demandas geradas pelo processo de industrialização (Chile, Uruguai, Brasil, Argentina e Cuba); a década de 1940, em que foram desenvolvidas ações de bem estar social com algumas nuances das implementadas em países da Europa (Costa Rica, Equador, Peru, Panamá, Paraguai, Colômbia, México, Venezuela); c) final da década de 1950 e início dos anos 1960, as ações de proteção social tardia são implementadas residual e exclusivamente em países da América Latina (República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Haiti e Honduras) (SPOSATI, 2011, p. 106).

O estudo mostra a política social latino-americana implementada no contexto de uma “regulação social tardia” com um cunho de subalternidade, apresenta-se de forma difusa, territorializada e setorizada (SPOSATI, 2002, p. 02-03), considerando os processos históricos e políticos que permeiam a relação entre Estado e sociedade no reconhecimento de direitos.

Por outro lado, o crescimento dos direitos sociais na América Latina ocorre no contexto das diretrizes neoliberais, com uma redução do alcance da política social e deslocamento dos conteúdos universalistas para recortes seletivos nas situações de pobreza e extrema pobreza, sem reduzir as desigualdades sociais, com o desenvolvimento de ações para pessoas com pouco ou nenhum acesso ao mercado, com qualidade e cobertura precária (SPOSATI, 2002, p. 7).

É nesse contexto que se insere o familismo da política social na América Latina, visto que nas situações em que os mecanismos do mercado e do Estado não são suficientes para atendimento das necessidades de produção e consumo dos indivíduos, esse suprimento ocorre pela família, por meio das regras de solidariedade,

reafirmando os tradicionais papéis assumidos pela família ao colocar uma maior carga de responsabilização sobre a mulher, que, tem que prover o sustento, assegurar cuidados e educar os filhos (SUNKEL, 2006).

Para Bryan (1997), a atuação do Estado junto à família na América Latina está centrada na utilização de mecanismos de solidariedade das relações familiares e comunitárias, bem como das associações, fundamentadas numa cidadania social, a qual se relaciona com as relações sociais e com as perspectivas de identidade e obrigações que devem ser exercidas pela coletividade. Nesse sentido, o acesso a serviços pode ser favorecido pela associação com outras pessoas, organizações comunitárias e redes de Assistência Social.

Assim, constata-se que no familismo da política social implementada nos países latino-americanos, o Estado desenvolve ações públicas fragmentadas, sem caráter redistributivo, tendo como base um modelo de família que seja capaz de assumir os riscos não cobertos pelo Estado e pelo mercado.

3 | O FAMILISMO NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: PONTUALIDADE, FRAGMENTAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

Após a Constituição Federal de 1988 no Brasil os modelos protetivos constitutivos das políticas sociais no Brasil passam a ter em seus desenhos institucionais a centralidade na família, colocando-a como espaço privilegiado de proteção, que, na contemporaneidade, apresenta-se construída a partir de diferentes arranjos, refletindo ainda um conjunto de mudanças decorrentes do envelhecimento, gravidez precoce, redução do número de filhos, dentre outras, que exigem da política social estratégias diversificadas para a proteção a seus membros (SUNKEL, 2006).

No entanto, apesar dos avanços no plano legal, assim como em outros países da América Latina observa-se nos anos 1990 a progressiva reforma do Estado, com a redução dos gastos sociais em alguns setores e a inserção das diretrizes neoliberais com o desenvolvimento de ações focalizadas na pobreza e extrema pobreza, com aporte privado na oferta de serviços públicos.

Ao examinarmos o desenvolvimento das políticas da Previdência, Assistência Social e Saúde no Brasil pós-Constituição Federal de 1988, observa-se a organização de um sistema integrado em seu desenho institucional, considerando que encontram-se legalmente inseridas no âmbito da Seguridade Social, porém fragmentado, pois, apesar das ações seguirem modelos que tem como base a contributividade, necessidade e universalidade, respectivamente, a proteção dos indivíduos fica, em grande parte, sob a égide da família.

Apesar do artigo 201 da Constituição Federal de 1988 dispor que a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, para cobertura a riscos provenientes de doença, invalidez, morte e idade

avançada, maternidade, desemprego involuntário e reclusão, as ações desenvolvidas obedecem ao modelo meritocrático particularista, conforme tipologia delineada por Draibe (1992), cujo acesso vincula-se à inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Por outro lado, as reformas previdenciárias sugeridas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional para os sistemas de proteção social na América Latina, foram implantadas primeiramente no Chile, sendo que, no Brasil, não o foram em sua integralidade, pois manteve, com alterações, o sistema público com base na repartição simples, acrescentando o regime de capitalização por meio de previdência complementar, como forma de complementação da cobertura a riscos sociais (PACHECO FILHO; WINCKLER, 2004).

Assim, com a Emenda Constitucional nº 20/ 1998, organizou-se o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), além de instituir o fator previdenciário por meio da Lei nº 9.876/ 1999 e a Previdência Complementar (KERTZMAN, 2012).

Em conformidade com Pacheco Filho; Winckler (2004), diferentemente de outros países da América Latina, o Brasil promoveu reformas em seu sistema previdenciário que podem ser caracterizadas como do tipo paramétrica, visto que, apesar de realizar ajustes que aumentam as contribuições/ idade limite para aposentadoria, de estabelecer teto máximo para o valor dos benefícios e alterar o cálculo de benefícios, também preserva o sistema público baseado no regime de repartição simples.

No entanto, assim como outros países da América Latina, a política social brasileira reafirma a responsabilização das famílias, por meio da alteração nas regras de concessão de benefícios do RGPS e com a instituição das entidades de previdência complementar, os fundos de pensão, na modalidade fechada, constituídas na forma de sociedade civil, com oferta de planos de previdência coletivos aos empregados das empresas, bem como aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, na modalidade aberta, na forma sociedade anônima, com natureza contratual e fins lucrativos, acessíveis a qualquer pessoa física, com planos individuais ou coletivos.

Assim como na Previdência, a intervenção estatal nas atenções de saúde somente vai ocorrer de forma mais efetiva a partir da década de 1930, quando até então esparsas passam a ter um caráter nacional. No período 1945-1950 observa-se uma transversalidade das ações, destacando-se o Plano Salte em 1948, que envolvia as áreas de Saúde, alimentação, transporte e energia.

O artigo 198 da Constituição Federal de 1988 dispõe que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo um sistema único tendo como base a descentralização, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.

Nesses moldes, o Sistema Único de Saúde (SUS) garante o acesso universal

e igualitário às ações e serviços de Saúde em todos os níveis de complexidade. No entanto, apesar da universalidade assegurada nos referenciais legais, a implementação dessas ações tem ocorrido com grande aporte privado, visto que 24% da população brasileira possui plano de Saúde ou convênio e, apesar de 68% ter a rede pública como único ou principal fornecedor de serviços de Saúde, 61% consideram o serviço público de Saúde péssimo ou ruim (CNI-IBOPE, 2012, p. 17).

No que se refere à Assistência Social esta tem sido ao longo do tempo caracterizada como clientelista e assistencialista com caráter de benesse, sendo que as ações assistenciais públicas encontraram espaço de discussão no Brasil após a década de 1930, porém sem romper com a natureza da exclusão social, pois sua implementação estava subordinada às instituições políticas e econômicas nacionais, fundamentados em instrumentos estatais repressores e paternalistas, baseadas na liberalidade e no favor (FONTENELE, 2007; PEREIRA, 2006).

A Constituição Federal de 1988 representou a culminância dos interesses da sociedade civil no sentido da construção de um Estado democrático de direito que levasse em conta o enfrentamento da questão social brasileira, trazendo em seu bojo as diretrizes para a implementação de um sistema de proteção e seguridade social, baseada no tripé Previdência Social, Saúde e Assistência Social a partir de ações pautadas na integração e participação.

Assim, a lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização da Assistência Social, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, colocando-a na condição de política pública que tem como foco de ação a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Contudo, observa-se que no modelo socioassistencial implementado pelo Sistema Único de Assistência Social (2005), cabe ao Estado intervir apenas quando a família falha. Assim, o familismo presente na política de Assistência Social brasileira reforça as desigualdades, pois os serviços e benefícios ofertados não atendem às demandas apresentadas, reforçando as estratégias de responsabilização e controle (SARRACENO, 1992).

Ademais, o conceito de família contido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) (2005) tem como fundamento a solidariedade entre seus membros e, nessa perspectiva, reforça as desigualdades de gênero, visto que 52,9% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família são mantidas pela mulher sem cônjuge e com filhos, que não tem onde deixá-los para irem trabalhar ou estudar. Para Esping Andersen; Palier (2010) esse aspecto da política social reforça as desigualdades de gênero, considerando os baixos índices de escolaridade e a precária inserção feminina no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a política social brasileira tem reafirmado as estratégias de controle e de responsabilização das famílias, corroborando os ensinamentos de Silva (2010, p. 157-158), de que as ações públicas têm assumido o papel de “regulação ou administração da pobreza num dado patamar”.

Por outro lado, Itaboraí (2005) destaca que apesar da família brasileira

contemporânea apresentar-se fragilizada pelos processos e pelas mudanças ocorridas no contexto do capitalismo, a família tem sido controlada a partir do familismo da política social brasileira, reafirmando a perspectiva histórica de responsabilização e as históricas desigualdades etárias, geracionais e de gênero, visto que a política social volta-se prioritariamente para as pessoas inseridas no mercado de trabalho, sem, contudo, ofertar as condições necessárias para que a família possa melhorar efetivamente a sua qualidade de vida com equidade e dignidade (TEIXEIRA, 2010; VIANNA, 2005).

Nessa perspectiva o acesso ao trabalho e renda tem representado um importante recorte seletivo para a atuação estatal fortalecendo o modelo familista da política social na qual a família e o território são colocados como estratégias de complementação das ações do Estado, no entanto, defende-se, assim, como Mioto (2004; 2008) que a abordagem pública dos problemas familiares deve acompanhar as transformações societárias e responder às demandas e desafios apresentados por esta na contemporaneidade.

Assim, o arcabouço legal da Constituição Federal de 1988 em torno da seguridade social no Brasil visando a superação de ações fragmentadas, segmentadas e pontuais não foram efetivadas, em decorrência de vários fatores, que, dentre os quais ressaltam a desarticulação entre as políticas de Saúde, Previdência e Assistência e a redução/precarização da oferta dos serviços públicos pelo Estado.

4 | CONCLUSÃO

O reordenamento das políticas sociais na América Latina tem sido impulsionado pelos argumentos neoliberais de necessidade de ajustes fiscais com atendimento focalizado nas situações de pobreza e extrema pobreza, sendo consenso entre os autores que esta tem apresentado limitações em face das desigualdades e demandas apresentadas.

A trajetória das políticas sociais latinoamericanas apresenta-se de forma tardia em relação aos países europeus, com emergência no Brasil a partir de 1930, sendo historicamente voltada para grupos vulneráveis, notadamente a partir de 1990, com a implementação da reforma do Estado em atendimento a diretrizes neoliberais.

O familismo da política social brasileira é reafirmado pelos conteúdos das políticas de Saúde, previdência e Assistência Social, quando estas trabalham com recortes seletivos e focalizados, sem estratégias efetivas de superação das desigualdades sociais de renda, de gênero, etárias ou geracionais.

A pontualidade, fragmentação e mercantilização dos serviços públicos colocam a família à mercê das intempéries do mercado, pois o acesso a direitos é condicionado às condições de trabalho/ renda que tem representado um importante limite ao exercício da cidadania na realidade brasileira contemporânea, em face das exclusões geradas

pelo acirramento das relações capitalistas.

Apesar de terem sido observadas alterações nos padrões da política social brasileira pós Constituição Federal de 1988, esta não tem sido capaz de alterar as históricas desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, visto que, a política social tem sido implementada em obediência às diretrizes neoliberais e aos interesses do mercado, com um evidente processo de remercantilização de direitos, sobretudo a partir da década de 1990, com aporte privado e incentivo às redes de solidariedade, numa evidente ruptura do contrato social sob o qual está assentado o Estado.

Os resultados da análise mostram que o familismo apresenta-se como um instrumento de mediação, complementação e suprimento de lacunas da atuação estatal, frente aos problemas gerados pelas contradições do sistema capitalista, sendo que, apesar das diretrizes das políticas de Saúde, previdência e Assistência Social terem ganhado uma contínua e progressiva reorientação conceitual, não foram capazes de romper com a lógica da pontualidade, fragmentação, focalização e privatização, reforçando assim, as desigualdades sociais de renda, de gênero, etárias e geracionais historicamente presente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993, Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Política Nacional de Assistência Social**, 2004.

_____, **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 130, 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988, Brasília: Senado Federal, 2009.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 14 de junho de 2007.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo do IBGE**, Brasília, 2010.

_____, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **IPEA**, 2009.

BRYAN R. Roberts. A dimensão social da cidadania, RBCS, **ANPOCS** 33. ano 12 fev. de 1997.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal, 2007. Disponível em http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroc2007_bra.pdf. Acesso em 18 de julho de 2012.

CHASTEEN, J. C. **América Latina**: uma história de Sangue fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CNI-IBOPE. **Retratos da sociedade brasileira**: Saúde pública, janeiro 2012. Disponível em http://www.interfarma.org.br/site2/images/Site%20Interfarma/Retratos_da_Sociedade_Brasileira_Saude_Publica_Janeiro_2012.pdf, Acesso em 17 de julho de 2012.

- DRAIBE, Sônia. **As políticas sociais brasileiras**: diagnósticos e perspectivas para a década de 90, Brasília: IPEA, 1990.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta; PALIER, Bruno. **Los três grandes retos del Estado del bienestar**. Barcelona: Ariel, 2010.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova *online*, n.24, pp. 85-116. ISSN 0102-6445, 1991.
- FONTENELE, I. C. O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da Assistência Social no Brasil do ajuste neoliberal. **Tese de Doutorado em Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2007.
- FRANZONE, Juliana Martinez. **Domesticar la incertidumbre em América Latina**: Mercado Laboral, Política Social y Familiar. San José-Costa Rica: UCR, 2008, cap. III.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 8. ed.. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ITABORAÍ. Nathalie Reis. **A proteção social da família brasileira contemporânea**: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 9. ed. Salvador: Podivm, 2012.
- MESA-LAGO. Models of Development, Social Policy and Reform in Latin America. In: MKANDAWIRE, T. (Ed.). **Social Policy in a Development Context**. Basingstoke: Unrisd/Palgrave Macmillan, 2004, p. 175-202.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Textos & Contextos**. Vol. 3, No 1, 2004.
- _____. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- PACHECO FILHO, Calino; WINCKLER, Carlos Roberto. Reforma da Previdência: o ajuste no Regime Geral de Previdência Social, **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, 151-176, nov. 2004.
- PEREIRA, Potyara. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, Apolinário; MATOS, Maurilio Castro de Leal, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Everton; BAQUERO, Marcello. Democracia e capital social na América Latina: uma análise comparativa. **Revista Sociol. Polit.** [online]. n.28, pp. 221-234. ISSN 0104-4478, 2007.
- SANTOS, Isabela Soares. **O mix público-privado no sistema de Saúde brasileiro**: elementos para a regulação da cobertura duplicada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, s.n., 2009.
- SARACENO, C. **Sociologia da Família**. Lisboa: Estampa, 1992.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira, **Revista Katalysis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p.

155-163 jul./dez. 2010.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia**: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

_____. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

STEIN, Rosa Helena. **As políticas sociais de transferência de renda na Europa e na América Latina**: recentes ou tardias estratégias de proteção social? Tese de Doutorado, UnB, 2005.

SUNKEL, Guillermo. **El papel de La familia em La protección social em América Latina**. Série CEPAL 120. Santiago de Chile, 2006.

TEIXEIRA. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social, **Revista Katálisis**, Florianópolis v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010.

_____. Reforma da Previdência Social no Brasil: modernização ou desmonte da seguridade social? **Revista Serviço Social e Contemporaneidade**, Departamento de Serviço Social, Teresina: EDUFPI, 2007.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Seguridade Social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos: In: Viena, A. L, d'A et. All. **Proteção social**: dilemas e desafios, São Paulo: Hucitec, 2005.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS

Ivaneide Duarte de Freitas

Faculdade Estácio de Sá. Natal – Rio Grande do Norte

Isabelle Cristina Custodio de Lima

Faculdade Estácio de Sá. Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: O presente trabalho busca analisar o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) como um instrumento na defesa e reafirmação do Projeto Ético-Político de Serviço Social (PEPSS) frente à mercantilização e precarização do ensino superior. É resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, com observação participante, na qual, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, a técnica utilizada foi de análise de conteúdo. Conclui-se que a vivência no MESS traz aos/as estudantes a oportunidade de participar da organização da categoria, buscando aproximar os/as estudantes de debates que não vivenciados em sala de aula, contribuindo, sobretudo, para uma formação profissional comprometida com o fortalecimento do projeto profissional e promovendo uma maior articulação com as lutas em defesa da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVES: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Movimento Estudantil.

ABSTRACT: The present work seeks to analyze

the Social Work Student Movement (MESS) as an instrument in the defense and reaffirmation of the Social Service Political-Ethical Project (PEPSS) against the commercialization and precarization of higher education. It is the result of a bibliographical and documentary research, with participant observation, in which, using a qualitative approach, the technique used was content analysis. It is concluded that the experience in the MESS gives students the opportunity to participate in the organization of the category, seeking to bring students closer to debates that are not experienced in the classroom, contributing, above all, to a professional formation committed to strengthening professional and Promoting a greater articulation with the struggles in defense of the working class.

KEYWORDS: Social Service. Ethical-Political Project. Student Movement.

1 | INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado traz ao/a leitor/a um análise sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) como um instrumento na defesa e reafirmação do Projeto Ético-Político de Serviço Social (PEPSS) frente à mercantilização e precarização do ensino superior.

Desta forma, a metodologia utilizada dá-se através de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante, baseada na direção escolhida pelas pesquisadoras que juntamente com a carga histórica e com suas vivências sociais, teóricas, políticas e criativas, trilham caminhos que podem lhe aproximar do objeto estudado. Esta pesquisa estabelece que o objetivo pesquisado, por seu caráter social e histórico, é dinâmico e multifacetado e jamais se esgotariam numa análise temporal e espacial.

A pesquisa divide-se em duas sessões: na primeira, relatam-se as transformações sócio-históricas que conduziram a construção e consolidação do atual projeto profissional, fruto das lutas internas travadas por assistentes sociais que buscaram romper com o conservadorismo histórico da profissão.

Na segunda sessão busca-se analisar como se dá a construção do MESS e sua vinculação com as demais entidades representativas da categoria, colocando em evidência as contribuições teórico-políticas dessa organização estudantil, seja para o fortalecimento do PEPSS, para formação profissional e para a articulação e vinculação da categoria com a luta geral da classe trabalhadora.

Compreende-se, portanto, que é preciso ampliar o debate com vistas a tornar cada vez mais forte as defesas da classe contra a ofensiva do capital, que vem tentando continuamente destruir um projeto tão caro para a categoria. Fortalecer esse projeto implica em reforçar os laços de luta a favor de uma nova ordem societária sem exploração de classes e sem nenhuma forma de preconceito.

21 “A CERTEZA NA FRENTE, E A HISTÓRIA NA MÃO”: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE.

As últimas décadas do século XX narraram um importante capítulo na história do Serviço Social brasileiro. Em meio ao agravamento da Questão Social, das repressões e conflitos provenientes do período autocrático burguês e a reorganização das massas populares, através da rearticulação dos Movimentos Sociais e Sindicais, o Serviço Social brasileiro passa a questionar a sua atuação profissional e a construir um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

O processo de intenção de ruptura teórico-política, que se constrói na transição de um Serviço Social tradicionalista e conservador para um Serviço Social renovado, se forja no chão histórico do processo de redemocratização da sociedade brasileira. O Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países da América-Latina possibilitou a construção de um projeto profissional comprometido com a transformação social, pondo em evidência o posicionamento majoritário de uma categoria que aliada a diversos Movimentos Sociais luta pelo fim da Ditadura Militar instaurada desde o ano de 1964, tornando-se referência na construção de um projeto anticapitalista

(TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Sabe-se que, esse projeto profissional teve sua emergência no seio das universidades, antes da abertura democrática entre os anos de 1972 e 1975, com a formulação de uma nova proposta metodológica que ficou conhecida como o “Método de BH”. A organização dessa proposta, embora seja um avanço do ponto de vista da ruptura com o conservadorismo, revela um grande problema ao projeto de ruptura devido os equívocos de incorporação do “marxismo sem Marx”.

O método de BH embora apresentasse uma proposta de atuação meramente emblemática ao pensamento do projeto de ruptura, seguirá como menção para se pensar a formação e a atuação das/os assistentes sociais na década seguinte, mesmo não se tornando a referência de proposta do projeto profissional (CARDOSO, 2006). Sabe-se ainda, que o marco político desse projeto, ocorreu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada uma vanguarda profissional virou a página na história do Serviço Social brasileiro desfazendo a mesa de abertura composta por nomes oficiais da Ditadura Militar, substituindo por nomes advindos do movimento das/os trabalhadoras/es, ficando conhecido como o “Congresso da Virada” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Desde então, as discursões sobre o PEPSS avançou, consolidou-se e está em um processo cotidiano de construção.

O PEPSS estrutura-se na lei que regulamenta a profissão (8.662 de 1993), nas diretrizes curriculares do curso de 1996 definidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e no Código de Ética profissional de 1993. Estes instrumentos são considerados por Matos (2013, p. 97) como “o tripé que fundamenta o Projeto Ético-Político profissional” tornando-se balizas norteadoras da atuação profissional na sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva Lamamoto (2009, p. 186) compreende o projeto profissional como “uma condensação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional.” Ou seja, as transformações que ocorreram nos modos de investigação e compreensão da realidade social vivida a partir da construção de conhecimentos teóricos mediante aproximação com a teoria social crítica, cujo resultado se expressa em uma atuação progressista.

De acordo com Netto (2009), o PEPSS reconhece a liberdade como valor central, posiciona-se politicamente a favor da igualdade e da justiça social, com vistas à ampliação e consolidação da cidadania mediante participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Teixeira e Braz (2009) ao analisarem o PEPSS acrescentam que é composto por quatro elementos que se expressão e se materializam no cotidiano da prática profissional. São eles:

a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;

b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.07-08).

Desse modo, percebe-se que a questão central do projeto profissional vincula-se ao conhecimento da totalidade das relações econômicas e sociais, a partir de uma visão teórico-crítica, expressando-se inegavelmente na não aceitação das relações de exploração, que muito tem sido caras para a classe trabalhadora nos dias atuais.

Inclusive, as reações econômicas, políticas e ideológicas têm contribuído fortemente para a desconstrução do PEPSS tendo em vista que, apesar da sua consolidação ter ocorrido na década de 1990, nesse mesmo contexto histórico a conjuntura torna-se desfavorável para a efetivação do mesmo, devido o advento da ideologia neoliberal, que dá início ao que Behring e Boschetti (2011) chamaram de movimento de contrarreforma do Estado.

Teixeira e Braz (2009) incorporam à ideologia neoliberal, outros fatores que tem contribuído negativamente para a efetivação do projeto profissional, a saber: a corrente ideológica pós-moderna, que tem resgatado uma herança cultural conservadora dentro e fora do corpo profissional; a financeirização do capital, cujo favorecimento se encontra nas mãos da alta burguesia; e a reestruturação produtiva, que se expressa na intensificação e precarização do trabalho, trazendo sérios prejuízos para a classe trabalhadora.

Essa conjuntura favorece o questionamento de profissionais sobre como viabilizar o projeto profissional, pois além de toda ofensiva supracitada, este vai de encontro com o projeto societário hegemônico e com a ordem social vigente. Todavia, é preciso compreender que o projeto profissional não se esgota nesta sociedade, mas vai além desta, e, portanto, a sua viabilização na sociedade capitalista ocorre gradativamente e de forma parcial, expressando-se nas ações profissionais cotidianas.

3 | “OS PODEROSOS PODEM DESTRUIR UMA, DUAS, ATÉ TRÊS ROSAS, MAS JAMAIS PODERÃO DETER A PRIMAVERA”: O MESS NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PEPSS.

Os desafios impostos ao PEPSS, acima citados, todavia, não se consumam sem resistências e luta. Um esforço coletivo entre as entidades representativas do Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e a ENESSO), que desde década de 1990, vem propondo ações, reflexões e posicionamento ético-políticos diante dos avanços neoliberais e conservadores, na perspectiva de construção e defesa desse projeto e para além dele, bem como na defesa de um novo projeto societário.

Com isso, ressalta-se aqui a importância das ações estratégicas desenvolvidas no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que se vinculam ao enfrentamento dessa conjuntura e que se destinam a fortalecer o processo de defesa e reafirmação do PEPSS. Todavia, não se trata apenas aqui de fazer uma narrativa de atividades e ações desenvolvidas, mas de ressaltar processos de luta e resistência construídos coletivamente.

A trajetória do MESS se configura enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social brasileiro. É sabido que, o MESS teve sua emergência ainda no início década de 1960, com a realização dos seus primeiros Encontros Nacionais, no entanto, com a Ditadura Militar e instituição do Ato Institucional – AI-5, assim como as diversas organizações políticas, passou a sofrer fortes perseguições do Estado e foi proibida de funcionar.

Sua rearticulação ocorre no final da década de 1970, precisamente no ano de 1978, em Londrina/PR, com a organização do I Encontro Nacional de Estudantes Serviço Social (ENESS), que reuniu 24 (vinte e quatro) escolas e teve como tema central: “O Serviço Social e a realidade brasileira”, momento em que ficou registrado a “preocupação dos estudantes com a conjuntura e suas implicações na formação profissional, na ação profissional e na organização estudantil” (ENESSO, 1994, p. 4).

Em 1981, no VI ENESS, realizado em Recife/PE, o MESS após uma ampla discussão sobre a formação profissional e a necessidade do rompimento com o modelo tradicional norte-americano e com a dicotomia teórica e prática, garantem um importante espaço representativo na, até então, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS (ENESSO, 1994). O que possibilitará uma maior articulação com a categoria e suas entidades representativas na discussão a respeito dos caminhos dotados e os desafios postos a formação profissional.

Para garantir uma maior organicidade e representação no MESS, após um longo debate, no X ENESS, no Rio de Janeiro/RJ, em 1988, é criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), no qual tinha como tarefa principal a articulação da luta do MESS com as demais entidades da categoria, assim como as demais executivas de curso presentes na UNE.

Em 1993, após uma análise de que a UNE não estava cumprindo seu papel representativo, o MESS rompe com a entidade, se colocando e reconhecendo a partir de então, enquanto, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO.

Desde então, o MESS/ENESSO vem demonstrando um protagonismo político, exercendo um importante papel em vários momentos do Serviço Social brasileiro, a exemplo da construção do Código de Ética profissional (1993) e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), e se colocando como um dos sujeitos coletivo na luta acirrada, para a construção de uma formação crítica, reflexiva e propositiva.

Nesse viés Guimarães (2011, p. 58) nos coloca que no:

[...] a Educação seria o caminho para a ascensão social e “mudança de vida”, a atuação do MESS sugere a compreensão de que a educação, assim como qualquer outro processo social imerso na sociedade de classes, esta permeada por contradições dessa sociedade. Nesta perspectiva a Educação na sociedade de classes, também, se apresenta como um importante campo de disputa entre projetos antagônicos e, sendo assim, é apontada a centralidade da luta do MESS com campo da educação (GUIMARÃES, 2011, p. 58).

Ainda na perspectiva da autora, o MESS não busca lutar apenas pela inserção das/os estudantes na universidade, mas também a sua permanência nesta, ampliando a noção de direito de que a Educação está imbricada, para além de uma concepção de Educação como um meio para a inserção no mercado de trabalho e instrumento de ascensão social. O MESS preocupa-se também, no cotidiano da universidade, com a direção teórico-política das pesquisas e extensões fomentadas e do conteúdo dos currículos implementados.

Desse modo, a luta pela educação assume, ainda, uma outra dimensão, que é a luta por uma formação qualidade, na crítica a sociabilidade burguesa, contra todas as formas de opressões e violações de direitos humanos, na perspectiva de construção de uma nova ordem societária que tenha como princípio a emancipação humana.

Com a expansão e mercantilização do ensino superior, provenientes da contrarreforma universitária, já citadas anteriormente, submetem tensões nas condições efetivas da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, comprometendo a apreensão da teoria social crítica e se contrapondo ao projeto profissional defendido hegemonicamente pela categoria.

Promovendo ainda, impactos significativos no que se refere ao processo de despolitização da categoria, acompanhado pela falta de experiências estudantis no decorrer da vida universitária, e assim apontando, para o surgimento de um novo perfil de assistentes sociais, os quais, quando não inseridos nos espaços de organização política da categoria, tendem a se tornar profissionais acríticos devido a carência educacional provenientes dos novos cursos de formação em Serviço Social.

Com isso, a ENESSO vem criando no cotidiano da organização estudantil, táticas e ações na perspectiva de potencializar o desenvolvimento de novos valores e de uma consciência política contra hegemônica no processo de formação desses sujeitos e de suas atividades, no sentido de fortalecer a construção do movimento, para que ele se torne parte do cotidiano desses/as estudantes (GUIMARÃES, 2011).

A vivência no MESS traz aos estudantes a oportunidade de participar da organização da categoria, a aproximação de debates não vivenciados em sala de aula e, sobretudo, do fortalecimento de uma formação profissional comprometida com o projeto ético-profissional e numa maior articulação com as lutas em defesa da classe trabalhadora.

Frente ao exposto, é importante, reafirmar que a dimensão política-organizativa do MESS, possui um papel essencial no fortalecimento da organização política da categoria profissional, na materialização do PEP e, não obstante, perspectiva de

construção de uma nova ordem societária que tenha como princípio a emancipação humana. Nesse aspecto, as contribuições da ENESSO, perpassa, historicamente, a dimensão da formação profissional, encarando para além de uma perspectiva acadêmica, mas como elemento basilar de uma compreensão crítica de mundo.

Essa militância política construída por diversas gerações, é imprescindível, sobretudo, nos tempos atuais, de acirramento da luta de classes, num cenário político envolto pela perspectiva de mercantilização e retrocessos dos direitos e dos serviços, de desmobilização e adensamento do individualismo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970, emerge no Serviço Social brasileiro a construção um projeto de formação profissional hegemônico comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Projeto esse, que avança nos anos 1980, se consolida nos anos 1990 e está até os dias atuais em processo de construção e fortalecimento, fortemente tensionado uma nova reação conservadora e pelos rumos neoliberais da sociedade.

As transformações sócio-históricas que conduziam a construção e consolidação do atual Projeto Profissional foram fruto das lutas internas travadas por assistentes sociais que buscaram/buscam romper com o conservadorismo histórico da profissão. No entanto, na sociabilidade capitalista, especialmente em tempos neoliberais, está cada vez mais difícil efetivar as propostas que se apresentam nesse projeto.

O projeto profissional se expressa na Lei 8662 de 1993, nas diretrizes curriculares definidas pela ABEPSS e no Código de Ética profissional de 1993. Esse conjunto de elementos alicerça e dá os direcionamentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo das ações profissionais cotidianas.

Um dos principais desafios que se coloca na agenda da categoria profissional é desvelar como, em meio às amarras do capital, efetuar um trabalho pautado na efetivação de direitos sociais dos cidadãos brasileiros, os quais têm sido tão atacados atualmente.

Portanto, é preciso ampliar o debate com vistas a tornar cada vez mais forte a defesa da classe contra a ofensiva do capital, que vem tentando continuamente destruir um projeto tão caro para a categoria. Fortalecer esse projeto implica em reforçar os laços de luta a favor da classe trabalhadora (e o Serviço Social está inserido nela) e buscar a plena expansão dos indivíduos sociais.

A dimensão político-organizativa da categoria é imprescindível no processo de formação dos/as assistentes sócias, pois fortalece as dimensões essenciais da profissão, contribuindo no fortalecimento do PEPSS. Nesta direção, é verdadeiro dizer que a participação nos espaços de construção coletiva, na qual o MESS está inserido, contribui de forma incontestável para o fortalecimento da organização política da categoria profissional.

O MESS tem uma ação política de caráter contestador à ordem social vigente, e desenvolve suas ações de maneira a lutar em defesa de um projeto profissional e de um ensino de qualidade em consonância com o Projeto Ético-Político e na crítica à sociabilidade burguesa. Por isso, é necessário unir forças para construir espaços organizados e movimentos estudantis, justamente para fortalecer a proposta de ensino defendido pela ABEPSS e lutar pelo direito a uma educação pública, de qualidade, universal e laica.

REFERÊNCIA

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Havia uma ética no meio do caminho?** A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS. Brasília: CFESS 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf> Acesso em: 25 maio 2016.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). Documento: **Pro dia nascer feliz: contribuições para Movimento Estudantil de Serviço Social**. Salvador, 1994. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/pro-dia-nascer-feliz-contribuic3a7c3a3o-para-o-mess-julho-1994.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Nosso sonho não faz silêncio: os desafios do Movimento Estudantil de Serviço Social**. Mossoró, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 161-196.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético – político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 141-160.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR

Márcia Tavares
Josimara Delgado
Rosângela Fiais

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, intitulado “O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual”, desenvolvido por docentes e discentes do Curso de Serviço Social da UFBA. Aqui, detemo-nos nas condições de trabalho e atividades de Assistentes Sociais que atuam em organizações do Terceiro Setor de Salvador. Constata-se que embora as instituições respeitem a jornada de 30 h estabelecida na Lei 12.317/2010, as condições de trabalho são marcadas pela precarização, desde recursos humanos reduzidos à infraestrutura e recursos escassos que comprometem o atendimento prestado ao usuário.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho profissional; Serviço Social; Terceiro Setor.

ABSTRACT: In this paper, we present part of the results of a research project funded by CNPq entitled “The work of the social worker in Salvador: contributions to the current debate”, developed by teachers and students of the UFBA Social Service Course. Here, we find ourselves in the working conditions and activities of Social

Workers who work in organizations of the Third Sector of Salvador. Although the institutions observe the 30-hour working day established in Law 12.317 / 2010, working conditions are marked by precariousness, from reduced human resources to infrastructure and scarce resources that compromise the service provided to the user.

KEYWORDS: Professional work; Social work; Third sector.

1 | ANOTAÇÕES INICIAIS

O termo “terceiro setor” tem sido utilizado para nomear desde entidades filantrópicas, autogovernadas e de caráter voluntário, fundações, organizações não governamentais até associações de moradores entre outras, não havendo consenso quanto à sua origem, conceito e características.

De acordo com Montaño (2003), o termo recorta o social em esferas: o Estado (1º setor), o mercado (2º setor) e a sociedade civil (3º setor) e, esse recorte é dotado de um viés neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que desistoriciza a realidade social, ao isolar e conferir autonomia à dinâmica de cada esfera. É como se essas esferas não se articulassem ou se misturassem: o “político”

pertence ao Estado, o “econômico” diz respeito ao mercado e o “social” é competência da sociedade civil. O autor esclarece que:

[...] o chamado ‘terceiro setor’ representa uma *denominação equivocada* para designar um *fenômeno real*.

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um ‘setor’ em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele) (2003, p. 184-5).

Com efeito, no Brasil, o governo de FCH promoveu um reordenamento das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, no que se refere à proteção social. Houve não só uma redução do Setor Público nas políticas sociais, mas reorientação dos gastos, privilegiando programas compensatórios, em lugar da universalidade defendida na Constituição Federal de 1988. As políticas são privatizadas e retiradas da esfera do Estado, que cede espaço à sociedade civil. As políticas voltadas para os segmentos mais pobres são executadas por ONGs, associações religiosas, entidades filantrópicas, instituições de apoio, associações de bairro ou empresas, com base na filantropia empresarial.

No governo FHC tem início, simultaneamente, a privatização da seguridade social e a refilantropização da pobreza via assistência social, de forma a cumprir a determinação neoliberal de desresponsabilização do Estado no tocante à garantia de direitos sociais. Em nome da “solidariedade”, o Terceiro Setor assumiu a execução de programas sociais, cabendo ao Estado administrar convênios que só reforçaram a fragmentação, descontinuidade desses programas, bem como o desmonte dos órgãos de assistência social.

Em outro momento, Montaño (2014) acrescenta que a atividade de “captação de recursos” das ONGs compromete sua identidade e rumo, na medida em que descaracteriza e subordina seus objetivos, projetos e “missões” às condições estabelecidas pelo Estado e/ou capital para a obtenção de recursos. Assim, no cenário contemporâneo, as ONGs assumem funcionalidade para o projeto neoliberal, na medida em que são instrumentalizadas para atender as seguintes funções: Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desmonte do Estado no que se refere à intervenção social; Desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas do Estado às sequelas da “questão social” por meio de políticas sociais; Reduzir o controle social democrático e des-publicizar a ação social, inviabilizando a pressão política (popular); Despolitizar e neutralizar os conflitos sociais, transformando as “pressões ao Estado” e as “lutas de classes” em parceria estabelecida com o Estado e o capital; Produzir a cultura/ideologia do “possibilismo” que, alicerçada na autoajuda, solidarismo e voluntariado, implica em *fazer o que é*

possível de ser feito dentro dos limites permitidos pelas circunstâncias e tendências atuais; Amenizar os impactos (ideológicos) decorrentes do aumento do desemprego, na medida em que se tornam fonte de emprego (precarizado) ou lugar onde as pessoas ocupam o tempo ocioso dedicando-se a ações sociais; A localização e banalização da “questão social” e ideologia da autorresponsabilização pelas respostas às suas várias expressões. (MONTAÑO, 2014).

Deste modo, as ONGs e o chamado “terceiro setor”, instrumentalizados pela estratégia neoliberal, justificam e legitimam o desmonte da Seguridade Social estatal, ao mesmo tempo em que transformam a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado, diminuem os impactos negativos provenientes do aumento do desemprego e tornam as respostas às sequelas da “questão social” em atividades cotidianas (MONTAÑO, 2014).

O reordenamento do Estado tem afetado a profissão de Serviço Social, no tocante à sua inserção nesses espaços sócio ocupacionais, mas também na modalidade de intervenção, nas condições e relações de trabalho, marcadas pela flexibilização das relações contratuais, o que gera rotatividade de emprego, vários vínculos de trabalho em função dos salários reduzidos e jornadas de trabalho em tempo parcial (SERRA, 2000).

Quanto às atribuições profissionais, os assistentes sociais têm sido demandados para atuar na Gestão de programas sociais, o que requer competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais. De acordo com Alencar (2009), uma das atribuições desempenhadas é a gerência de programas sociais, o que requer do profissional as seguintes competências: Conhecimento e atualização acerca de legislações sociais em vigor; análise das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com sistematização e análise de dados, de modo a estabelecer as demandas e as prioridades de ação; capacidade de leitura dos orçamentos públicos e domínio de meios de captação de recursos; domínio dos processos de planejamento e a competência no gerenciamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais, mas também das ações e serviços, como parte de “equipes multiprofissionais”, como reforça Duarte (2010).

Duarte (2010) acrescenta que, não basta a/o assistente social estar capacitado para a leitura e análise dos orçamentos públicos, deve ser capaz de identificar alvos e metas, bem como os recursos disponíveis, tendo em vista a captação de recursos e o planejamento e operacionalização de ações e projetos. Isso implica em estar apto para gerenciar e coordenar tanto os projetos sociais como a própria ONG, o que tem resultado em uma nova atribuição, “assessoria e consultoria”, geralmente realizada por profissionais mais experientes, isto é, “um grupo de profissionais extremamente ‘habilitado em ONGs’, com conhecimentos específicos sobre projetos sociais, captação de recursos, prestação de contas e administração de pessoal” (id., p. 70).

Ao que tudo indica, as(os) assistentes sociais que atuam em ONGs têm um perfil polivalente, desempenham multitarefas e acumulam funções, assimilam novas

habilidades e competências, em sintonia com o processo de reestruturação produtiva, precarização e flexibilização, o que incorre em sobrecarga de trabalho, E nas ONGs de Salvador, que desafios têm enfrentado as(os) assistentes sociais? É o que tentaremos responder no próximo tópico.

2 | DESENVOLVIMENTO

Conforme já mencionado, este artigo faz parte de um projeto mais amplo, intitulado *O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual*, financiado pelo CNPq e desenvolvido entre os meses de fevereiro de 2013 a junho 2016, que envolveu um grupo de pesquisadoras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e contou com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 5ª Região, do estado da Bahia. Em virtude da sua abrangência, a pesquisa foi operacionalizada por meio de subprojetos e planos de trabalho, os quais foram desenvolvidos pelas docentes envolvidas com seus respectivos bolsistas de iniciação científica. Neste artigo, socializamos resultados do subprojeto centrado no trabalho profissional das(os) assistentes sociais em organizações não governamentais.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases. A primeira consistiu em dois momentos, o primeiro deles constituído de um levantamento bibliográfico de artigos, periódicos e livros que abordam a temática estudada, com enfoque voltado às categorias de análise, tais como: trabalho, condições de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, demandas profissionais. Cabe ressaltar que o levantamento também procurou localizar textos sobre o trabalho do assistente social em Salvador. O segundo momento resultou em uma pesquisa exploratória, de modo a identificar os espaços sócio-ocupacionais em que atuam os Assistentes Sociais em Salvador, sobretudo nas seguintes áreas: saúde, previdência, assistência, educação, sócio-jurídica, política urbana e terceiro setor. Conseguiu-se apontar a quantidade aproximada de profissionais existentes em cada uma dessas áreas em Salvador.

A segunda fase envolveu uma pesquisa de campo, de natureza quanti-qualitativa. A coleta de dados foi feita também em dois momentos, o primeiro realizado por meio de um formulário auto-aplicável junto às Assistentes Sociais que atuam em Salvador, disponibilizado na página do Conselho Regional de Serviço Social, CRESS-5ª Região, após apreciação do projeto pela assessoria jurídica e formalizada parceria com o Conselho, mediante assinatura de termo de cooperação entre a UFBA e o CRESS. O segundo momento consistiu na aplicação de entrevistas com assistentes sociais, cujo roteiro, previamente elaborado, deteve-se nos seguintes temas: trajetória de formação, o trabalho na política que atua, condições de trabalho com relação as estruturas físicas, condições objetivas de trabalho, impactos na saúde, violação e direitos e formação política.

2.1 O trabalho da/o assistente social nas ONGs de Salvador

Conseguimos identificar em Salvador cerca de cinquenta e duas instituições pertencentes ao terceiro setor, dentre estas entramos em contato com quarenta e, pudemos constatar que apenas a metade destas instituições possuem assistentes sociais em seu quadro profissional, o que nos leva a concordar com Netto (1996, p. 122), quando observa que o terceiro setor está “longe de constituir como um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais (não só de assistentes sociais)” e, alerta que “apostar nas ONGs como ‘saída profissional’ é desconhecer os graves riscos do *pluriemprego*”.

Com efeito, a inserção dos profissionais no mercado de trabalho se dá sob forma temporária, por projeto a ser realizado, o que não se configura em vínculo permanente com a instituição e, aliado aos baixos salários, contribui para que tenham mais de uma inserção empregatícia, às vezes em cidades distintas. Conforme revelam as assistentes sociais entrevistadas:

[...] três meses depois eu primeiramente consegui comecei a trabalhar num local é com pessoas com deficiência mental intelectual aí eu fiquei aí um mês mais ou menos que a gente ia começar abrir um projeto mas esse projeto não veio foi quando surgiu a oportunidade daqui do XXX e surgiu também a oportunidade de trabalhar em Candeias então como o outro projeto não tinha vindo fiquei com os dois lá em Candeias trabalhando na escola e me apaixonei mas era contrato e acabou mudança de gestão

[...] mais ou menos uns oito meses assim eu comecei logo a trabalhar aí fui trabalhar no instituto de previdência não antes do instituto eu já fazia revisão de benefícios enquanto não aparecia um trabalho fixo eu fiquei fazendo revisão de benefícios no interior aí quando surgiu o trabalho fixo depois do Instituto de previdência que aí foi na época de J. H. e tal teve demissão coletiva aí eu vim praqui [Salvador] é fiz algumas seleções na época tinha muitas propostas assim participei de algumas nas áreas de saúde mas acabou que aqui surgiu primeiro das conclusões dos outros processos então acabei ficando aqui.

Os depoimentos revelam a precarização que atinge a seguridade, seja na previdência social, que recorre à contratação temporária de profissionais para realização da revisão do Benefício de Prestação Continuada, de modo a assegurar o caráter seletivo que o caracteriza, seja na atuação em ONGs, quando a execução e/ou continuidade de projetos sociais está condicionada à captação de recursos ou mesmo em prefeituras dos municípios baianos, cuja contratação de profissionais tem ocorrido por meio do Sistema Especial de Direito Administrativo (Reda), uma modalidade de seleção através da qual pessoas são contratadas para prestarem determinado serviço por no máximo 2 anos, podendo haver prorrogação por igual período.

No tocante às condições às condições de trabalho, as assistentes sociais enfatizam que as 30 horas de jornada de trabalho semanais determinadas pela Lei 12.317/2010 são respeitadas pelas instituições em que atuam e, embora neguem

executar tarefas fora do horário de trabalho, seus depoimentos revelam o contrário. Senão, vejamos:

Poucas vezes eu levo trabalho pra casa só algumas vezes por que geralmente quando tem que fazer algum projeto tem que fazer alguma ação como essa do PPI que é o programa de proteção a infância eu poderia trabalhar aqui só que se eu trabalhasse aqui eu iria de alguma forma disputar o atendimentos de meus usuários eu tento de alguma forma já que eu não tô fazendo nada e também eu consigo fazer de que forma pra não se tornar muito árduo eu traço uma estratégia eu tenho que estudar eu tenho que fazer aquele trabalho pra casa como se eu tivesse estudando pra concurso então geralmente eu tento fazer esse link pra não pesar sobre minha cabeça nem nada agora chega semanas que você fica muito cansada não consigo nem fazer a unha fazer o cabelo.

Não mas assim existem as necessidades por que 30 horas não dá pra dar conta então eu faço sempre banco de horas sempre que precisa de algumas horas aí eu tenho atividade ontem eu tive uma reunião eu tinha que tá aqui à tarde é essas horas a mais é vão pro banco de horas.

Embora as tarefas executadas fora do horário de trabalho sejam consideradas incomuns pelas assistentes sociais entrevistadas, seus depoimentos revelam a busca de estratégias para escamotear o “trabalho árduo”, isto é, levar o trabalho para casa como se fosse uma escolha própria, tal qual as horas dispendidas com estudos aos quais se dedicam para reunir as competências exigidas pelo mercado de trabalho, de modo a assegurarem sua eficiência operativa e, assim, não comprometerem o atendimento prestado aos usuários, mesmo que muitas vezes se sintam fatigadas e lhes sobre pouco tempo para cuidados pessoais e lazer, conforme veremos a seguir:

Hoje eu trabalho em dois lugares hoje eu trabalho com transtorno mental é os dias que eu não tô aqui na instituição eu trabalho com transtorno mental então o único dia que eu tenho de descanso é o domingo ah tenho um dia de folga, minto, um dia de folga e o domingo ou seja, 2 dias de folga é onde eu vou me organizar e tudo mais mas assim é aquela coisa que eu digo mas as vezes o ruim é só acordar depois de acordar e tá no trabalho cê entra a volta pra casa também é ruim né. Não tenho tanto lazer porque eu me condicionei...

Tenho tempo pra lazer tenho tempo pra descansar mas pra mim é pouco mas difícil por que são 2 horas uma pra ir outra pra voltar por que eu moro em Itapuã e trabalho aqui no centro então é bem complicado as vezes eu e muito tempo é longe mas é assim final de semana é final de semana na segunda feira eu trabalho e as vezes tenho que trabalhar no final de semana é esporádico mas acontece a gente tem um encontro de família fizemos um encontro no complexo de Sauipe durante 3 dias o serviço social fez um trabalho com as mães e a técnica de lazer fez atividades pros filhos

Apesar da crescente inserção feminina no mercado de trabalho, esta não tem favorecido uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos, as mulheres continuam a conciliar tais atividades com os papéis e atribuições profissionais, sendo compelidas a assumir várias inserções empregatícias, com vínculos temporários e parciais. Devido ao número de recursos humanos “insuficientes”, enfrentam situações de polivalência, desempenhando tarefas que incluem desde “contatar a imprensa

que são coisas do pessoal de comunicação, entrar em contato com escolas pra fazer palestra que é coisa do coordenador ou então fazer palestra” até “limpar minha própria mesa”. Além disso, as profissionais se deslocam diariamente para locais distantes de suas residências e quando, após o trabalho, retornam ao lar, ainda têm corresponder “à incessante atualização de conhecimentos e informações, a fim de atender ‘novas e velhas’ demandas institucionais” (DUARTE, 2010, p. 66), o que certamente gera “muito desgaste mental”, uma vez que a avaliação de sua produtividade está condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas pela instituição:

[...] o meu trabalho eu tenho que cumprir metas quando você sair daqui vou mandar você assinar um documento, inclusive você tem que trazer até um ofício, aí o que acontece tem a questão da meta que eu acho também importante, eu acho também importante a monitoramento das políticas públicas quando as pessoas diz assim, eu vou monitorar o serviço, ótimo, é isso que a gente quer, quantas instituições tão aí fraudulentas, dizem fazer um trabalho que não fazem, , tem coisa que faço chega no livro de ocorrência eu vejo, não tá aqui por que eu tô mais preocupada com (pausa) a gente tem que pensar assim o trabalho que a gente vai focar por que a gente tem que entender que a gente tá lidando com pessoas...

[...] trabalhamos com metas trabalhamos com um relatório ele é uma planilha vou te mostrar pra você ter uma noção como ele acontece nossos atendimentos é esse é bem por que assim ele é cobrado pela sede a gente faz uma prestação de contas mensalmente então assim todos que a gente atende tem que registrar em fim então a gente compila todas as informações todas as pessoas que participaram quantas vezes e se foi oferecido bolsa gratuidade se tá ligado a algum projeto tudo é registrado existe um plano anual de trabalho e a gente vai desenvolvendo as atividades e aquelas que não conseguimos realizar temos que justificar então é bem acompanhado.

No interior das instituições do terceiro setor o trabalho da(o) assistente social tem como principal finalidade o atendimento integral e de qualidade ao usuário, isto é, visa garantir o direito de inclusão ao atendimento. Entretanto, suas ações também priorizam o cumprimento dos objetivos, metas e diretrizes definidas pelo planejamento estratégico institucional (COSTA, 2005), em consonância com a lógica empresarial que, respaldada na cultura do gerencialismo, reduz conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, adequando processos e dinâmicas institucionais às metas de controle de qualidade e de produtividade a serem alcançadas (RAICHELIS, 2013). Neste sentido, Guerra (2007, p. 8) reforça que:

Na análise destas condições, depreende-se que há uma interferência da lógica do capital na forma, no modus operandi, no conteúdo e no resultado do exercício profissional, que se limita, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, à luz da lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros, institucionais) disponíveis para a realização das ações profissionais.

Com efeito, a lógica mercadológica demanda especialização, capacitação e atualização profissional, desde que voltada para o cumprimento de metas e otimização dos serviços:

Sim sempre oportuniza né sempre tão estimulando quando a gente fez essa semana a gente assistiu três palestras muito por conta da informática tudo informatizado então tem à distância mas eles promovem conferências videoconferências uma vez por mês que eu tenho com minha supervisora onde a gente pode esclarecer alguns pontos os que estão dando certo os que estou com dificuldades claro que tem *skype* todas as tecnologias assim disponíveis favoráveis a última conferência internacional que teve aqui do serviço social não sei se você lembra já tem um tempo foi excelente e custou a inscrição 660 reais na época e eles custearam pra mim pagaram foi uma semana no centro de convenções espetacular com muitos profissionais Marilda esses todos que a gente estuda estavam lá.

O cumprimento de metas e diretrizes institucionais requer monitoramento e supervisão das ações desenvolvidas pelo profissional, de modo a identificar fragilidades e inconsistências, resultados positivos e negativos, mas também avaliar quais dessas ações são prioritárias e demandam respostas mais imediatas. A capacitação instrumentaliza os profissionais para manejarem recursos de computação, que conferem agilidade no monitoramento, avaliação e prestação de contas das ações e serviços desenvolvidos. No entanto, o domínio do conhecimento sobre a área específica de intervenção profissional, ainda que seja uma exigência, fica sob a exclusiva responsabilidade da/o assistente social, que cursa especializações voltadas para a gestão pública, comunidade entre outras e participa dos eventos da categoria por conta própria, haja visto que o evento mencionado por uma das entrevistadas, cuja inscrição foi custeada pela instituição ocorreu em 2008, faz nove anos.

Deste modo, para tentar imprimir maior qualidade ao atendimento, a/o assistente social recorre aos seguintes instrumentos e técnicas:

Temos visitas domiciliares nós temos encaminhamentos e acompanhamentos social então todos esses são instrumentos de trabalho por que essas ações é o que nos permite conhecendo a realidade nos aproximando da realidade a entrevista social primeiramente posteriormente a gente vê algumas necessidades que no decorrer do acompanhamento.

[...] avaliação socioeconômica a gente tem os instrumentais especiais, os prontuários específicos de atendimento, primeiro atendimento é o prontuário completo de cada um, sabendo qual é o contexto familiar a gente não conhece só o usuário, mas todo contexto familiar, as visitas domiciliares e hospitalares que a gente é institucional isso muito bem específico, porque a gente precisa conhecer o que Salvador oferece pra poder também ter segurança na hora de encaminhar os nossos assistidos então são os instrumentais bem específicos que a gente utiliza pra poder atender essas demandas.

No contexto contraditório em que atuam, as(os) assistentes sociais valem-se de instrumentos e técnicas como meios de trabalho a que recorrem para melhor se apropriarem da realidade social. Certamente, o domínio de procedimentos, a exemplo

da entrevista social, visitas domiciliares e acompanhamentos são importantes para fazerem a devida contextualização da(s) questão(ões) e demandas trazida(s) pela família e, do percurso realizado na tentativa de ver suas demandas atendidas, de forma a impedir sua culpabilização e responsabilização pela(s) situação(ões) de vulnerabilidade ou risco social em que se encontra, bem como evitar pré-julgamentos sobre seus modos de vida. Além disso, as visitas institucionais e encaminhamentos não podem prescindir do conhecimento e da articulação com a rede de serviços do território, “na perspectiva de evitar descontinuidades, lacunas ou sobreposições de ações” (GUEIROS, 2010), ao mesmo tempo em que o preenchimento de prontuários, anotações em livros de ocorrência e elaboração de relatórios e diagnósticos sociais contribuem para a identificação de alvos e metas a serem atingidas.

3 | CONCLUSÃO

A atuação da(o) assistente social no chamado “Terceiro Setor” é marcada por um conjunto de exigências no que se refere a habilidades e competências, que envolvem desde o conhecimento de recursos de computação, tratamento e sistematização de dados, planejamento estratégico para definição de diretrizes e metas a serem alcançadas de modo a cumprir a missão institucional, o que também envolve capacidade para elaboração e monitoramento de programas e projetos sociais.

As (os) profissionais possuem mais de um vínculo empregatício, são contratados por projeto, por prestação de serviços e contratos em comissão, às vezes em tempo parcial e em cidades distintas, reclamam da defasagem salarial mas, num ato de autoproteção, negam as condições adversas de trabalho e a tornam satisfatória porque têm uma sala, computador, um armário para guardar prontuários e uma estagiária (que a ajuda a reduzir a quantidade de tarefas, ainda que leve trabalho para casa e disponha de pouco tempo para o lazer e, confesse o desgaste e fadiga diante de tantas atribuições.

Entre “novas e velhas” demandas, a inserção e permanência empregatícia da(o) assistente social está condicionada à capacidade de conciliar multitarefas e conseguir operar em meio a lógicas contraditórias, ou seja, priorizar o cumprimento das metas e diretrizes institucionais num contexto de privatização, mercantilização e focalização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que preconiza o acesso a direitos universais do usuário, em consonância com os valores e princípios defendidos pelo projeto ético-político da profissão.

Apesar do contexto complexo, em que a precarização dos serviços e mercantilização de direitos têm ameaçado os segmentos mais vulneráveis da população, as assistentes sociais do terceiro setor, entre tensões, desafios e contradições insistem, não desistem da luta por uma sociedade mais justa e igualitária e, tal qual nos versos da poeta Cora Coralina, continuam “quebrando pedras e plantando flores”.

REFERÊNCIAS:

- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 449-477.
- BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.
- COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista**, v. 7, n. 2, Jan/Jul 2005. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.
- DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 66-76, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7281/5241>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 126-132, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/15.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, Ano XXVIII, n.91. São Paulo: Cortez, 2007, p. 5-33.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social** – crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4ª Edição. São Paulo. Ed Cortez. 2007.
- _____. O lugar histórico e o papel das ONGs. In: MONTAÑO, C. (org.). **O Canto da Sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo, Cortez, 2015, p. 53-95.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, Ano XVII, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.
- RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, n. 116, São Paulo: Cortez, out./dez. 2013, p. 609-635.
- SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN

Fabrcia Dantas de Souza

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Angicos - RN

Anne Karoline Silva Felix

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Caraúbas - RN

Janaína Maria Silva Holanda

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Mossoró - RN

RESUMO: Este artigo faz um diálogo entre Educação e o Serviço Social, interligados desde os primórdios da profissão, mas problematizada de forma mais ampla nas últimas décadas. Foi elaborado a partir da revisão de literatura e relatos de assistentes sociais que atuam na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, no Rio Grande do Norte, tendo como recorte, o exercício profissional na educação superior. Nossa intenção é contribuir de forma reflexiva para uma atuação profissional pautada na ética e na garantia de direitos. Não temos a pretensão de esgotar discussões sobre a temática, mas socializar saberes para potencializar o exercício profissional na educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Serviço Social; Exercício Profissional.

ABSTRACT: This article carries out a dialogue between Education and Social Work, nonetheless interlinked since the beginning of the profession, however it has been more questioned over the last decades. It has been made from a revision of the literature and testimonies of social workers that has been working at Federal University of Semi-arid - UFRSA in Rio Grande do Norte, though having as a pattern the role of the social workers in undergraduate education. Our intention is to contribute in a reflexive way for a professional performance based on ethic and reassuring the rights. We don't intend to exhaust the discussion about the issue, but share knowledges to boost the acknowledgement of the social work in undergraduate education.

KEYWORDS: Undergraduate Education; Social Work; Professional Performance.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, despontaram no Brasil desafios históricos, principalmente no que se refere à concretização de avanços teóricos/legais expressos na Constituição de 1988. Ampliou-se o debate sobre as políticas sociais, no contexto das lutas pela

democratização do Estado e da sociedade. Desde os anos 1990 é possível observar mudanças decorrentes da atuação de novos interlocutores no campo das políticas sociais, sobretudo na área da educação, compreendida como direito de todos e dever do Estado.

O Serviço Social e a política de Educação possuem um caminho de diálogo que vem sendo percorrido desde os primórdios da profissão, mas, apesar disso, é um diálogo que precisa ser construído e reconstruído na direção da garantia de direitos. O foco do debate do Serviço Social na Escola passa a ser Serviço Social na Educação, demonstrando a necessidade de ampliação dessa discussão, que traz grandes contribuições para a profissão, gerando um gradual acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político no direcionamento do exercício profissional nessa área.

Considerando a atuação do assistente social nas políticas sociais setoriais, o presente trabalho visa tecer reflexões acerca da inserção e da especificidade da atuação deste profissional na área da educação, em especial nas instituições de ensino superior. O objetivo central é conhecer a concepção de assistentes sociais acerca da política pública de Educação e a concepção de Serviço Social na Educação que orienta suas experiências de trabalho.

Esse trabalho teve uma abordagem metodológica qualitativa, com a utilização da pesquisa bibliográfica, em produções teóricas e legislações que subsidiam o ingresso e desenvolvimento do assistente social na educação, bem como da entrevista, realizada com assistentes sociais que atuam na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Atualmente, a instituição conta com 10 (dez) assistentes sociais no seu quadro de pessoal, sendo que 3 (três) destas estão envolvidas na realização da presente pesquisa. Assim, as demais foram convidadas a participar como interlocutoras. De 7 (sete) assistentes sociais, 5 (cinco) tiveram disponibilidade, dessa forma, correspondente a 50% do total de profissionais em atividade na instituição.

Para melhor organização didática das informações, o trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira parte versa sobre a inserção do Serviço Social na educação, destacando o viés histórico e legal. Traz dados que retratam a desigualdade social da população brasileira no tocante ao acesso à educação e discute ainda a centralidade que esta possui na dinâmica da vida social; o seu significado nos processos de transformação social e o seu lugar no âmbito das lutas sociais, contraditoriamente, para atender aos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo que, constitui-se como instrumento para a emancipação humana.

Na segunda parte, são apresentados os resultados da pesquisa com as assistentes sociais da UFERSA/RN, com análises sucintas sobre o discurso apresentado. Por fim, são expostas as considerações finais. Esse é um ensaio, um esforço preliminar de elucidar a concepção de educação que orienta o exercício profissional das assistentes sociais da UFERSA, sendo possibilidade de fomento de novos estudos e discussões

sobre o aprimoramento da atuação do assistente social na educação superior.

2 | SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UM CAMINHO DE DIÁLOGO

Embora se tenha informação de experiências de assistentes sociais na área de educação desde a origem da profissão (década de 1930), é a partir da década de 1990 que a atuação profissional passa a ser mais debatida e socializada por meio de pesquisas e publicações. Conforme Silva (2012):

A única dimensão que podemos considerar como recente é o adensamento da discussão e das experiências que vêm criando espaços de discussões e articulações desencadeando processos, em vários municípios e estados do Brasil, pelos mais diversos grupos de pessoas (p. 15).

A ampliação da discussão sobre Serviço Social na Educação é resultante não só de um processo de maturidade intelectual e da organização política da categoria profissional que nesta perspectiva, “contribui para a consolidação de um empreendimento conjunto que envolve o meio acadêmico e profissional” (ALMEIDA, 2000, p.5), mas também em razão da progressiva inserção de assistentes sociais na Educação, em especial, nas universidades e nos institutos de ensino técnico e tecnológico, ocorrido em decorrência da expansão do ensino superior. O Ensino técnico refere-se àquele integrado ao ensino médio com a capacitação do aluno para diversas áreas técnicas. Ensino tecnológico refere-se à oferta de cursos de nível superior de curta duração, com ingresso a partir da conclusão do Ensino Médio e a participação em um processo seletivo, como Vestibular ou Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC comprovam essa informação, tendo em vista que, em 2010 tinha-se o número de 2.930 (dois mil, novecentos e trinta) assistentes sociais inseridos na categoria de técnicos administrativos em Educação distribuídos em 63 universidades federais. Em 2015 esse número passou para 3.199 (três mil cento e noventa e nove). A categoria de técnico administrativo em educação refere-se àquela constituída por servidores integrantes do quadro permanente, que exerçam atividades de apoio técnico-administrativas e operacionais, necessárias ao cumprimento dos objetivos da universidade. Compreende servidores de nível auxiliar, nível intermediário e nível superior, que podem possuir lotação em qualquer unidade acadêmica, administrativa, ou em órgão suplementar da instituição, observados a formação e o cargo que ocupa.

Essa expansão é ainda mais expressiva nos institutos federais de ciência e tecnologia, em que se tinha o total de 372 (trezentos e setenta e dois) assistentes sociais em seus quadros em 2012, passando para 643 (seiscentos e quarenta e três) assistentes sociais em 2015. Ou seja, em apenas três anos obteve-se a expansão de 42% desse número de profissionais nos institutos, chamados a intervir prioritariamente

na assistência estudantil, no âmbito do ensino superior.

A vinculação do Serviço Social com a Educação teve origem com a requisição da classe dominante por formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (CFESS, 2012, p.16).

Os registros das primeiras experiências do Serviço Social na Educação dão conta de uma atuação pontual, beneficente, simples mediadora de conflitos e multiplicadora da dependência ao assistencial (SOUZA, 2012). Predominava a visão de ajustamento social sob a influência da matriz de pensamento positivista em que a família era considerada a grande responsável pelas dificuldades e pelo baixo grau de escolaridade dos alunos, situação gerada a partir da insuficiência de recursos financeiros, que definia o nível inferior na aprendizagem.

Observamos ao longo dos anos a mudança na constituição histórica das relações entre Serviço Social e Educação com relação às racionalidades políticas e às formas de intervenção. Na atualidade a atuação do assistente social na educação está fundada na perspectiva da transformação e defesa da educação como um direito social de fato. A atuação desse profissional, conforme Almeida 2005, expressa:

Uma tendência da compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2005, p.6)

O Serviço Social e a Educação além de possuírem uma forte articulação histórica, tendo em vista que, ambos são marcados pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias situados historicamente, possuem ainda um “caminho de diálogo” (DENTZ E SILVA, 2015) a ser fortalecido, considerando que a atuação profissional do assistente social nessa política, intervindo diretamente nas expressões da questão social contribui diretamente para a garantia de direitos.

Na sua intervenção o assistente social é requisitado a lidar com as múltiplas expressões da questão social, base da fundação sócio-histórica da profissão, que se expressam através das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais (CFESS, 2012), bem como é chamado a decifrar as novas mediações por meio das quais são expressas essas desigualdades. Tomamos aqui como referência o conceito de Questão Social trazido por Yamamoto (2009):

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Nas palavras de Almeida: “a política educacional é, assim, expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (ALMEIDA, 2000, p.4). Tomando por base Yamamoto (2009) tenhamos presente a importância para o trabalho profissional de tomar “um banho de realidade brasileira”, através de dados, informações e indicadores que permitam identificar as expressões particulares da questão social relacionadas à Educação, assim como os processos sociais que a produzem no Brasil.

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) a concentração de renda no Brasil, está entre as 10 (dez) piores do mundo, haja vista que, os 10% mais ricos da população ganharam, em 2010, 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres ficaram com apenas 1,1% (CENSO, 2010). A situação de extrema desigualdade reflete no acesso às políticas sociais. Em 2011, 58,4% dos brasileiros apresentaram algum tipo de carência social relacionado a atraso educacional, acesso à seguridade, qualidade dos domicílios e acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia (IBGE, 2012).

O acesso à Educação corresponde a uma das três dimensões que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, juntamente com saúde e renda. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 o Brasil possui o IDH de 0,755 e ocupa a 75ª posição no ranking mundial, o que nos remete a reconhecer que no Brasil não se tem as condições ideais para se ter uma vida longa e saudável, para acesso ao conhecimento como requisito para a dignidade e auto-estima, nem à renda suficiente para o custeio das necessidades básicas. O IDH corresponde a um indicador numérico desenvolvido pelo PNUD que pretende representar de maneira sintética o desenvolvimento humano através dos três componentes principais: educação, saúde e renda.

Para o IBGE o acesso à educação também constitui-se num importante componente para mensuração do índice de desenvolvimento de uma sociedade. De fato,

A escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade, com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade de combater a pobreza e melhorar a coesão social. (IBGE, 2009, p. 40).

O percentual de escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo no Brasil é considerado extremamente baixo, pois revela que apenas 38,6% dos jovens nessa faixa etária conseguem atingir 11 anos de estudo. De acordo com o Censo 2010 a expectativa de anos de estudo é de apenas 9,54 anos.

As informações do Censo 2010 comprovam que há uma discrepância ainda maior quando observamos que as pessoas negras e/ou indígenas têm acesso mais limitado ao sistema educacional, considerando que 40,7% das pessoas de 18 a 24 anos com 11 anos de estudo são brancas contra 33,3% de pessoas de cor negra.

Ainda com relação a esse indicador, verificamos também a disparidade em decorrência da região. No Sudeste, a proporção é de 43,8% enquanto na Região Nordeste, região marcada por graves problemas sociais, caracterizados pelos longos períodos de estiagem, essa taxa é de apenas 29,2%. A desigualdade de acesso também está presente dentro a população urbana e rural. A média de anos de estudo da população urbana corresponde a 7,5, enquanto a população rural é de 4,5.

Essa desigualdade se expressa tanto na taxa de analfabetismo das pessoas de 18 anos ou mais, como na maioria dos indicadores sociais. Em 2010 a taxa de analfabetismo no Brasil é de 10,19%, o que corresponde a um contingente de 14,2 milhões de pessoas. Destas, 67,8% se declara de cor preta ou parda e 53% está concentrada na Região Nordeste.

No Estado do Rio Grande do Norte, a taxa de analfabetismo é de 19,74% (CENSO, 2010), média acima da realidade nacional. Na capital Natal, esse índice atinge 8,73% da população, conforme o mesmo censo.

Frente aos dados expostos acima reconhecemos que a relação trabalho-educação engendra contradições que são particulares das formações sociais capitalistas, acentuando-as principalmente em situações onde as desigualdades sociais cristalizam-se como componente necessário do modelo de concentração e centralização da riqueza, como no caso do Brasil (ALMEIDA, 2000, p.69).

Além disso, fica posta a centralidade da Educação na dinâmica da vida social, bem como, a representação que ela possui para compreensão das novas perspectivas de atuação do assistente social, delineadas a partir das mudanças ocorridas na política educacional, baseadas na reforma do ensino universitário e nas mudanças decorrentes das transformações operadas no mundo do trabalho e da cultura.

3 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS DA UFRS

A política de educação é resultante das formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista e conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Trata-se de um campo de projetos educacionais distintos, polarizados por classes sociais antagônicas que procuram assegurar as condições necessárias à reprodução do capital e concomitantemente atender a demanda por escolarização da classe trabalhadora. Desse processo resulta um constante movimento de negação e reconhecimento da política de educação enquanto direito social.

Sobre a concepção da política pública de educação, as assistentes sociais entrevistadas demonstraram o seguinte entendimento:

A concepção de política de educação que fundamenta minhas experiências de trabalho estão baseadas nas leis que regulamentam tal política, tais como a

Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entre outras, bem como, nas publicações do conjunto CFESS/CRESS sobre tal política que iluminam e orientam nossa prática, especialmente os Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação. No geral, tal qual está garantido na Carta Magna, a educação deve ser encarada como direito de todos e dever do Estado e da família assegurá-la, porém, em tempos de crise e de influência mercadológica temos que lutar para que esse direito ao acesso e permanência na universidade pública, gratuita e qualidade não se perca, mas, com todos os desafios e limitações seja garantido e usufruído por aqueles de direito". (Assistente Social 4)

A política de Educação não é efetivada no Brasil como um direito social universalmente garantido. A sua operacionalização revela uma trajetória marcada pela exclusão da classe trabalhadora e isso encontra-se implícito na fala das entrevistadas, que trazem a concepção da política de educação atrelada a um direcionamento político inserido no âmbito das lutas sociais em defesa do acesso à Educação.

Podemos aferir, desta forma, que a concepção da política de educação trazidas por essas profissionais está associada à luta pela ampliação e consolidação da educação pública e de qualidade, buscando superar as desigualdades sociais, fruto da sociedade capitalista de classes e agudizada de forma violenta na realidade brasileira.

Na perspectiva do capital, a educação atua como estratégia ideológica para controlar a classe trabalhadora e ao mesmo tempo responder à necessidade da formação de novos trabalhadores para atender as exigências do mercado. No outro sentido, a Educação como resposta à classe trabalhadora se converte na possibilidade de uma educação como atividade humana autorrealizadora, tendo como perspectiva a educação emancipadora. Essa questão também esteve presente no discurso das entrevistadas.

Política de educação enquanto direito social público, que possui uma importante função na formação do ser social, na sua reprodução e nas relações. Ela pode ser tanto instrumento de consenso com a ideologia capitalista, quanto instrumento de emancipação e construção de novos paradigmas. Neste viés emancipador ela deve ser permeada pela garantia do respeito à universalidade, aos direitos humanos, livre de preconceitos e democrática. (Assistente Social 1)

A concepção de direito social em construção, de uma política que tem em si tanto o potencial de emponderar e promover a emancipação social, quanto de ser (e o é) utilizada como ferramenta alienante nos processos sociais e ético-políticos que perpassam as relações do dia a dia. (Assistente Social 2)

A educação integra a categoria do trabalho e a sua concretização se faz a partir da mediação entre indivíduo e sociedade, exercendo seu papel principal na subjetividade, uma vez que age na consciência para induzir a agir de determinada forma. Nesse sentido, a atividade educativa propicia ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos e, nessa direção, pode contribuir de forma efetiva para a emancipação humana, partindo de requisitos dentre os quais Tonet (2001) destaca:

A compreensão, o mais ampla e profunda possível, da situação do mundo atual, da lógica que preside fundamentalmente a sociabilidade regida pelo capital; das características essenciais da crise por que passa esta forma de sociabilidade; das consequências que daí advêm para o processo da autoconstrução humana; da maneira como esta crise se manifesta nos diversos campos da atividade humana e também como esta crise se apresenta na realidade local e nacional (p. 149).

Para Meszáros (2008), o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto-mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica diferente. Essa é a base de uma educação, nos seus termos, “libertadora”, que transforma o trabalhador em um agente político, que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo.

O CFESS (2012) admite que a educação, ainda que sob o prisma do capital, contribui para o estabelecimento de consensos necessários a reprodução do sistema capitalista, mas, também, ergue-se as bases da educação emancipadora. Conforme sinalizado por Paulo Freire (1988) é possível traçar processos de autoconsciência a partir de ações políticas que produzam uma contra hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que penetre nos modos de vida dos sujeitos singulares e sociais e das instituições.

Além de compartilhar suas concepções, a preocupação com a efetivação da política no exercício profissional esteve presente na fala das assistentes sociais entrevistadas:

[..] No nosso fazer enquanto Assistentes Sociais vivemos a contradição de conviver com regras que nem sempre estão aliadas ao nosso ideal emancipatório. Contudo, dentro de nossa relativa autonomia, limitada por resoluções e leis maiores do que nós, devemos incentivar nossos usuários a pensarem a respeito dos modelos educacionais que temos e da educação que queremos, na perspectiva de uma construção coletiva contínua. Não é fácil, até porque vivemos um momento da história em que as pessoas, com raras exceções, estão desacreditadas e preferem sucumbir ao comodismo do que se aventurar à luta por mudanças. Outra dificuldade, mais ligada ao contexto pessoal, é que esse movimento pode (e deve) implicar numa visão crítica de nosso próprio trabalho impulsionando novos métodos/abordagens e novas visões a respeito de nossos usuários, o que nem sempre é fácil de conceber e lidar. (Assistente Social 2)

Minha concepção sobre a política de educação brasileira está voltada no direito social e dever político (art. 6º, CF 88). Sobre essa concepção, minhas experiências estão voltadas sobre os nortes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que trata prioritariamente da permanência do aluno na universidade. Porém, por vezes, e infelizmente, o fazer político distorce o juízo da questão social em percepção de dever moral, em “questão de dever moral”, de facultar assistência aos pobres; ao invés do reconhecimento do direito social, do “todos”, do fundamental, tornando o entrave da despolitização uma das maiores lutas do assistente social que trabalha na assistência estudantil. (Assistente Social 3)

Contudo, apesar do reconhecimento da necessidade da luta do assistente social por uma educação pública, gratuita e de qualidade, foi possível identificar percepções lineares e estanques da política de educação, como se a instituição das políticas sociais fosse unilateral, como se dependesse apenas da necessidade do mercado e da iniciativa do governo, desconsiderando o componente de luta social e de disputa entre as classes, tensionada por projetos educacionais distintos, como já mencionado em outras falas:

Confesso que não tenho leitura sobre a política de educação brasileira. O meu entendimento sobre a questão é de que Constituição Federal estabelece em seu art. 6º, a educação como direito fundamental. A política de educação nada mais é do que um conjunto de medidas adotadas pelo governo para garantir o acesso e a permanência na escola, com a finalidade de elevar a escolaridade da população. Vale ressaltar que, a política de educação ao longo dos anos tem mudado na perspectiva de atender as necessidades do mercado, melhorando a qualidade da mão de obra. Enquanto profissional luto por uma política de educação pública gratuita e de qualidade enquanto instrumento de transformação da sociedade. Política de educação pública inclusiva e de qualidade enquanto instrumento de transformação da sociedade. (Assistente Social 5)

Em linhas gerais, é possível depreender, através das falas das assistentes sociais da UFERSA/RN, uma concepção de Educação alinhada ao projeto ético-político da profissão e respaldada nos Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Educação, que direciona o entendimento da educação como:

Um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante (CFESS, 2012, p. 16).

O significado da educação encontra-se circunscrito nos processos de transformação social e tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a transformação da sociedade do capital e das suas formas de opressão, ao mesmo tempo em que se constitui como estratégia de manutenção desse projeto societário vigente. A função social da Educação assim como do Serviço Social encontra-se inter-relacionada às contradições existentes na sociedade de classes.

É importante para este trabalho vincular a Educação à questão da Emancipação Humana, categoria que por estar relacionada ao princípio de liberdade, princípio fundamental que rege o Projeto Ético-Político do Serviço Social, deve estar sintonizado com o conceito de Educação que deve nortear a prática do assistente social na Educação. De acordo com Tonet (2001), Marx resume a emancipação humana

de forma bem simples, como o conjunto de uma nova forma de sociabilidade ou simplesmente comunismo, uma vez que a lógica do capital não permite a realização plena dos indivíduos e sim sua reprodução. O comunismo é uma categoria deformada pelos embates de luta ideológica, dada incompreensão da natureza da obra de Marx, com relação a esse sistema, o que extrapola os limites de nossa discussão.

O que é importante destacar aqui refere-se à transposição do conceito de emancipação humana para as práticas educativas. Para Tonet (2001), a emancipação humana é um fenômeno na realidade atual, mas a sua existência é apenas uma possibilidade, algo em potencial e consiste no sinônimo de liberdade plena, embora não se constitua como um conceito único, de uma forma geral faz uma oposição radical à atual ordem social.

Assim o conceito de educação, na direção da emancipação humana, parece orientar a prática profissional do assistente social inserida na Ufersa/RN, tornando esse espaço sócio-ocupacional não o único, mas um locus privilegiado da dimensão educativa da profissão. No entanto, é preciso salientar o aprofundamento das discussões acerca da política de educação para que a mesma possa de fato ser efetivada e melhor trabalhada no exercício profissional, tendo em vista as significativas mudanças no contexto econômico, político e social do país, que impacta diretamente as políticas sociais e o trabalho do assistente social.

4 | CONCLUSÃO

A produção ora apresentada traz reflexões acerca da atuação do Serviço Social na política da educação superior. Nessa perspectiva, é evidenciado que a atuação do(a) assistente social na educação vem sendo problematizada e discutida nas últimas décadas, de forma mais ampla, sem delimitar uma modalidade específica de ensino. Ou seja, vem discutindo a inserção profissional do Serviço Social de uma forma mais geral, sem especificar a atuação na educação básica, superior ou profissional e tecnológica.

Contudo, se faz necessário, o claro entendimento de que esse processo é dinâmico e sofre constante mudança, o que requer do(a) assistente social compromisso incessante com o projeto ético-político da profissão e com a luta em defesa de uma educação inclusiva, de qualidade, garantindo o respeito à diversidade humana, como direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre de identidade de gênero com vistas a consolidar uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica.

É preciso entender a educação como um complexo social, terreno de formação dos sujeitos, de exercício da democracia e ampliação da cidadania. Atuar nesse espaço requer dos(as) assistentes sociais, aprendizado diário e atualização constante, daí a necessidade dos debates, criação de comissões, GTs, núcleos, câmaras temáticas,

fóruns permanentes de discussões, conselhos, etc. Fortalecer a participação da categoria e articulação com as entidades representativas como o conjunto CEFESS/ CRESS e ABEPSS, além de outras categorias profissionais é outra necessidade para a consolidação da atuação do(a) assistente social na área da educação superior. Por fim, é indispensável aprofundamento teórico, político e metodológico, já que não se esgota o potencial e o alcance do trabalho profissional, direcionada para a garantia de acesso, permanência, gestão democrática e da qualidade da educação, como um direito social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na Educação**. Revista Inscrita. Brasília:CFESS, ano III, n.6, Jul 2000.

_____. **Educação Pública e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.63 São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Disponível em: http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_occupacionais1.pdf. Acesso: Maio/2015.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: Maio/2015.

CATTANI, Antonio David. OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs). **A sociedade justa e seus inimigos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 3. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social**: Em questão. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS**: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. Revista Ser Social. Brasília, v.14, n.30, p.244-258, jan/jun.2012.

DENTZ, Marta Von. SILVA, Roberto Rafael Dias. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.121. São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>. Acesso: Julho/2015.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiros. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José da

(Org) **Serviço Social na Educação**: Teoria e Prática. Campinas: SP. Papel Social, 2012.

MESZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Marcela Mary José da. O lugar do Serviço Social na Educação. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org) **Serviço Social na Educação**: Teoria e Prática. Campinas, SP. Papel Social, 2012.

SOUZA, Fabrícia Dantas de. **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil** (Dissertação de Mestrado). UFRN, Natal, 2016.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação: Que saberes? Que competências?** Natal: Edunp, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e Emancipação Humana** (Tese de Doutorado). UNESP, Marília, 2001.

ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Valdomiro de Souza Brito

Universidade do Estado do Amazonas
Itacoatiara - AM

Romy Guimarães Cabral

Universidade do Estado do Amazonas
Itacoatiara - AM

Caroline Barroncas de Oliveira

Universidade do Estado do Amazonas
Itacoatiara – AM

RESUMO: O presente artigo foi desenvolvido tendo por base o acompanhamento dos trabalhos da pesquisa “Alfabetização Tecnológica na Formação Inicial e Continuada de Professores que atuam na Rede Pública de Ensino: um estudo de caso”, no curso de Licenciatura em Computação da Universidade do Estado do Amazonas. Apresentaremos algumas reflexões originadas destes trabalhos, com destaque para a constatação de que a utilização crescente das novas tecnologias influencia diretamente o mercado de trabalho, impondo uma necessidade de atualização constante dos profissionais, inclusive dos docentes. Inclusão e Alfabetização Tecnológica, do professor, passam a ser pontos norteadores de diversas políticas públicas voltadas para a Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização

Tecnológica, Formação de Professores, Mídias e Educação.

ABSTRACT: This article was developed based on the monitoring of the work of the research “Technological Literacy Initial Training and Continuing Teachers who work in the Public School System: a case study”, in the Bachelor’s Degree in Computer State University the Amazon. We will present some reflections originating these works, highlighting the fact that the increasing use of new technologies directly influences the labor market, imposing a need for constant updating of professionals, including teachers. Inclusion and Technological Literacy, teacher, become guiding points of various public policies for education.

KEYWORDS: Technological Literacy, Teacher Training, Media and Education.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo foi desenvolvido tendo por base o acompanhamento dos trabalhos da pesquisa “Alfabetização Tecnológica na Formação Inicial e Continuada de Professores que atuam na Rede Pública de Ensino: um estudo de caso”, projeto de iniciação científica vinculado ao Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), fomentado pela Fundação de

Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), proveniente do curso de Licenciatura em Computação do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara (CESIT) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Apresentaremos algumas reflexões originadas do estudo citado, com destaque para a constatação de que a utilização crescente das novas tecnologias influencia diretamente o mercado de trabalho, impondo uma necessidade de atualização constante dos profissionais, inclusive dos docentes. Inclusão e alfabetização tecnológica do professor passam a ser os norteadores de diversas políticas públicas voltadas para a Educação.

Na “era da informação e da comunicação”, preparar crítica e sensivelmente as gerações para atuar de forma adequada e necessária nas diversas maneiras de aquisição de conhecimentos se percebe cada vez mais urgente, principalmente no que tange à educação escolar aliada ao emprego ou a intervenção das novas tecnologias e o acesso à internet. Considerando os interlocutores desse processo, professores e alunos, como pontos-chave de uma nova cultura no meio educacional, pensa-se imprescindível tomar consciência de si e dos possíveis impactos dessa ação conjunta na dinâmica da sala de aula e no contexto de uma escola do presente e do futuro. Esta conjuntura certamente revela a consciência social que se pretende concretizar cotidianamente, o que seria incluir digital e tecnologicamente a comunidade escolar, como aquela que assimila e constrói conhecimentos sob suas perspectivas e que não é assimilada pelo meio tecnológico, o que se constitui na atualidade como um dos maiores desafios.

Diante de tais colocações, o papel do(a) professor(a) como o profissional, que além de ter sua formação de área específica, como graduado em letras, em matemática, em pedagogia, também deverá se constituir de uma formação paralela que é a apreensão dos meios e recursos tecnológicos aliados à sua prática pedagógica, para que possa, de fato, ser facilitador de aprendizagens, estabelecendo com isso novas formas de ensinar e de aprender. Especificamente vemos a necessidade de pesquisar para compreender as novas formas de assimilação tecnológica e o uso dessas aprendizagens, e logo identificar recursos tecnológicos interligados à área da educação escolar.

A facilidade ao acesso e à produção da informação, que é hoje uma das características dominantes neste novo mundo, interfere diretamente na necessidade de uma análise sobre o papel da escola, e do profissional que irá atuar nesta escola, sobre o qual focaremos nossa atenção nas próximas páginas deste artigo. Proporcionar subsídios ao docente a fim de que esse se sinta capacitado para lidar com estas novas tecnologias vem sendo denominado de alfabetização tecnológica, que, segundo Sampaio e Leite (1999, p.15), significa “preparar o professor para utilizar pedagogicamente as tecnologias na formação de cidadãos que deverão produzir e interpretar as novas linguagens do mundo atual e futuro”. Essa preparação contínua visa formar o profissional crítico e autônomo para atuar em uma escola que possa proporcionar a inclusão de todos a um mundo de larga produção e distribuição de

informação e conhecimento.

2 | ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Entende-se por alfabetização tecnológica, o preparo e a capacidade de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação de forma plena, ou seja, valendo-se de suas possibilidades múltiplas, em suas diferenciadas plataformas, compondo a partir das ferramentas encontradas para melhorar o desempenho, a ação e a condição do trabalho a ser realizado. Significa, por exemplo, entender como funcionam recursos como: planilhas, processadores de texto, apresentações em slides, comunicadores virtuais, redes sociais, ferramentas de edição de vídeos e músicas e tantas outras funcionalidades que estão presentes no universo digital.

A partir das crescentes mudanças tecnológicas ocorridas na sociedade é possível perceber o quanto essas mudanças têm diversificado as formas de aprendizagem. Sabe-se que, pelas novas exigências educacionais, o conhecimento e o domínio de novas tecnologias tornaram-se uma prioridade tanto para os professores, pois exercem papel fundamental na formação do aluno enquanto cidadão de um mundo globalizado, quanto para os alunos, que se vêm rodeados pelos múltiplos meios de informação que lhes são oferecidos.

Sabendo que a cada dia surgem novas tecnologias, e que estas estão disponíveis àqueles que possuem recursos financeiros para adquiri-las. Nesta perspectiva, a escola necessita ser um lugar de igualdade, condições, aprendizagens e democratização do acesso à informação para todos os alunos e professores. Podendo também compreender que este não precisa ser um ensino centrado no tecnicismo, só no saber fazer, com ênfase aos meios sem questionar suas finalidades, mas também desenvolver uma análise crítica-reflexiva sobre essas tecnologias, quais suas possibilidades, suas fragilidades. Assim como nos coloca Leite e Sampaio (2010):

[...] sabemos que a simples presença da tecnologia na sala de aula não garante qualidade nem dinamismo à prática pedagógica. No entanto, já que as tecnologias fazem parte do nosso dia-a-dia trazendo novas formas de pensar, sentir e agir, sua utilização na sala de aula passa a ser um caminho que contribui para a inserção do cidadão na sociedade, ampliando sua visão de mundo e possibilitando sua ação crítica e transformadora. (p.10).

A compreensão do funcionamento destes recursos é o primeiro passo para que seu uso aconteça e permita ao usuário ir além daquilo que intuitivamente atingiu no contato com estas ferramentas. Por uso próprio muitas são as pessoas que começaram e até hoje utilizam estas tecnologias, não se pode desprezar e nem tampouco desperdiçar o tempo e o esforço para que isso acontecesse, na realidade, os computadores e seus recursos acabaram se tornando elementos importantes para que as pessoas percebessem o potencial e possibilidade de desenvolvimento por conta própria, em

processo de autoaprendizagem, ou seja, capacitando-se individualmente, de forma espontânea, motivados pelo fascínio e elementos de interesse trazido pelo computador e seus múltiplos recursos.

É de extrema importância que as instituições levem as tecnologias educacionais para os alunos, pois estes estão acostumados com as aulas expositivas e o diferente atrai fazendo com que se tenha um melhor rendimento. Por exemplo: o uso de passar textos, esquemas e também filmes, que ajudam a contextualizar as aulas. A educação precisa estar aliada à tecnologia para que possa se concretizar esse novo viés do ensino, já que sabemos que um indivíduo precisa dela para sua formação, sendo essa formação de real importância, devendo ser integral e preparatória para a sua vida. A partir dessa ideia torna-se essencial o ato de alfabetizar tecnologicamente professores e alunos, pois o desconhecimento do funcionamento das novas técnicas, que estão inseridas no processo de ensino-aprendizagem, ocasionará uma desatualização profissional no comprometimento da qualidade da formação estudantil.

2.1 A Formação Tecnológica do(a) Professor(a)

Os argumentos para justificar a importância de uma preparação contínua e adequada para que os profissionais de ensino possam utilizar as novas tecnologias em sala de aula e fora dela, de forma crítica e autônoma. Diz Leite e Sampaio (1999):

A preocupação revelada pela maioria dos estudiosos da área, em relação à democratização do acesso aos benefícios das novas tecnologias, fundamenta-se na constatação da exclusão como característica inerente ao sistema capitalista. Esta característica leva à necessidade de reflexão a respeito da intervenção da escola e do professor no sentido de formar um homem que não assimile passivamente uma conformação social que haja divisão entre os que pensam e os que executam, os que produzem e os que usufruem, os que têm uma relação ativa e participativa com o conhecimento e a informação e os que lidam passivamente com eles. (p.32).

A tecnologia deve aparecer como um aliado na função do professor e não como uma sobrecarga, mas principalmente como um elemento formador da cidadania e de uma consciência social. Como afirmam Leite e Sampaio (2002):

Diante deste quadro brasileiro, que abriga realidades tão diversas, torna-se necessário pensar em algumas formas de ampliar e democratizar o desenvolvimento; e um dos fatores mais decisivos para que haja oportunidades de desenvolvimento é a produção de conhecimento próprio e de sua disseminação popular. Isso só é possível mediante a educação, o que a torna relevante em termos políticos e econômicos. (p.17).

A alfabetização tecnológica é um conceito que deve fazer parte da realidade do professor, uma vez que contribui para a atribuição de significado e amplitude no processo de preparação do professor no que se refere ao mundo da tecnologia. Quanto à alfabetização tecnológica, Leite e Sampaio (2002) afirmam que: “esta não pode ser compreendida apenas como o uso mecânico dos recursos tecnológicos, mas deve

abranger também o domínio crítico da linguagem tecnológica”. (p.18).

Assim como qualquer instrumento, as tecnologias que servem para comunicar e produzir, podem se adequar a variados objetivos preestabelecidos pelo sistema educacional ou pela escola. “Por isso faz-se necessária a reflexão sobre seu papel no ambiente escolar”. (LEITE; SAMPAIO, 2002, p. 20).

O principal objetivo da alfabetização tecnológica do professor é tornar o cidadão um profissional atuante na sociedade, contribuindo com um trabalho significativo para a população. Ser educador, formar-se e atuar como professor no contexto atual requer muita preparação, o que exige deste sujeito determinação em sua formação inicial e continuada, constituindo no decorrer destes processos formativos sua profissão e identidade. Para tanto, é preciso muito estudo, realização de leituras e pesquisas, aquisição de experiências, reflexões constantes sobre suas práticas e concepções pedagógicas, enfim, ter conhecimentos pedagógicos, profissionais, experienciais que são requisitos essenciais que os profissionais da educação precisam se apropriar para estarem capacitados frente a atual sociedade que se pretende formar.

Repensar a formação e a ação docente pode proporcionar uma nova visão da utilização das tecnologias educacionais. A contribuição que os cursos de formação de professores têm a oferecer é imensa: é preciso estimular, orientar, criar e inovar propostas, unir as novas e as velhas tecnologias, fazer da escola um ambiente de reflexão da própria prática docente, o que Lévy (1999) nos coloca de forma muito clara dizendo que:

É preciso colocar as pessoas nessa situação de curiosidade, nessa possibilidade de exploração. Não individualmente, não sozinhas, mas juntas, em grupo. Para que tentem se conhecer e conhecer o mundo a sua volta. E, uma vez compreendido esse princípio de base, todos os meios servem, os meios técnicos servem. Os meios audiovisuais, interativos, os mundos virtuais, os grupos de discussão, tudo o que quisermos (LÉVY *apud* KENSKI, 2001, p. 51).

A alfabetização tecnológica do professor pode ser entendida então como uma possibilidade de proporcionar subsídios a este profissional da educação para o desenvolvimento de novas formas de atuar, com acesso ao domínio técnico, pedagógico e crítico destas novas “ferramentas tecnológicas”.

Como dizia Paulo Freire: “há necessidade de sermos homens e mulheres do nosso tempo, que empregam todos os recursos disponíveis para dar o grande salto que a nossa educação está á exigir”.

A importância que isso representa na formação do professor traz contribuições não somente à escola, mas à sociedade na qual a mesma está inserida, uma vez que a integração dos professores em uma nova ação docente mediada pelas tecnologias gera o desejo de participar do processo de intercâmbio de conhecimentos, a vontade de apresentar contribuições originais, transmitir e trocar ideias, de forma cooperativa e aberta.

2.2 Reflexões Sobre Limites e Possibilidades: Mídias e Educação

As novas tecnologias de comunicação, sobretudo a televisão e o computador, movimentam a educação e provocam novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo veiculado. A imagem, o som e o movimento oferecem informações mais realistas em relação ao que está sendo ensinado. Essas tecnologias, quando bem utilizadas, provocam a alteração dos comportamentos de professores e alunos, levando-os ao melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado. Reforça Kenski (2007):

As tecnologias comunicativas mais utilizadas em educação, porém, não provocam ainda alterações radicais na estrutura dos cursos, na articulação entre os conteúdos e não mudam as maneiras como os professores trabalham didaticamente com seus alunos. Encaradas como recursos didáticos, elas ainda estão muito longe de serem usadas em todas as suas possibilidades para uma melhor educação. (p.45).

Por mais que as escolas usem computadores e internet como recurso didático, estas continuam fazendo o sistema anual, como sendo uma sequência do pensamento seriado. Kenski (2007) afirma que essas escolas vêm: “[...] definidas no espaço restrito da sala de aula, ligadas a uma única disciplina do comportamento estrutural e filosófico do fazer cotidiano, sendo graduadas em níveis hierárquicos de conhecimento e lineares de aprofundamento dos conhecimentos em áreas específicas do saber”. (p. 46).

Nestas salas os professores desenvolvem uma disciplina/matéria/conteúdo, tão poucos querem se envolver com temas e assuntos de outras, não havendo assim uma boa interação entre as disciplinas e os recursos didáticos disponíveis para serem trabalhados, distanciando cada vez mais professores e alunos.

Mais importante que as tecnologias, e os procedimentos pedagógicos atuais, em meio a todos esses movimentos e equipamentos, o que vai fazer a diferença qualitativa é a capacidade de adequação no processo educacional aos objetivos que levarão ao encontro desse desafio de aprender: a nossa história de vida, os conhecimentos anteriores, os objetivos que definiram a sua participação em uma disciplina e sua motivação para aprender este ou aquele conteúdo, são fundamentais para que a aprendizagem aconteça.

Assim como está registrado na LDB - 9394/96, Artigo 13º - inciso I: “[...] os docentes deverão se incumbir de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”.

Considerando o citado acima, na elaboração de uma proposta pedagógica, é importante que os docentes pensem em um processo que contextualize a realidade dos alunos, inclusive com a adequação das novas tecnologias sempre que for possível, para tanto é necessário que o docente também esteja acompanhando e se especializando no uso de mídias e de novas tecnologias. Nesta teia de relações, o docente com uma boa proposta pedagógica estará contribuindo para a eficácia do artigo 22º, que

diz: o desenvolvimento do educando deverá ser assegurado, fornecendo meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, ou seja, um futuro promissor.

As mediações feitas entre os jeitos de aprender dos alunos, realizadas pelo professor, vai auxiliar o aluno na busca dos caminhos que o levará à aprendizagem, os conhecimentos que são à base desse processo e as tecnologias que vão garantir o acesso às articulações dos componentes curriculares, configuram um processo de interação que define, de certa forma, a qualidade na educação escolar. Sobre isto Morais (2003) afirma que:

[...] a educação se vê vigorosamente interpelada por um mundo que não pode prescindir dos recursos tecnológicos e, ao mesmo tempo, vê-se ameaçado pelos excessos que poderão ser cometidos graças a uma aceitação deslumbrada e acrítica dos referidos recursos. (p.81).

Podemos observar que, hoje a tecnologia vem se tornando algo essencial para a escola, mais são muitas as tarefas e também não são poucas as dificuldades que o processo educacional deverá enfrentar neste século XXI. São essas necessidades de inserir a escola nesse âmbito educacional tecnológico que temos que nos postar críticos em meio a essa ação, buscando a melhor forma de preparar os educandos que necessitam dessa formação, fazendo com que estas ações se façam adequadas/coerentes a todos, dentro do respeito, servindo e formando.

E para que essas tecnologias como: o uso do computador e as mídias correlacionadas possam trazer alterações no processo educativo, elas precisam ser compreendidas e incorporadas pedagogicamente. Isso significa que é preciso respeitar as especificidades do ensino e da própria tecnologia para poder garantir seu uso, e para que realmente isso faça diferença; não basta usar a televisão ou o computador, é preciso saber usar, de forma pedagogicamente correta, a tecnologia escolhida.

Kenski (2003) reconhece que, na maioria das escolas brasileiras, as tecnologias digitais de comunicação e de informação “[...] são impostas, como estratégia comercial e política, sem a adequada reestruturação administrativa, sem reflexão e sem a devida preparação do quadro de profissionais que ali atuam.” (p.70).

O fato da entrada dos computadores não ter sido precedido de uma ampla discussão entre os professores que possibilitasse o levantamento de opiniões, desejos e sugestões para o uso desta tecnologia no ensino, torna o uso desagradável e desestimulante, pois não sabemos se os professores sabem utilizar essas tecnologias e menos ainda, se querem utilizá-la. O problema, no entanto, não se caracteriza apenas por uma rejeição ao novo, mas também por experiências negativas com o uso de tecnologias que se proclamavam como solução dos problemas existentes na educação, mas que trouxeram poucos benefícios em razão da dificuldade do uso dessa ferramenta.

É necessário discussões a respeito do uso das tecnologias, sendo feito todo um planejamento em torno do que se pretende com o uso tecnológico educacional. De

acordo com Levy (2005):

[...] a utilização desses meios requer um sujeito ativo, que deve escolher até e como se deveria ir, determinar qual informação utilizar, estabelecer sua ordem e nível de profundidade, possibilitando a formação de novas estratégias cognitivas e novos estilos de expressão e comunicação. (p.16).

Para Kenski (2003), é possível solucionar o grande impasse entre docentes e as tecnologias, isso cabe aos cursos de formação que devem proporcionar condições para que os docentes sejam produtores e críticos dessa nova forma de ensinar, que é mediada pela tecnologia. Os professores precisam adquirir essa competência e iniciar o processo participativo acerca do tema proposto, sendo agente ativo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que, pelo fato de não se tratar mais de apenas um modismo pedagógico ou uma simples apropriação dos recursos tecnológicos, o professor que aqui é o agente fundamental precisa ser, “responsável perante a sociedade pela educação sistemática dos nossos cidadãos, precisa estar preparado para integrar a tecnologia na sua prática educativa” (LEITE, 2006, p. 40). O professor, cada vez mais envolvido em um processo de adequação, é um profissional em que depositamos as esperanças de saber-se lidar com o inesperado do processo educativo, pois é dele que se exige cada vez mais preparo técnico, multifuncionalidade e análise crítica, mas é ele que também deve ser ouvido.

A tecnologia aliada a profissionais capacitados melhora o rendimento e o desempenho dos alunos, o aluno hoje tem fontes de pesquisas muito mais avançadas em que ele pode ter acesso aos conteúdos, vendo essa necessidade de acompanhar essas evoluções, uma vez que as mesmas são de total importância para o crescimento salutar da sociedade. As novas tecnologias surgiram para ampliar e integrar o conhecimento de forma rápida, acessível a todos e de forma dinâmica, como nos coloca Kenski (2007):

Uma vez assimilada a informação sobre a inovação, nem a consideramos mais como tecnologia. Ela se incorpora ao nosso universo de conhecimentos e habilidades e fazemos uso dela na medida de nossas possibilidades e necessidades. (p.44).

A partir das crescentes mudanças tecnológicas ocorridas na sociedade é possível perceber o quanto essas mudanças têm diversificado as formas de aprendizagem. Sabe-se que, pelas novas exigências educacionais, o conhecimento e o domínio de novas tecnologias tornaram-se uma prioridade tanto para os professores, pois exercem papel fundamental na formação do aluno enquanto cidadão de um mundo globalizado, quanto para os alunos, que se vêem rodeados pelos múltiplos meios de informação

que lhes são oferecidos.

Podemos também ver a relação entre a educação e tecnologias de outro ângulo, o da socialização da inovação. No entanto, para serem assimiladas e utilizadas pelas demais pessoas, além do seu criador, a nova descoberta precisa ser ensinada. Esse professor agora desempenha dupla função: o de ser professor em toda a sua essência, e o de ser um facilitador da aprendizagem, usando de todos os meios e métodos disponíveis que possam vir a interferir em sua ação docente. O professor passa a assumir então uma postura de aquisição, criticidade e de dúvida diante das informações novas e velhas, e ao mesmo tempo, exercer papel de orientação e cooperação junto aos alunos.

REFERÊNCIAS

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologia**: O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção: Papyrus Educação).

KENSKI, Vani Moreira. **Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Quarter, 2001.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19394.htm>– acessado em: 11 de novembro de 2014).

LEITE, Lígia Silva. Construção coletiva de conhecimento no ensino universitário presencial: Desenvolvendo recursos eletrônicos. In: BUSTAMANTE, Sílvia (org.). **Educação e Tecnologia: caminhos para a inclusão digital**. Rio de Janeiro: Publit, 2006. p. 39-49.

LEITE, Lígia Silva; SAMPAIO, Marisa Narcizo. **Alfabetização tecnológica do professor**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2005.

MORAIS, Regis de. **Educação Contemporânea**: olhares e cenários. Campinas, SP: Alínea, p.60-86, 2003. (Coleção: Educação em Debate).

SAMPAIO, Marisa Narcizo. LEITE, Lígia Silva. **Alfabetização tecnológica do professor**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. **Alfabetização tecnológica do professor**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Gilda Carla de Jesus; MENEZES, Talita Santos. **Alfabetização Tecnológica**: (Disponível: <<http://www.webartigos.com/artigos/alfabetizacao-tecnologica/35398/>> acessado em: 16 de setembro de 2014).

VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, p.113-165, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-065-0

